PRÁTICAS URBANAS TRANSFORMADORAS

o ativismo urbano na disputa por espaços públicos na cidade de São Paulo

Dissertação de Mestrado
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo

Paula Hori

Orientador
Eugenio Queiroga

São Paulo 2018

PAULA HORI

PRÁTICAS URBANAS TRANSFORMADORAS

o ativismo urbano na disputa por espaços públicos na cidade de São Paulo

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Área de Concentração: Paisagem e Ambiente

Orientação: Eugenio Queiroga

Exemplar revisado e alterado em relação à versão original, sob responsabilidade da autora e anuência do orientador.

A versão original, em formato digital, ficará arquivada na Biblioteca da Faculdade.

São Paulo, 20 de Junho de 2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail da autora: paulahori@gmail.com

Esta pesquisa contou com auxílio concedido no âmbito do CONVÊNIO FAPESP/CAPES. Processo N°: 2016/09306-3, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP e da CAPES.

Catálogo na Publicação
Serviço Técnico de Biblioteca
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Hori, Paula

Práticas urbanas transformadoras: o ativismo urbano na disputa por espaços públicos na cidade de São Paulo / Paula Hori; orientador Eugenio Fernandes Queiroga. - São Paulo, 2018.
228 p.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Paisagem e Ambiente

1. Ativismo 2. Movimento Ativista Urbano. 3. Espaço Público.
4. Espaços Livres. 5. Intervenção Urbana. 6. Paisagem Urbana. I. Queiroga, Eugenio Fernandes, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Paula Hori

Título: Práticas urbanas transformadoras: o ativismo urbano na disputa por espaços públicos na cidade de São Paulo

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Aprovada em _____

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Ao Eugenio Queiroga, agradeço pela orientação e pela experiência compartilhada no Programa de Aperfeiçoamento de Ensino junto às turmas da graduação da FAU. Obrigada pelas conversas, comentários, sugestões e, principalmente, pelo estímulo em desenvolver essa pesquisa.

Agradeço também às professoras Lizete Rubano e Paula Santoro que contribuíram enormemente para o amadurecimento da pesquisa com seus ricos comentários no exame de qualificação.

Obrigada aos entrevistados e às entrevistadas que contribuíram com relatos fundamentais para o desenvolvimento desse trabalho.

Dedico especial agradecimento aos ativistas, principalmente àqueles do coletivo Ocupe & Abrace e do Organismo Parque Augusta que cooperaram imensamente para que este trabalho fosse possível. A todos e todas, muito obrigada pela inspiração!

Agradeço às diversas pessoas, entre amigos, amigas e familiares que me apoiaram nesses períodos.

A Bruna Montuori, Daniel Ávila, Paula Martins e Tatiana Francischini, pesquisadores que se tornaram grandes amigos no percurso do mestrado, muito obrigada por compartilharem comigo aprendizados, ensinamentos, angústias e alegrias que esse processo nos proporcionou.

A Aline Yamamoto, Isabella Armentano e Lelo Vonk, obrigada pelas revisões de texto e, sobretudo, pelo suporte e amizade.

Sou ainda mais grata ao Felipe Fuchs por sempre estar ao meu lado, ajudando em todas as etapas desse percurso, e por me fazer sorrir mesmo nas incansáveis horas de trabalho. Pelo seu carinho e cuidado, serei sempre muito grata.

Por fim, dedico esse trabalho a meus pais, Minoru e Midori. Sem eles, nada disso seria possível.

Esta pesquisa foi realizada com apoio concedido no âmbito do CONVÊNIO FAPESP/CAPES - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo/Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

RESUMO

HORI, Paula. Práticas urbanas transformadoras: o ativismo urbano na disputa por espaços públicos na cidade de São Paulo. 2018. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018.

Essa dissertação se propõe a analisar os grupos ativistas, buscando entender de que maneira tem se dado sua atuação nos espaços públicos da cidade de São Paulo e como o poder público vem se articulando com esses novos atores sociais. Para isso, a pesquisa trata do surgimento e do desenvolvimento desses grupos, além de analisar as atuações de dois grupos ativistas: o coletivo Ocupe & Abrace, que luta pela preservação da Praça da Nascente, e o Organismo Parque Augusta, que reivindica a consolidação do Parque Augusta. Assim, o trabalho pretende trazer reflexões sobre o movimento ativista urbano e como ele pode contribuir para o debate sobre as cidades contemporâneas.

Palavras-chave: ativismo urbano; movimento ativista urbano; espaço público; Praça da Nascente; Parque Augusta.

ABSTRACT

HORI, Paula. Urban transformative practices: urban activism in the struggle for public space in the city of São Paulo. 2018. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018

This dissertation offers an analysis on activist groups and seeks to understand how they act in public spaces of the city of São Paulo and how the authorities are engaging with these new social actors. For this, the research traces the emergence and development of these groups and analyzes two current activist groups: the “Ocupe & Abrace” (occupy and embrace), who fights for the preservation of the Nascente Square, and the “Organismo Parque Augusta” (Park Augusta Organism), who defends the full recognition of the Augusta Park. Hence, the essay reflects over the urban activist movement and how it can contribute to the debate on contemporary cities.

Keywords: urban activism; urban activist movement; public space; Nascente Square; Augusta Park.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Panorama aéreo do Parque Ibirapuera e sistema viário ao redor na década de 1970. Fonte: PMSP, 2010. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/ladeira_memoria/index.php?p=8384> Acesso em 5 fev. 2018. **p. 35**
- Figura 2.** Praça Marechal Deodoro nos anos 1940. Fonte: Vitruvius, 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.191/6079>> Acesso em 6 fev. 2018. **p. 36**
- Figura 3.** Praça Marechal Deodoro em 2018. Fonte: acervo pessoal, 2018 **p. 37**
- Figura 4.** Oficina de mobiliário no Largo da Batata. Fonte: Facebook A batata precisa de voce, 2014. Disponível em <www.facebook.com/abatataprecisadevoce/photos/a.299127186920327.1073741852.259834324182947/299128136920232/?type=3&theater> Acesso em 7 fev. de 2018. **p. 45**
- Figura 5.** Protesto em Istambul impulsionado pela ocupação do Parque Gezi Fonte: Evren Kalinbacak, 2013. Disponível em <www.evrenkalinbacak.com/news.html> Acesso em 18 de dez de 2017. **p. 77**
- Figura 6.** Avenida Paulista tomada por manifestação em Junho 2013. Fonte: Revista Fórum, 2013. Disponível em <www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/plenos-poderes/jornadas-de-junho-eleicoes-e-onda-conservadora> Acesso em 18 dez. de 2017. **p. 92**
- Figura 7.** Ponte Estaiada tomada por manifestação em Junho 2013. Fonte: Folha de S. Paulo, 2013. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2014/06/1461624-manifestacoes-de-2013-viram-filme-em-junho---o-mes-que-abalou-o-brasil.shtml> Acesso em 18 dez. de 2017. **p. 93**
- Figura 8.** Obras da Praça Roosevelt nos anos 1960. Fonte: Folha de S. Paulo, 2012. Disponível em <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/10419-acervo-praca-roosevelt>> Acesso em 6 jan. 2018. **p. 100**
- Figura 9.** Skatistas na Praça Roosevelt após reforma de 2012. Fonte: Estadão, 2013. Disponível em <<https://noticias.r7.com/sao-paulo/pistas-para-manobras-de-skate-serao-ncnstruidas-na-praca-roosevelt-20022013>> Acesso em 8 de **p. 103**

fev de 2018.

Figura 10. Banco “antimendigo” reformado. Fonte: acervo pessoal, 2016. **p. 109**

Figura 11. Divulgação do Baixo Centro contra políticas higienistas do prefeito **p. 110**

Gilberto Kassab. Fonte: Facebook Baixocentro, 2013. Disponível em <www.facebook.com/BaixoCentro/photos/a.210548045705124.48112.195044933922102/429344857158774/?type=3&theater> Acesso em 20 out. de 2017.

Figura 12. Parklet Municipal no bairro de São Miguel Paulista. Fonte: Gestão **p. 114**

Urbana SP, 2016. Disponível em <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/noticias/na-capital-77-parklets-fazem-sucesso-como-minipracas/#jp-carousel-21246>> Acesso em 6 fev. 2018.

Figura 13. Mauro Neri diante de seu grafite feito para o 3º Festival de Direitos **p. 117**

Humanos. Fonte: Blog Imagem, 2015. Disponível em <<http://imagemdamargem.blogspot.com.br/2015/12/intervencoes-durante-o-3-festival-de.html>> Acesso em 6 fev, 2018.

Figura 14. Varal dos sonhos elaborado na primeira etapa do projeto Se Liga na **p. 119**

Praça! na Praça do Samba. Fonte: Facebook Acupuntura Urbana, 2015 . Disponível em <www.facebook.com/acupunturaurbana.au/photos/a.922982621087362.1073741842.270592136326417/922983767753914/?type=3&theater> Acesso em 5 fev 2018.

Figura 15. Mutirão de trabalho na Praça do Samba. Fonte: Facebook Acupuntura **p. 121**

Urbana, 2015. Disponível em <www.facebook.com/acupunturaurbana.au/photos/a.922982621087362.1073741842.270592136326417/949104985141792/?type=3&theater> Acesso em 5 fev. 2018.

Figura 16. Praça do Samba ao final da transformação do Projeto Se liga na Praça! **p. 123**

Fonte: Facebook Acupuntura Urbana, 2015. Disponível em <www.facebook.com/acupunturaurbana.au/photos/a.922982621087362.1073741842.270592136326417/953649574687333/?type=3&theater> Acesso em 5 fev. 2018.

Figura 17. Contêiner Hora Certa instalado na Pça do Samba. Fonte: acervo pessoal, **p. 126**
2017.

Figura 18. Aquarela da Praça da Nascente. Fonte: Site Ocupe & Abrace. Disponível **p. 138**

em: < <http://www.ocupeeabrace.com.br/>> Acesso em 5 fev. 2018.

Figura 19. Mapa dos Sonhos resultado do Concurso A Pompeia Que Se Quer **p. 141**

Fonte: Facebook A Pompeia Que Se Quer, 2013. Disponível em [www.facebook](http://www.facebook.com/).

com/PompeiaQSQ/photos/a.294712820639915.26381313.293723424072188/422701284507734/?type=3&theater> Acesso em 5 fev. 2018.

Figura 20. Vista aérea da Praça Homero Silva - Praça da Nascente. Fonte: Google Earth editado pela autora, 2017. **p. 143**

Figura 21. Detalhe do lago construído pelo coletivo. Fonte: acervo pessoal, 2016. **p. 146**

Figura 22. Local de charco. Fonte: Facebook Ocupe e Abraçe, 2013. Disponível em <www.facebook.com/PracaDaNascente/photos/a.499126790157657.1073741832.494821827254820/499127063490963/?type=3&theater> Acesso em 5 fev. 2018. **p. 147**

Figura 23. Mesmo local abrigando o primeiro lago construído pelo coletivo **p. 147**
Fonte: Facebook Ocupe & Abrace, 2015. Disponível em <www.facebook.com/PracaDaNascente/photos/a.694292587307742.1073741856.494821827254820/694292653974402/?type=3&theater> Acesso em 20 out. 2017.

Figura 24. Mesmo local abrigando os dois lagos construídos pelo coletivo. Fonte: acervo pessoal, 2017. **p. 147**

Figura 25. Imagens da instalação Cerrado Infinito de Daniel Caballero. Fonte: acervo pessoal, 2017. **p. 148**

Figura 26. Muro de arrimo antes da reforma. Fonte: The Guardian, 2015. Disponível em <www.theguardian.com/cities/2015/mar/11/river-hunter-sao-paulo-lost-waterways-failing-megacity> Acesso em 15 dez. 2017. **p. 150**

Figura 27. Arquibancada depois da reforma. Fonte: acervo pessoal, 2016. **p. 150**

Figura 28. Parquinho antes da reforma. Fonte: Facebook Ocupe & Abrace, 2013 Disponível em <www.facebook.com/PracaDaNascente/photos/a.499126790157657.1073741832.494821827254820/499129130157423/?type=3&theater> Acesso em 20 de out. de 2017. **p. 152**

Figura 29. Parquinho depois da reforma. Fonte: acervo pessoal, 2016. **p. 152**

Figura 30. Peixes e plantas aquáticas no lago da Praça da Nascente. Fonte: acervo pessoal, 2017. **p. 153**

Figura 31. Encarte publicitário da incorporadora IdeaZarvos citando a Praça da Nascente. Fonte: Luciana Cury, 2016. **p. 155**

Figura 32. Terreno vizinho à praça com casas demolidas. Fonte: acervo pessoal, 2017 **p. 157**

Figura 33. Estande de vendas montado no IV Festival Praça da Nascente. Fonte: **p. 158**

acervo pessoal, 2017.

Figura 34. Imagem de divulgação do “Les Source D’Eau” (Fonte d’água), p. 159
“empreendimento” criado como forma de satirizar o mercado imobiliário. Fonte:
acervo pessoal, 2017.

Figura 35. Imagem de divulgação do “Les Source D’Eau” (Fonte d’água), p. 159
“empreendimento” criado como forma de satirizar o mercado imobiliário. Fonte:
acervo pessoal, 2017.

Figura 36. Imagem de divulgação do “Les Source D’Eau” (Fonte d’água), p. 159
“empreendimento” criado como forma de satirizar o mercado imobiliário. Fonte:
acervo pessoal, 2017.

Figura 37. Detalhe do lago construído na calçada da Avenida Pompeia. Fonte: p. 163
Jornalistas Livres, 2017. Disponível em <<https://jornalistaslivres.org/2017/11/em-sao-paulo-um-movimento-silencioso-pela-ampliacao-da-praca-homero-silva>>
Acesso em 5 fev. 2018.

Figura 38. Ativista junto ao lago construído na calçada da Avenida Pompeia. Fonte: p. 164
Jornalistas Livres, 2017. Disponível em <<https://jornalistaslivres.org/2017/11/em-sao-paulo-um-movimento-silencioso-pela-ampliacao-da-praca-homero-silva>>
Acesso em 5 fev. 2018.

Figura 39. Homens concretando o lago na calçada da Avenida Pompeia. p. 164
Fonte: Facebook Secura Humana, 2017. Disponível em <www.facebook.com/securahumana/photos/a.301742323515369.1073741831.232520140437588/500335473656052/?type=3&theater> Acesso em 5 fev. 2018.

Figura 40. Protesto contra o futuro empreendimento junto à praça com banho de p. 165
água das nascentes. Fonte: acervo pessoal, 2017.

Figura 41. Protesto contra o futuro empreendimento junto à praça com banho de p. 165
água das nascentes. Fonte: acervo pessoal, 2017.

Figura 42. Faixa do Opa em muro do parque na Rua Augusta. Fonte: acervo p. 168
pessoal, 2017

Figura 43. Rua Augusta no final dos anos 1980. Fonte: Estadão, 2014. Disponível p.170
em <acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,rua-augusta-por-onde-tudo-passa,9839,0.htm> Acesso em 7 fev. 2018.

Figura 44. Empreendimento Ca’D’Oro, construído na Rua Augusta com incentivos p. 173

da Operação Urbana Centro. Fonte: São Paulo in Foco, 2016. Disponível em <www.saopauloinfoco.com.br/hotel-cadoro> Acesso em 5 fev. 2018.

Figura 45. Imagem aérea do terreno do Parque Augusta. Fonte: Google Earth editado pela autora, 2017. **p. 174**

Figura 46. Fachada do Colégio Des Oiseaux em 1966. Fonte: Estadão, 2015. Disponível em <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,era-uma-vez-em-sp-colegio-des-oiseaux,11116,0.htm>> Acesso em 7 fev de 2018. **p. 175**

Figura 47. Terreno do Colégio Des Oiseaux sendo usado como estacionamento na década de 1970. Fonte: Estadão, 2015. Disponível em <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,era-uma-vez-em-sp-colegio-des-oiseaux,11116,0.htm>> Acesso em 7 fev. de 2018. **p. 176**

Figura 48. Muro erguido pelas construtoras na Rua Caio Prado. Fonte: Facebook Parque Augusta, 2013. Disponível em <www.facebook.com/parqueaugustaja/photos/a.475529212525417.1073741827.475522202526118/540772492667755/?type=3&theater> Acesso em 8 fev. de 2018. **p.178**

Figura 49. Muro reconstruído pelas construtoras após sua derrubada por ativistas Fonte: Facebook Parque Augusta, 2013. Disponível em <www.facebook.com/parqueaugustaja/photos/a.475529212525417.1073741827.475522202526118/549589535119384/?type=3&theater> Acesso em 8 fev. de 2018. **p. 179**

Figura 50. Ocupação no terreno do Parque Augusta. Fonte: Facebook Parque Augusta, 2015. Disponível em <www.facebook.com/parqueaugustaja/photos/a.475529212525417.1073741827.475522202526118/750210321723970/?type=3&theater> Acesso em 8 de fev. 2018. **p. 182**

Figura 51. Ocupação no terreno do Parque Augusta. Fonte: Facebook Aliados do Parque Augusta, 2015. Disponível em <www.facebook.com/parqueaugusta/photos/a.376800742367469.80088.177886945592184/788016944579178/?type=3&theater> Acesso em 8 fev. 2018. **p. 183**

Figura 52. Tapumes instalados entre no terreno, desrespeitando a divisão legal dos lotes. Fonte: Estadão, 2017. Disponível em <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,doria-decide-criar-parque-augusta-e-vai-oferecer-terrenos-a-construtoras,70001743546>> Acesso em 8 fev. 2018. **p. 184**

Figura 53. “Instalação” feita por ativistas com parte da estrutura dos tapumes **p. 184**

retirados. Fonte: Facebook Parque Augusta, 2015. Disponível em <www.facebook.com/parqueaugustaja/photos/pcb.1480152602284589/853457761399225/?type=3&theater> Acesso em 8 fev. de 2018.

Figura 54. Nota do OPA em relação ao acordo negado pelas construtoras em 2016. Fonte: Facebook Parque Augusta, 2016. Disponível em <www.facebook.com/parqueaugustaja/photos/a.1083749271703405.1073741915.475522202526118/1090622381016094/?type=3&theater>. Acesso em 8 fev. 2018. **p. 187**

Figura 55. Nota do OPA a respeito da ação civil pública. Fonte: Facebook Parque Augusta, 2017. Disponível em <www.facebook.com/parqueaugustaja/photos/a.475529212525417.1073741827.475522202526118/1373172049427791/?type=3&theater> Acesso em 8 fev. 2018. **p. 191**

Figura 56. Terrenos de Pinheiros que fazem parte do acordo de permuta (lotes 1 e 2 poderão ser concedidos às construtoras). Fonte: Divulgação Veja SP, 2017 Disponível em <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/prefeitura-define-terreno-que-sera-trocado-pelo-parque-augusta>> Acesso em 8 fev. 2018. **p. 194**

Figura 57. Panfleto publicitário que indica o Parque Augusta entre os locais de interesse do bairro. Fonte: acervo pessoal, 2017. **p. 205**

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Quadro síntese que retoma a atuação do movimento ativista urbano e as aproximações e distanciamentos em relação a atuação dos grupos ativistas estudados. Fonte: elaborado pela autora, 2018. **p. 220**

Quadro 2. Quadro síntese que retoma os desafios e as possibilidades em torno da ação ativista e as contribuições que o movimento ativista urbano pode trazer para as cidades contemporâneas. Fonte: elaborado pela autora, 2018. **p. 223**

LISTA DE SIGLAS

AMACON	Associação de Moradores e Amigos do Bairro da Consolação e Adjacências
APP	Área de Preservação Permanente
CADES	Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
Conpresp	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
CONSEG	Conselho Comunitário de Segurança
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPDC	Coordenação de Promoção do Direito à Cidade
CPIR	Coordenação de Promoção da Igualdade Racial
CPJ	Coordenação de Políticas à Juventude
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
DECONT	Departamento de Controle da Qualidade Ambiental
DEPAVE	Departamento de Parques e Áreas Verdes
FB	Facebook
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
GEAC	Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade
Iboque	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IGC	Instituto Cartográfico e Geográfico
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
LabVerde	Laboratório de pesquisa em Sustentabilidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
MP	Ministério Público
MPE	Ministério Público Estadual
MST	Movimento Sem Terra
OPA	Organismo Parque Augusta
O&A	Ocupe & Abraçe
ONG	Organização não governamental

OUC	Operação Urbana Consorciada
PDE	Plano Diretor Estratégico
PIU	Projeto de Intervenção Urbana
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
PPP	Parceria público-privada
PT	Partido dos Trabalhadores
SAMORCC	Sociedade dos amigos, moradores e empreendedores do bairro de Cerqueira César
SEL	Secretaria Municipal de Licenciamento
SES	Secretaria Municipal de Serviços
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMUL	Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento
SMDHC	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Cidadania
SPUA	Superintendência das Usinas de Asfalto
SVMA	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
USP	Universidade de São Paulo
ZC	Zona de Centralidade
ZM	Zona Mista
ZEPAM	Zona Especial de Proteção Ambiental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 ATIVISMO URBANO E ESPAÇO PÚBLICO	31
DO DIREITO À CIDADE À PRODUÇÃO DO <i>COMUM</i>	
1.1 Surgimento do movimento ativista urbano	33
1.2 Apropriação do espaço público como direito à cidade	55
1.3 Reivindicação do espaço público como <i>comum</i> urbano	67
2 ATIVISMO URBANO E PODER PÚBLICO	79
DO EXECUTIVO AO JUDICIÁRIO	
2.1 A participação da sociedade civil na esfera pública	81
2.2 Notas sobre a política urbana nas metrópoles brasileiras	95
2.3 A relação do movimento ativista urbano com o poder público na cidade de São Paulo	107
3 ATIVISMO URBANO E CIDADE	137
DO MEIO AMBIENTE À LUTA CONTRA A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA	
3.1 Ocupe & Abrace	139
3.2 Organismo Parque Augusta	169
3.3 Reflexões sobre a atuação dos grupos ativistas	207
CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
REFERÊNCIAS	225

“Ella está en el horizonte—dice Fernando Birri—.Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. ¿Para qué sirve la utopía? Para eso sirve: para caminar.”

Ventana sobre la utopia, Las palavras andantes (1993)

Eduardo Galeano

INTRODUÇÃO

Investigar sobre ativismo urbano e espaço público nas cidades do início do século XXI é um exercício dinâmico, já que trata de um movimento atual que vem se formando e se transformando constantemente. Este estudo, portanto, não pretende analisá-los de maneira exata e muito menos definitiva, mas se propõe a trazer reflexões a respeito do assunto que possam contribuir para a discussão das cidades contemporâneas.

Antes de refletir sobre o assunto, é importante destacar dois termos que serão aprofundados em capítulos específicos desta dissertação e que requerem um entendimento prévio, mesmo que sintético, para o entendimento geral do trabalho. São eles: *espaço público* e *sociedade civil*.

O termo *espaço público* é aqui entendido como

todo aquele de propriedade pública¹, com foco nos espaços de uso comum do povo que apresentam ou que permitam a ação política, como veremos no primeiro capítulo. A noção de *sociedade civil* é entendida como uma organização de pessoas que se articulam de forma coletiva e voluntária em torno de interesses em comum, envolvendo diversos espaços, atores e formatos (institucionais ou não). Podem ser exemplificados por instituições de caridade, associações, sindicatos, organizações não governamentais (ONGs), movimentos sociais, grupos ativistas, entre outros, como será aprofundado no capítulo 2.

Assim, a dissertação apresenta algumas notas sobre a urbanização das cidades brasileiras que tem se baseado na priorização do automóvel e de grandes empreendimentos imobiliários voltados para classes mais ricas, gerando cidades marcadas pela desigualdade social, violência e fragmentação dos espaços urbanos. Esse panorama, somado ao avanço neoliberal na política urbana do país, conduziu a vida pública a espaços fechados, onde muros e câmeras de segurança passaram a direcionar a organização dos espaços urbanos, orientados pelo medo, insegurança e desconfiança entre seus habitantes, principalmente em bairros mais ricos. O aumento da autonomia do capital privado sobre o desenvolvimento das cidades, incentivado pelo poder público através de programas estaduais e federais, tem criado cidades cada vez mais desiguais, que colocam em risco a qualidade de vida dos cidadãos e a preservação do meio ambiente.

¹ Segundo o Código Civil brasileiro, as propriedades públicas podem ser classificadas como bens de uso comum do povo (ruas, praças, parques urbanos, praias, etc.), bens de uso especial (escolas, hospitais, teatros, cemitérios, etc.) ou bens de uso dominicais (bens que pertencem a União, ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município, não sujeitos a usucapião). Cf. Capítulo 2 de QUEIROGA, 2012.

A partir da redemocratização do país, a sociedade civil autônoma, que se fortaleceu como resistência ao governo militar, foi perdendo parte de sua postura de enfrentamento frente ao Estado devido à sua institucionalização em canais de participação social nem sempre representativos. A condição de passividade por parte da sociedade civil, principalmente a partir dos anos 1990, contribuiu para um avanço significativo de políticas urbanas que impulsionaram o enfraquecimento do espaço público nas cidades brasileiras, tanto no que diz respeito à presença de pessoas nesses locais, quanto em relação ao enfraquecimento da esfera de vida pública.

A imposição de um estilo de vida baseado no medo incitou a permanência em espaços privativos e seguros em detrimento dos espaços públicos, que acabaram abandonados tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil. Em meados dos anos 2000, começou a surgir, principalmente entre os jovens de classes mais abastadas, o interesse em resgatar esses espaços públicos como local de lazer e convivência. A partir da inversão na dinâmica da relação de parte da sociedade civil com o espaço público, surgiram os coletivos urbanos que questionavam as condições em que se encontravam os espaços públicos através de manifestações e apropriações inusitadas. A partir de ações de caráter artístico, político, social e urbanístico, se propunham a discutir novas maneiras de pensar a cidade através da mobilização de pessoas em prol da requalificação de espaços públicos abandonados e degradados.

Nos anos 2010, principalmente após as manifestações de junho de 2013, o espaço público passou a atrair cada vez mais grupos interessados em agir politicamente para reivindicar a vida pública necessária para a ativação desses espaços. Pela maneira insurgente com que suas ações eram propostas, os integrantes desses grupos passaram a ser conhecidos como ativistas e suas ações integraram o chamado movimento ativista urbano.

Com base nas possibilidades e limitações envolvidas na atuação do movimento ativista urbano na cidade de São Paulo, a dissertação se desenvolveu em três capítulos que tratam do seu surgimento, da sua relação com o poder público e da análise de dois grupos escolhidos para representar a prática ativista na cidade, o coletivo Ocupe & Abrace (O&A), que atua na Praça da Nascente na zona oeste, e o Organismo Parque Augusta (OPA), que luta pela consolidação do Parque Augusta na região central.

A aproximação ao coletivo Ocupe & Abrace se deu a partir da vontade de se pesquisar um grupo que tivesse como foco de atuação um local específico e que visasse a transformação física e funcional daquele espaço. Essa intenção se deu em razão de que, em um primeiro momento, tinha-se a ideia de que muitos grupos ativistas atuavam de maneira difusa na cidade, promovendo ações e intervenções artísticas e festivas em diversos espaços públicos, o que dificultaria o entendimento da evolução das ações em um espaço determinado. Assim, a aproximação ao coletivo Ocupe & Abrace se mostrou

pertinente já que ele tem como principal foco de atuação o resgate das qualidades físicas, funcionais e ambientais da Praça da Nascente situada no bairro da Vila Pompeia, na zona oeste de São Paulo.

Posteriormente, a aproximação à Rede Novos Parques se mostrou como uma alternativa para encontrar grupos ativistas em defesa dos espaços públicos, já que se trata de uma plataforma aberta e horizontal de discussões para facilitar o processo de criação, preservação e conservação de parques, praças e áreas arborizadas da cidade de São Paulo, desejados pela população e ameaçados pelo mercado imobiliário. Inicialmente, a ideia era encontrar grupos que atuassem em regiões mais periféricas da cidade, para fazer um contraponto com a outra escolha que atuava na zona oeste de São Paulo, região privilegiada da cidade e habitada predominantemente por pessoas de classe média e média alta. Porém, a aproximação à Rede Novos Parques foi feita em um período em que as negociações para a consolidação do Parque Augusta, na região central da cidade, ganhava destaque devido à mudança da gestão municipal (2017). Com isso, o foco da Rede estava concentrado no Parque Augusta, luta que deu origem à essa plataforma. Assim, a aproximação ao Organismo Parque Augusta pareceu oportuna diante da trajetória do grupo e das conquistas alcançadas até então que demonstravam a força da sociedade civil em resistir à produção imobiliária. Apesar de não se tratar de um grupo ativista de periferia, a localização central da atuação do OPA abrange questões que podem

ultrapassar barreiras sociais já que é ocupada por uma variedade de classes sociais, mesmo se tratando de uma das regiões mais privilegiadas da cidade.

A aproximação com os grupos estudados foi feita através da metodologia da pesquisa participante, onde a autora e membros dos coletivos se envolveram de modo cooperativo. Através da interface com os grupos sociais envolvidos, foi possível desenvolver um estudo com base empírica, sem deixar de lado questões relativas aos quadros de referência teórica, alcançando dados mais adequados à realidade.

Dessa forma, o **capítulo 1** traz algumas notas sobre os espaços públicos da cidade de São Paulo para assim abordar o surgimento e a evolução dos grupos ativistas e a consolidação do movimento ativista urbano. A partir desse contexto, o capítulo trata de conceitos que pautam a atuação desses grupos, como a noção de direito à cidade e da produção do *comum*.

O **capítulo 2** faz uma breve contextualização da participação da sociedade civil nas esferas públicas do país e traz algumas notas relacionadas à política urbana no Brasil para servir de base às reflexões a respeito das convergências e divergências presentes na relação entre poder público e sociedade civil na cidade de São Paulo. A partir desse panorama, o capítulo reflete sobre a relação entre o movimento ativista urbano e o poder público em diferentes instâncias, desde o poder público municipal até o Ministério Público (MP), compreendendo o Estado através de uma estrutura fragmentada e não homogênea, caracterizada por uma pluralidade de

atores políticos e diversas formas de atuação.

O **capítulo 3** reúne a trajetória dos dois grupos escolhidos para representar a ação ativista em São Paulo e que têm atuado pela defesa de espaços públicos na cidade, o coletivo Ocupe & Abrace e o Organismo Parque Augusta. A trajetória dos grupos foi abordada sob diferentes enfoques, respeitando as singularidades de cada um. Por fim, foi apresentada uma análise acerca do movimento ativista urbano baseada no entendimento das atuações dos dois grupos.

Tratar de um assunto ainda em transformação foi um grande desafio. Se, em um primeiro momento da pesquisa, a atuação dos coletivos urbanos parecia algo apropriado para o desenvolvimento das cidades, com o andamento do mestrado foi possível perceber que as formas como esses grupos estavam se propondo a atuar nem sempre representavam práticas urbanas transformadoras, como sugerido pelo título aqui colocado. Entender a complexidade da cidade de São Paulo, suas políticas urbanas e o meio de participação da sociedade civil na esfera pública fizeram perceber que o objeto de estudo era algo muito mais diverso do que inicialmente havia sido previsto. As incertezas frente à pesquisa fizeram reconhecer também o lado positivo de estar estudado algo em movimento. Com a evolução da dissertação, houve também a transformação dos coletivos urbanos em grupos ativistas mais amadurecidos frente à complexidade urbana. O andamento do trabalho permitiu acompanhar a formação do movimento ativista urbano que hoje se mostra fortalecido e mais contundente

em suas reivindicações. As ações ativistas atuais se conformam em práticas urbanas transformadoras, e, acima de tudo, em transformação, o que permite imaginar as diversas possibilidades que essas práticas ainda poderão alcançar.

CAPÍTULO 1

ATIVISMO URBANO E ESPAÇO PÚBLICO DO DIREITO À CIDADE À PRODUÇÃO DO *COMUM*

1.1 Surgimento do movimento ativista urbano

Antes de refletir sobre a atuação da sociedade civil na apropriação e requalificação de espaços públicos e entender o surgimento do movimento ativista urbano, é importante destacar algumas notas sobre o espaço público na cidade contemporânea e, mais especificamente, na cidade de São Paulo.

O termo “espaço público” aqui usado está baseado no conceito proposto por Queiroga que o entende como “todo aquele de propriedade pública, podendo se prestar, ou não, à esfera pública” (2012, p.58). A partir desse conceito, o trabalho tem como foco os espaços de uso comum do povo que, por sua natureza pública, permitem a manifestação de ação política. Esse entendimento se faz pertinente na dinâmica da cidade de São Paulo, e de muitas outras metrópoles brasileiras, já que ela possui

muitas áreas abertas e de propriedade pública que não apresentam vida pública, mas que, por se enquadrarem no sistema de espaços públicos das cidades, possibilitam essa manifestação.

Muitos dos espaços públicos da cidade de São Paulo possuem em seus nomes os termos praças, parques, largos, porém nem sempre atendem à finalidade de lazer e convívio para as pessoas e tampouco apresentam características paisagísticas como tais nomes sugerem. A configuração dos espaços públicos de hoje é reflexo dos planos urbanísticos propostos para a cidade desde a década de 1930, que adotaram o automóvel como principal meio de transporte para acompanhar o crescimento urbano. Essa decisão gerou consequências diretas no desenho urbano, já que influenciou o traçado das ruas, o uso dos vales até então desocupados, a escala das construções e dos locais públicos, privilegiando o fluxo em detrimento ao espaço (CALLIARI, 2016). Dessa forma, muitos espaços públicos, principalmente praças e largos, passaram a ser ordenados como consequência da implantação de grandes avenidas, perdendo papel estruturador e adquirindo caráter residual no contexto da cidade.

A partir de 1930, o crescimento da cidade de São Paulo passou a atrair migrantes de todas as partes do país. Intensificado nos anos 1950, o fluxo migratório fez com que a cidade se espraiasse para suas bordas, fazendo crescer o número de bairros pobres e, em um segundo momento, impulsionando o surgimento de ocupações ilegais. Apesar do crescimento da cidade

para as periferias, a construção de grandes avenidas concentrou-se na região central, dificultando o acesso da população mais pobre ao centro da cidade, que oferecia maiores ofertas de emprego, serviços e lazer.

O Parque Ibirapuera, construído em 1954, é até hoje o parque mais utilizado pelos paulistanos. Seu projeto, porém, seguiu a lógica vigente da época, que tinha o automóvel como centro do desenvolvimento da cidade. Construído em meio a um complexo viário, seus acessos foram pensados privilegiando as pessoas que possuíam automóveis particulares. Até hoje a oferta de transporte público ao parque é escassa e o acesso para pedestre é dificultado pelas vias expressas e arteriais ao seu redor.

Figura 1
Panorama aéreo do
Parque Ibirapuera e sistema
viário ao redor em 1970
Fonte: PMSP, 2010

Nos anos 1960/1970, o investimento em obras viárias foi intensificado pelo governo militar, que impunha às cidades projetos viários como símbolos do progresso da nação. A construção do então chamado Elevado Costa e Silva, em 1970, representou esse discurso em São Paulo. Em 2016, o elevado teve seu nome alterado para Elevado Presidente João Goulart, mas continuou sendo popularmente conhecido como Minhocão. Tanto o Minhocão quanto a Praça Roosevelt, espaço proposto no final do elevado e construído na mesma época, sofreram transformações significativas ao longo dos anos e são importantes objetos de discussão sobre espaço público na cidade de São Paulo, como será visto nos próximos capítulos.

Figura 2

Praça Marechal

Deodoro nos anos 1940

Fonte: Vitruvius, 2016

Proposto como principal via de interligação leste-oeste da cidade, o elevado foi apresentado como símbolo de modernidade e progresso. Hoje, porém, representa um grande exemplo da imposição do automóvel sobre o espaço. Construída sobre trechos da Rua Amaral Gurgel e das Avenidas São João e General Olímpio da Silveira, a via elevada de 3,4 km de extensão atravessa o Largo Padre Péricles, a Praça Marechal Deodoro e o Largo Santa Cecília até chegar à Praça Roosevelt. O dinamismo desses espaços públicos foi prejudicado pelo sombreamento gerado pela construção da via elevada, o que demonstra o descaso com os pedestres e com os efeitos sobre a o entorno. Além disso, em alguns trechos, o elevado chega a passar a poucos metros de distância das janelas dos edifícios vizinhos, demonstrando a falta de cuidado com a qualidade de vida dos moradores ao redor.

Figura 3

Praça Marechal

Deodoro em 2018

Fonte: acervo pessoal, 2018

Seguindo a mesma lógica, muitas outras praças e largos da cidade, principalmente nas regiões mais centrais, acabaram perdendo o papel de encontro e convívio das pessoas. Assim, esses locais tornaram-se espaços de passagem ou apenas resquícios do sistema viário, impedindo o acesso ao pedestre devido à velocidade dos automóveis que circulavam ao seu redor. Enquanto isso, nos bairros mais periféricos, a vida no espaço público teve maior liberdade. Sua posição, longe do grande fluxo de automóveis, possibilitava alguns tipos de apropriação que já não eram possíveis nos bairros centrais. Distante dos parques projetados para o lazer dos moradores de bairros mais ricos, a população mais pobre achava nas ruas uma opção para o lazer e convivência, fazendo desses espaços um local de encontro de pessoas, e não apenas de carros.

Com o desenvolvimento da cidade nas décadas seguintes, os investimentos públicos nas regiões mais próximas ao centro valorizaram os bairros ocupados por migrantes que chegaram a São Paulo por volta da década de 1950. A população mais pobre que não conseguiu acompanhar essa valorização acabou sendo expulsa desses bairros, sendo obrigada a ocupar as bordas da cidade, muitas vezes de maneira informal. As políticas públicas continuaram a concentrar seus investimentos na cidade formal, em áreas onde predominavam os interesses de um setor privilegiado da sociedade. Dessa forma, a região central e o quadrante sudoeste² foram se consolidando como as áreas mais ricas da cidade, que concentravam moradores das classes médias e altas, em

² Flávio Villaça (2012), ao analisar a distribuição espacial das classes sociais no município de São Paulo, identifica as lógicas de produção do espaço urbano que definem o quadrante sudoeste como a “região de grande concentração das camadas de mais alta renda”.

detrimento das periferias, ocupadas pelas classes mais pobres. Esse modo de pensar e produzir a cidade gerou um processo desigual de urbanização, caracterizado por contradições urbanas e segregação social.

Nos anos 1980, a redemocratização do país permitiu a ascensão de movimentos sociais que passaram a questionar o modelo centro-periferia, abrindo caminho para que a periferia pudesse ganhar espaço na vida política e intelectual da cidade. Dessa forma, a cidade de São Paulo dos anos 1990 já se apresentava de forma mais diversa e fragmentada. A oposição centro-periferia continuou a marcar a cidade, porém, novas forças sociais passaram a gerar outros tipos de espaços e uma diferente distribuição das classes sociais e atividades econômicas. Se antes o encontro entre ricos e pobres era pouco frequente e restrito à circulação em algumas regiões centrais, a partir dos anos 1990 essa oposição entre centro rico e periferia pobre deixou de representar a realidade da cidade. Essa condição fez com que o preconceito e a desconfiança em relação à população mais pobre aumentassem e, somada à crise econômica e ao aumento da criminalidade nos anos 1980, a separação entre os diferentes grupos sociais foi acirrada, exacerbando ainda mais a tensão entre eles (CALDEIRA, 2011).

Apartir dessa nova dinâmica social, os anos 1980/90 foram marcados por um urbanismo que preconizou o espaço privado, monitorado e seguro, em detrimento do espaço público, tido como inseguro, já que se acreditava que a falta de monitoramento possibilitaria o

crime, principalmente nos bairros de classes mais altas. Dessa forma, shopping centers, condomínios fechados, conjuntos comerciais e empresariais prevaleceram sobre os espaços públicos e de caráter coletivo. Para Caldeira (2011), esses “enclaves fortificados” representaram uma maneira de organizar a segregação e a discriminação social, mudando a qualidade do espaço público de maneira oposta àquilo que se poderia esperar de uma sociedade que foi capaz de consolidar uma democracia política.

Assim, os espaços públicos paulistanos foram abandonados pelas classes média e alta, que os tinham como espaços de medo, e também pelo poder público, que passou a negligenciar serviços de manutenção e infraestrutura. A condição de abandono desses espaços desestimulou ainda mais a sua apropriação, já que passou a atrair usuários mal vistos por parte da sociedade, que tiravam proveito do seu abandono para praticarem atividades interditas. Essa condição fortaleceu o discurso de medo e insegurança e reafirmou a construção dos enclaves fortificados.

Movidos pela imposição de um urbanismo voltado para o capital privado, sem levar em conta a complexidade urbana, administradores públicos, arquitetos, urbanistas e promotores de venda, criaram uma cidade voltada para consumidores. Ao priorizar o veículo em detrimento dos pedestres e condomínios fechados ao invés de espaços públicos, esses locais perderam o potencial de troca, interação, diversidade, convívio e contemplação que possuíam em meio ao

ambiente urbano.

Esse panorama se mantém presente até os dias atuais. As potencialidades que o espaço público poderia proporcionar passaram a ser reproduzidas dentro de shopping centers, clubes ou até mesmo dentro dos condomínios residenciais que têm como oferta um “lazer completo” para seus moradores, termo muito utilizado no vocabulário do mercado imobiliário. As classes média e alta, principais consumidoras desses novos empreendimentos, passaram a viver atrás de muros, segregadas da população mais pobre que, sem poder de aquisição, ficou relegada aos espaços públicos sem manutenção e infraestrutura adequadas. Sem acesso às atividades de lazer intramuros e distante dos espaços públicos de qualidade concentrados na região centro-sudoeste, a apropriação do espaço público nas periferias continuou ativa, sendo a privação da vida no espaço público um problema mais comum entre a população mais rica.

“Eles [os enclaves fortificados] estão mudando consideravelmente a maneira como as pessoas das classes média e alta vivem, consomem, trabalham e gastam seu tempo de lazer. Eles estão mudando o panorama da cidade, seu padrão de segregação espacial e o caráter do espaço público e das interações públicas entre classes. (...) São propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. (...) São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. (...) Os enclaves fortificados cultivam um

relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição.” (CALDEIRA, 2011, p. 258)

Caldeira acrescenta ainda que os “jovens de classe média e alta que estão crescendo na cidade de muros não parecem infelizes com sua experiência de espaços públicos. (...) eles parecem gostar bastante dos espaços seguros e vigiados dos shopping centers, lojas de *fastfood*, discotecas e fliperamas.” (2011, p.323). O trabalho de Caldeira, porém, é datado do final dos anos 1990 e não chegou a contemplar a nova fase de apropriação do espaço público pelos jovens das classes média e alta que ela dizia estarem felizes com a vida privativa.

A partir dos anos 2000, começou a haver uma inversão na dinâmica de uso dos espaços públicos por parte das classes mais abastadas na cidade de São Paulo. A cidade de muros passou a ser negada por alguns grupos sociais, enquanto espaços abertos, de lazer e convivência, passaram a ser reivindicados por parte das classes mais altas, principalmente pelos jovens que viveram suas infâncias dentro de espaços fechados, controlados e excludentes. Muitos deles puderam conhecer experiências e vivenciar o espaço público em outras cidades do mundo, dando-lhes a consciência de que a cidade de São Paulo é carente de espaços públicos de qualidade, adequados ao uso

democrático de todo cidadão.

Dessa forma, esses jovens começaram a formar grupos para promover o uso democrático dos espaços públicos da cidade de São Paulo através de apropriações e manifestações inusitadas. Tirando proveito da quantidade significativa de espaços públicos com potencialidades ocultas pelo abandono e falta de manutenção, esses grupos passaram a ocupá-los com o intuito de transformá-los em locais de lazer e convivência reivindicados por determinadas parcelas da sociedade.

A partir dos anos 2010, esses grupos passaram a ser conhecidos como coletivos urbanos e sua atuação ganhou força dentro da mídia e das discussões sobre a cidade, gerando um aumento considerável no número de coletivos atuantes.

Muitos dos coletivos urbanos que surgiram nessa época propunham a apropriação dos espaços públicos através do engajamento da comunidade por meio de mutirões de trabalho, que previam a requalificação física e funcional desses locais. Buscavam a participação da sociedade civil no processo de valorização do uso dos espaços públicos através do fortalecimento dos valores civis e do empoderamento da comunidade. Para isso, se apoiavam em metodologias como o urbanismo tático ou *placemaking*.

O termo urbanismo tático é utilizado para descrever intervenções urbanas, normalmente temporárias, executadas de maneira rápida e pouco onerosa, que têm como objetivo melhorar pequenos espaços nos bairros junto à comunidade. Acredita-se que essas pequenas

transformações podem demonstrar a possibilidade e o potencial de mudanças em larga escala e a longo prazo. Essas ações também são conhecidas como urbanismo de guerrilha, urbanismo insurgente, urbanismo *pop-up*, urbanismo “faça você mesmo” (D.I.Y. – *do it yourself – urbanism*).

De acordo com o Conselho Brasileiro de Lideranças em *Placemaking*³, o termo, que traduzido para o português quer dizer “fazer lugares”, é um conceito e uma ferramenta prática para melhorar um bairro, uma cidade ou uma região através do movimento de repensar os espaços públicos como o local de encontro da comunidade, prevendo uma conexão mais forte entre pessoas e lugares. A partir da participação comunitária, o conceito abrange o planejamento, o desenho, a gestão e a programação de espaços públicos afim de criar melhores desenhos urbanos para esses espaços. Visam facilitar a criação de atividades e conexões que definem um espaço e que dão suporte à sua evolução.

Para colocar em prática essas metodologias, muitos coletivos contavam com mão de obra e investimentos oferecidos pelos próprios moradores, ou então com doações e/ou financiamentos coletivos. Em alguns casos, dispunham do apoio da municipalidade para oferecer serviços de limpeza e poda (que sempre foram responsabilidade do poder público, mas que foram negligenciados com o tempo).

Essas ações, porém, acabaram se concentrando no quadrante centro-sudoeste e, por serem organizadas majoritariamente por pessoas das classes mais

³ Para mais informações, ver site placemaking.org.br.

abastadas, muitas vezes deixavam de lado o apelo social e urbano da cidade como um todo, promovendo atividades de caráter estético, lúdico e midiático. Muitos coletivos acabaram concentrando suas ações na realização de oficinas para execução de mobiliário urbano, festas e eventos em espaços abertos, mutirões de pintura de muros e escadarias, entre outras ações que não deixam de ser importantes para a transformação e apropriação dos espaços públicos. Entretanto, essas ações acabaram sendo usadas como “animação cultural” pelo poder público para esconder os reais problemas da cidade, como a desigualdade e a marginalização, e apropriadas pelo mercado, já que estão relacionadas à indústria cultural e criativa.

Figura 4

Oficina de mobiliário
no Largo da Batata
Fonte: FB do A Batata
precisa de você, 2014

A indústria cultural e criativa, por sua vez, engloba um conjunto de atividades econômicas relacionadas à produção de informação e de conhecimento, tais como publicidade, arquitetura, artes, design, moda, cinema, música, rádio e televisão. Estabelecem fortes relações econômicas com os setores de turismo, esportes, museus, galerias e patrimônio, adquirindo grande relevância no planejamento urbano enquanto suposto motor de desenvolvimento e de inserção das “cidades criativas” no cenário geopolítico global. A questão cultural ganhou grande importância no processo de valorização imobiliária e, a partir dos anos 1990, passou a ser usada como estratégia explícita no desenvolvimento das cidades. Ela se tornou parte das políticas urbanas municipais, que passaram a propor renovações urbanas em áreas ocupadas pelas classes mais abastadas, muitas vezes com financiamento do setor privado. A dimensão cultural passou a ser usada para produzir valores em torno do espetáculo urbano, onde equipamentos culturais, atividades turísticas e recuperação do patrimônio histórico são transformados em produtos de consumo de uma cidade espetáculo, servindo de estratégia para a valorização da terra e para uma provável gentrificação desses espaços. Diante da importância da cultura como agente propulsor da valorização da terra, representantes do poder público e do setor privado veem com bons olhos projetos ditos culturais que venham a ser desenvolvidos na cidade, principalmente em áreas urbanas centrais (RENA, BERQUÓ, CHAGAS, 2014).

Dentro dessa lógica, as atividades de alguns coletivos acabaram inseridas no plano da economia neoliberal e no âmbito do urbanismo neoliberal, como escreve o arquiteto e urbanista Gabriel Kogan (2016):

“O urbanismo tático é um estágio ainda mais sofisticado desse urbanismo neoliberal. Sem nenhum controle estatal sobre a qualidade e o objetivo dos espaços públicos, a autoprodução do espaço substitui a figura das empresas privadas pela ‘comunidade’ ou indivíduos – ideologicamente difundidos como propositores do espaço público, mas que se mostram antes vítimas da externalização de custos da municipalidade endividada. (...) o urbanismo tático tem sido sistematicamente desafiado pela palavra da moda dos estudos urbanos, gentrificação. Em essência, essas ações não se distinguem do urbanismo tradicional: quanto mais capital é investido em determinada área, maior a valorização fundiária da região. A vantagem do urbanismo tático aqui é sua capilaridade e seu retorno eficiente para a gentrificação (por meio de atenção midiática ou ‘apoderamento’ das pessoas com o lugar, ‘fazer mais com menos’)”

A análise de Kogan, mesmo que muito genérica frente à variedade e complexidade das ações dos coletivos, traz um tema importante a ser discutido sobre esse tipo de atuação. Por mais que a intenção dessas ações seja de ir contra a lógica mercadológica e em prol de uma cidade mais democrática, sem a intenção de valorizar a terra e causar um possível processo de gentrificação, fica difícil conter o mercado imobiliário que se aproveita das melhorias e desenvolvimento de um espaço público, transformando essas melhorias

em *marketing* para futuros empreendimentos de alto padrão. Nesse sentido, a atuação dos coletivos acaba incentivando um processo de gentrificação, ainda que seja de forma involuntária.

Ao descrever o conceito da gentrificação, Martinez i Rigol (2004) apresenta a teoria de Jon Caulfield na definição dos agentes gentrificadores, a partir da análise de um estudo de caso da cidade de Toronto. Caulfield descreve os pioneiros ou gentrificadores marginais, agentes anteriores ao gentrificador, que se assemelham aos coletivos urbanos na medida em que são responsáveis por uma transformação consciente, coletiva, contra a lógica do capital, mas que acabam preparando o terreno para o mercado, ficando reféns dos índices de valorização da terra.

“... os pioneiros, também chamados de ‘gentrificadores’ marginais, com essa função de preparar o terreno, continuavam subjugados aos interesses do capital, mas suas práticas podiam ter outros sentidos e objetivos que se chocariam frontalmente com tais interesses. (...) o conjunto desses ‘gentrificadores’ marginais era assimilável ao conceito de movimento social urbano elaborado por Castells, isto é, uma ação consciente coletiva orientada à transformação do significado urbano institucionalizado contra a lógica, o interesse e os valores da classe dominante. (...) estavam de alguma forma relacionados com a emergência de um reformismo urbano social de esquerda (...) esses pioneiros não foram os agentes causadores do deslocamento ou da expulsão, já que suas práticas visavam à manutenção das pessoas e dos espaços que as haviam atraído como local de residência.” (MARTINEZ I RIGOL, 2004, p. 117)

Considerando o contexto da economia capitalista, transformações que proporcionam melhorias no espaço resultam em um processo de valorização e uma provável gentrificação. Frente a isso, muitas das ações promovidas pelos coletivos acabaram sendo criticadas por provocarem a valorização e a expulsão da população pobre como, por exemplo, os casos em que moradores em situação de rua deixaram de usufruir dos espaços públicos depois de sua transformação. Como resposta a essa questão, o crítico urbano Matthew Yglesias aponta o termo da “gentrificaçãoofobia” para identificar essa preocupação com a valorização e a expulsão de moradores que pode ocasionar o atraso de projetos necessários para uma comunidade (TANSCHKEIT, 2016). Não se trata de manter os espaços aquém do seu potencial para que a população mais pobre possa viver no local, mas sim de propor ações e pressionar o Estado para que sejam previstas políticas públicas de melhoria espacial e de inclusão social.

A associação dos coletivos urbanos ao urbanismo neoliberal e à gentrificação é resultado da concentração dessas ações nas regiões mais valorizadas da cidade, onde o mercado e, muitas vezes, o poder público concentram sua atenção, assunto que será retomado no capítulo seguinte.

Nas periferias da cidade há também muitos grupos que atuam na reivindicação de direitos e melhorias, mas, em sua maioria, estão voltados para questões mais emergenciais como pautas raciais, sociais, culturais e de moradia. Como relatou⁴ Wellington Neli da Silva, mais

⁴ Relato feito em mesa de debate promovida em 2016 pelo curso “Antropologia da cidade: ativismos, táticas, insurgências” organizado pelo GEAC - Grupo de estudos de Antropologia da Cidade - na Faculdade de Filosofia, Letra e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

conhecido como Tim, integrante do Coletivo Agentes Marginais⁵, muitos coletivos que atuam na transformação do espaço chegam na periferia e perguntam para a comunidade quais são os sonhos de transformação para aquele espaço, quando, na verdade, o que os moradores dali querem é poder sonhar.

Além disso, a relação que se tem com o espaço público na periferia da cidade continua sendo diferente, como aponta o arquiteto e urbanista Guilherme Wisnik ao relatar a fala de um ouvinte em uma palestra⁶ que questionava o elitismo e a centralidade desses movimentos urbanos:

“...uma das pessoas presentes, que se identificou como um morador da periferia, observou que o espaço público é em essência um problema do centro, e não da periferia, pois lá, segundo sua opinião, as pessoas usam muito mais as ruas como espaço de convivência cotidiana, independentemente de isso ganhar ou não o nome de ‘público’.” (WISNIK, 2015)

Nota-se, portanto, uma diferença crucial entre moradores de periferia e moradores de bairros centrais em relação à percepção do espaço público e às prioridades de discurso sobre o modo de se pensar a cidade. Assim, as reivindicações por espaços públicos de qualidade acabaram sendo tachadas como pautas elitistas e os coletivos urbanos acabaram associados, muitas vezes, a práticas que perpetuam a exclusão e a desigualdade social.

Diante desse panorama, o termo “coletivo urbano” passou a ser questionado pelos próprios grupos que atuam na cidade na tentativa de criar espaços públicos

⁵ De acordo com o perfil facebook.com/Imargem, o grupo do Projeto Imargem, criado em 2006, luta contra o isolamento das comunidades a partir da beirada sul de São Paulo, às margens da represa Billings, com origem no distrito do Grajaú. Propõem intervenções através de ações como: murais, esculturas, oficinas e debates articulados nos eixos arte, convivência e meio ambiente, apresentando uma arte acessível e politizada, re-significando lixo, espaço e fronteiras.

⁶ Ciclo de debate promovido em 2015 pelo Centro Universitário Maria Antonia (USP) chamado “Inquietudes Urbanas” organizados em duas edições. A fala em questão ocorreu na edição “Ativismos na Cidade: Fricções entre o Público e o Privado”, concebida por Guilherme Wisnik em parceria com Thiago Carrapatoso. Cf. WISNIK, G. “O ativismo urbano e o valor de uso do espaço público”, 2015.

mais democráticos e inclusivos. Além disso, outros grupos que não tratavam especificamente da transformação do espaço passaram a se sobressair no debate urbano ao lidar com questões de caráter mais político, como gênero (Feminicidade⁷), raça (Coletivo Sistema Negro⁸), mobilidade (Ciclocidade⁹, Sampapé¹⁰).

Englobando uma pluralidade maior de grupos, o termo “ativismo urbano” ganhou força e passou a melhor representar a diversidade de reivindicações desses grupos que têm em comum uma forma de ação prática e efetiva na busca pela transformação da realidade, independente do poder público ou de instituições privadas, tendo a cidade como cenário de suas reivindicações.

Vale ressaltar que o termo “ativismo” aqui usado se refere às práticas do começo do século XXI, principalmente após a onda de protestos multitudinários que se espalharam pelo mundo e, no caso brasileiro, após as manifestações de junho de 2013, assunto que será abordado no item 2.1 do próximo capítulo.

Os ativistas, “se apresentam na cena urbana em arranjos moventes. Não formam uma base de luta comum (...). Suas lutas se referem aos mais variados aspectos da vida na cidade.” (LIMA, 2016, p.15). Dessa forma, Lima define o ativismo urbano¹¹ como uma “nebulosa”, expressão que alude aos contornos imprecisos do ativismo de hoje e ao caráter difuso identificado nesses grupos devido a “fluidez e dinamicidade das interações mantidas pelos ativistas entre si e diversidade de táticas que os mesmos empregam em suas ações nos espaços

⁷ De acordo com o site feminicidade.com.br, a rede foi criada em 2015 para ocupar o espaço público com histórias de mulheres registradas em fotografias, textos, frases e poesias que ocupam as ruas em formas de lambes. Além das intervenções urbanas, proporciona espaços para diálogo e debate de temas relevantes às mulheres para disseminar informações como forma de empoderamento.

⁸ De acordo com o perfil facebook.com/sistemanegrodesom011, o grupo foi criado em 2013 e é formado por produtores, artistas, empreendedores e educadores negros que mescla cultura e ação, no combate ao racismo.

⁹ De acordo com o site ciclocidade.org.br, a associação foi criada em 2009 para contribuir com a construção de uma cidade mais sustentável, baseada na igualdade de acesso a direitos, promovendo a mobilidade e o uso da bicicleta como instrumento de transformação.

¹⁰ De acordo com o perfil facebook.com/sampape.sp, a organização foi criada em 2012 com o objetivo de aproximar o cidadão à cidade através do deslocamento a pé.

11 Lima (2016) adota o termo ativismo “urbanístico” ao invés de “urbano”. Em sua tese, o autor justifica a escolha do termo por se remeter sobretudo às práticas ativistas e por acreditar que o termo “urbano” estaria associado a lutas muito variadas que ocorrem na cidade. Optou-se aqui por manter o termo “ativismo urbano”, já que se enquadra dentro dessa categoria os grupos ativistas que tem como cenário a cidade, o urbano.

públicos.” (ibid., p.13)

Apesar desse caráter difuso, é possível identificar alguns padrões entre os grupos ativistas. No que diz respeito à estrutura organizacional, por exemplo, os grupos ativistas têm adotado a horizontalidade e a autogestão como modelos de participação e atuação coletiva. Dessa forma, privilegiam uma estrutura não hierárquica, onde cada integrante pode atuar quando quiser e como puder, onde as individualidades e potencialidades de cada indivíduo enriquecem o trabalho coletivo. Acreditam que, sem a definição de cargos fixos, a atuação dentro do grupo é mais fluida e democrática, fazendo com que decisões possam ser tomadas independentemente de qualquer possível discriminação que estruturas mais rígidas possam causar.

Outro padrão entre os grupos ativistas é a utilização massiva da internet e das redes sociais virtuais como ferramentas de comunicação, informação e mobilização. Atuando em rede, conseguem fazer com que suas ações tenham impactos não só localmente, mas também nacional ou até internacionalmente. Dessa forma, grupos antes dispersos conseguem se unir através do reconhecimento de uma identidade de luta e princípios.

Com isso, apesar da diversidade entre os grupos ativistas, pode-se compreender esses atores como parte de um movimento que se chama aqui de “movimento ativista urbano”. Esse movimento se caracteriza por uma ação coletiva reivindicatória, que exerce pressão no Estado, para a implantação ou melhoria nos serviços

públicos e equipamentos coletivos, e na sociedade, através da conscientização e mobilização dos cidadãos em relação aos espaços de manifestação da vida política nas cidades.

A partir da multiplicidade de temáticas dentro do movimento ativista urbano, o enfoque deste trabalho se dá, essencialmente, na investigação dos grupos ativistas que têm como principal pauta o espaço público (enquanto bem de uso comum do povo), seja através da reivindicação de melhores condições de manutenção e infraestrutura, seja na disputa por mais espaços públicos e democráticos na cidade de São Paulo.

1.2 Apropriação do espaço público como direito à cidade

Ainda que o enfoque deste trabalho seja o movimento ativista urbano do começo do século XXI, não se pode deixar de citar algumas referências que influenciaram o ativismo urbano do século passado e que seguem presentes no discurso do movimento ativista urbano aqui estudado. A ocupação do espaço público como forma de criticar o urbanismo vigente e defender a participação ativa dos cidadãos na proposição das cidades é uma luta que tem percorrido o desenvolvimento das cidades e que, apesar das peculiaridades de cada tempo, apresenta muitas semelhanças entre movimentos de meados do século passado e do presente.

O ativismo dos anos 1950 pode ser representado pelo ideal situacionista que se baseava na crítica ao caráter programático do urbanismo moderno e

incentivava a produção coletiva e o engajamento dos cidadãos. Inicialmente voltado apenas às artes, o Movimento Situacionista posteriormente passou a tratar também da vida cotidiana e de seus aspectos no campo das artes, da política e do urbanismo. Os situacionistas propunham uma arte ligada à vida e em relação direta com a cidade, criticando o urbanismo e o planejamento vigentes na época. Eram contra o monopólio urbano dos urbanistas e planejadores e a favor de uma construção coletiva das cidades. O pensamento urbano situacionista se baseava na psicogeografia¹², na deriva¹³ e na construção de situações através da participação ativa dos cidadãos, que só seria possível por meio de uma verdadeira revolução da vida cotidiana. Pretendiam usar a arquitetura e o ambiente urbano para induzir a ação das pessoas e questionar a alienação e a passividade da sociedade (JACQUES, 2003).

12 A psicogeografia estudava o ambiente urbano, sobretudo os espaços públicos, através de deambulações urbanas e tentava mapear os diversos comportamentos afetivos diante dessa ação. Era uma geografia afetiva, subjetiva, que buscava cartografar as diferentes ambiências psíquicas provocadas pelas deambulações.

13 Deriva era o modo de comportamento experimental através da técnica da passagem rápida por ambiências variadas e da apropriação do espaço urbano pelo pedestre. Ação do andar sem rumo, deambulações urbanas.

O trabalho de Jane Jacobs se aproximou do pensamento situacionista e influenciou o ativismo e a insurgência de movimentos norte-americanos na década de 1960. Seus estudos se posicionavam contra a lógica predominante das correntes modernas e a favor da diversidade urbana. Jacobs (2011) defendia que a morte dos espaços públicos significaria a morte da cidade. Acreditava que esses espaços ofereciam a possibilidade de promover encontros entre pessoas e que esses encontros seriam os responsáveis por manter o funcionamento das cidades. Dessa forma, defendia a diversidade e a intensidade de usos das ruas e calçadas e criticava os espaços livres propostos pelo

urbanismo ortodoxo, que muitas vezes se encontravam subutilizados.

Também inspirado pelo pensamento situacionista, o conceito de Henry Lefebvre sobre direito à cidade, cunhado em obra homônima em 1968, teve grande papel transformador e é a principal referência que será analisada para o estudo do ativismo urbano. Envolto na dinâmica da cidade de Paris da década de 1960¹⁴, Lefebvre via no direito à cidade uma queixa em relação à crise da vida cotidiana na cidade e uma exigência para se criar uma vida urbana alternativa e mais significativa (HARVEY, 2014).

A obra de Lefebvre tratou do fenômeno urbano ao problematizar os agentes geradores de transformações na cidade e as consequências que essas transformações trouxeram para elas. Para isso, ele categorizou as relações sociais em duas ordens, próxima e distante, onde a primeira simboliza as relações entre pessoas e entre grupos de pessoas, e a segunda simboliza a ordem da sociedade, regida pelas grandes instituições. A ordem distante, dotada de poderes, se impõe sobre a ordem próxima, fazendo com que esta se convença dos princípios determinados pela outra. Assim, a sociedade como um todo, influenciada por ambas as ordens, se transforma e, por consequência, a cidade se transforma também. Lefebvre atribuía às cidades a qualidade de obra, “uma obra a ser associada mais com a obra de arte do que o simples produto material.” (LEFEBVRE, 2012, p. 52). A noção de cidade como obra de arte tem o valor de uso sobre o valor de troca, como as cidades

¹⁴ Não só Paris, mas também várias outras cidades passavam por uma grave crise econômica, conflitos ideológicos e descontentamento social. Na cidade de Paris, a agitação popular levou a diversas manifestações que culminaram no Movimento de Maio de 1968 que veio a incentivar uma série de protestos contra o sistema capitalista em várias partes do mundo.

da Idade Média ocidental. A produção de cidades na história fez com que elas se tornassem objetos dotados de signos, podendo esses signos serem comprados e vendidos, sobrepondo o valor de troca ao valor de uso. Para Lefebvre, a cidade só teria sentido com o domínio do valor de uso e, a partir desse conceito, passou a problematizar a cidade moderna dos anos 1960/70.

Ele caracterizou a cidade moderna como um lugar programado para o consumo e consumidores, onde o Estado e a indústria impuseram uma forma de organização pautada em diversos contextos sociais, através de um funcionalismo simplificador. Essa forma de organização transformou a cidade em uma mera combinação de elementos, que nem sempre eram bem dispostos devido à dificuldade em se tratar a diversidade de forma racionalizada. Dessa maneira, matou-se o organismo que mantinha a cidade viva na medida em que o urbano “perdeu os traços e as características da obra, da apropriação” (LEFEBVRE, 2012, p.83).

Para que pudessem controlar e manipular a sociedade urbana, o Estado e os interesses econômicos foram enfraquecendo a cidade através da fragmentação da vida cotidiana, onde trabalho, transporte, vida privada e lazeres foram tratados de maneira isolada, ao invés de fazerem parte de uma síntese, de uma reunião dos itens dispersos sob a forma da simultaneidade e dos encontros.

Frente a esse panorama, Lefebvre entendeu que o urbanismo imposto às cidades estava levando à sua destruição. Acreditava que a sociedade urbana estava

persistindo na manutenção do urbano na medida em que:

“as relações sociais continuam a se tornar mais complexas, a se multiplicar, a se intensificar, através das contradições mais dolorosas. A forma do urbano, sua razão suprema, a saber a simultaneidade e o encontro, não podem desaparecer. (...). Os habitantes (quais? cabe às pesquisas e aos pesquisadores encontrá-los!) reconstituem centros, utilizam certos locais a fim de restituir, ainda que irrisoriamente, os encontros.” (LEFEBVRE, 2012, p. 84)

Lefebvre caracterizou esses habitantes, capazes de solucionar os problemas urbanos, como grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de realizar iniciativas revolucionárias que renovariam a cidade como obra. Para isso, seria necessário desfazer as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade em uma proposta de reforma urbana que:

“... põe em questão as estruturas, as da sociedade existente, as das relações imediatas (individuais) e cotidianas, mas também as que se pretende impor, através da via coatora e institucional, àquilo que resta da realidade urbana. Em si mesma reformista, a estratégia de renovação urbana se torna ‘necessariamente’ revolucionária, não pela força das coisas mas contra as coisas estabelecidas.” (LEFEBVRE, 2012, p. 113)

Assim, o autor definia o direito à cidade como um direito à vida urbana transformada e renovada. Com ideias de caráter político, propositivo e emancipatório, propunha a produção de um espaço diferencial e a construção de uma outra sociedade urbana que fosse capaz de tomar o controle da vida cotidiana através do

resgate do valor de uso em detrimento do valor de troca das cidades, imposto pelo Estado e pelos interesses econômicos, como colocado no trecho a seguir:

“... trata-se de uma mudança de prática social. O valor de uso, subordinado ao valor de troca durante séculos, pode retomar o primeiro plano. Como? Pela e na sociedade urbana (...). Que a realidade urbana esteja destinada aos ‘usuários’ e não aos especuladores, aos promotores capitalistas, aos planos dos técnicos...” (LEFEBVRE, 2015, p. 127)

Em detrimento da centralidade capitalista que criou a cidade como “lugar de consumo e consumo do lugar” (ibid., p. 130), Lefebvre propôs a centralidade lúdica que colocaria a apropriação acima do domínio. Os espaços lúdicos seriam como espaços políticos e culturais, de troca e de circulação, que permitiriam a ação social e restituíam o sentido de obra das cidades. Porém, acrescentou que, para isso, seria necessária uma revolução não só urbana, mas também econômica, política e cultural articuladas em uma frente mundial, uma condição que reconhecia ser algo impossível, uma utopia, para a época em questão.

A teoria do direito à cidade contribuiu e segue contribuindo com reflexões a respeito da produção do espaço, já que se manteve atual e relevante. São claras as semelhanças que se encontra entre a cidade dos anos 1960/70 descrita por Lefebvre e a cidade do novo milênio, na medida em que o desenvolvimento das cidades, em sua maioria, continuou a se basear no sistema capitalista e a reproduzir os mesmos problemas relatados pelo autor.

Na cidade de São Paulo, o valor de troca foi potencializado pelo mercado da construção civil e também pelo Estado, através da disseminação de obras viárias e empreendimentos imobiliários. A centralidade lúdica não se sobressaiu à centralidade capitalista, relegando os espaços públicos ao abandono e deterioração. Com isso, reivindicações fundamentadas na noção de direito à cidade, relacionadas à situação urbana e social da cidade de São Paulo, passaram a pautar as lutas urbanas por moradia, trabalho, transporte, espaços públicos, entre outros.

O modo tradicional de planejamento das cidades, baseado em planos urbanísticos elaborados por estudiosos e representantes do governo, vem sendo questionado, enquanto novas possibilidades de organização do espaço e da sociedade ganham importância na orientação dos estudos do planejamento urbano, político e social. Assim como os situacionistas e baseado no estudo de Jacobs e Lefebvre, o movimento ativista urbano defende o protagonismo dos cidadãos ao incentivar a participação ativa dos sujeitos e potencializar a ação coletiva que enriquece e valoriza o ambiente urbano. Nesse sentido, o trabalho do movimento ativista urbano na mobilização e atuação coletiva pela defesa de espaços públicos mais inclusivos e democráticos se enquadra na luta pelos direitos urbanos, pelo direito à cidade.

Entretanto, a ideia de direito à cidade, que foi amplamente disseminada no decorrer dos anos, foi também muito discutida, apropriada, modificada e, em

alguns casos, até mesmo ressignificada em oposição aos pensamentos de Lefebvre. O propósito da produção de um espaço diferencial e da construção de uma outra sociedade, com sentido político transformador explícito, muitas vezes foi deixado em segundo plano, por mais que as questões relacionadas à representação, alienação e modernidade se mantivessem em pauta. Com isso, há quem acredite que houve um reducionismo na proposta de Lefebvre, limitando suas proposições a propostas humanistas, reformistas e/ou conservadoras, distantes de um sentido político transformador¹⁵.

Harvey (2014), por outro lado, defende que a ideia de direito à cidade passou por um certo ressurgimento desde os anos 2000 e que o que vem acontecendo nas ruas, os movimentos sociais urbanos e o surgimento do sentido de “cidadania insurgente” (HOLSTON apud. HARVEY, 2014, p. 14), é algo muito importante que “não tem nada a ver com o legado de Lefebvre, mas tudo a ver com as lutas que continuam a existir acerca de quem vai configurar as características da vida urbana cotidiana.” (HARVEY, 2014, p. 14). Além disso, o autor contribui com a ideia de que as lutas pela cidade surgem a partir das ruas e bairros de “cidades doentes” e não a partir da ideia de Lefebvre. A relação que se tem com as ideias de Lefebvre é justamente o fato dele também ter encontrado nas “cidades doentes” os princípios para pensar o direito à cidade.

¹⁵ Essa discussão foi tratada em Sessão Livre coordenada pela Prof. Dra. Ester Limonad proposta no XVII ENANPUR realizado em maio de 2017, em São Paulo.

“Portanto, convenhamos: a ideia do direito à cidade não surge fundamentalmente de diferentes caprichos e modismos intelectuais (embora eles existam em grande número, como

sabemos). Surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero.” (Harvey, 2014, p. 15)

Assim, Harvey reconhece a existência de movimentos pelo direito à cidade que apresentam grande diversidade de pautas e se encontram em plena atividade em várias cidades do mundo. Mas ressalta também que o conceito de direito é relativizado por quem irá lhe conferir significado, o que faz com que a própria definição do termo esteja em disputa. Nesse sentido, o direito à cidade proposto por Harvey (2014), muito mais do que o direito de acesso a algum recurso, é o direito de transformar a cidade a partir dos desejos de uma coletividade. É reivindicar a possibilidade de fazer parte do processo de urbanização das cidades e participar da sua construção de forma radical e fundamental.

Essa definição do conceito se encaixa na situação urbana atual através da contextualização que Harvey traz sobre a expansão da urbanização nas últimas décadas e das transformações geradas no estilo de vida dos cidadãos. Nesse contexto, a economia continua a se basear no consumo, sendo a vida nas cidades uma importante mercadoria a ser comercializada através do turismo, cultura e espetáculo. Favorecendo aqueles que podem consumir a vida urbana, as cidades se tornaram cada vez mais fragmentadas e propensas a conflitos. A polarização na distribuição de riqueza e poder tem gerado “cidades de fragmentos fortificados, de comunidades muradas e de espaços públicos mantidos sob vigilância constante.” (ibid., p. 48), como é o caso da

cidade de São Paulo.

A ascensão de políticas neoliberais demonstra o poder que o capital privado tem de impor condições às cidades, dificultando a proposição de espaços políticos pensados pela e para a coletividade. Com isso, a expressão “direito à cidade” pode ser apropriada pelos interesses privados e pelos discursos políticos, que muitas vezes estão submetidos aos interesses do mercado. Dessa forma, esse conceito pode ficar confinado “nas mãos de uma pequena elite política e econômica com condições de moldar a cidade cada vez mais segundo suas necessidades particulares e seus mais profundos desejos.” (ibid., p. 63). Em São Paulo, essa realidade também pode ser identificada, como será visto no próximo capítulo que voltará a tratar da política urbana imposta às cidades brasileiras.

Dentro desse contexto, grupos ativistas têm surgido em várias partes do mundo na tentativa de propor uma maneira de pensar a cidade a partir dos interesses coletivos, livre dos poderes políticos e financeiros que têm dominado a produção urbana há décadas. A disputa por mais espaços públicos de uso coletivo se mostra como uma entre diversas pautas que se enquadram na luta pelo direito à cidade.

Em São Paulo, os grupos ativistas não conseguem se contrapor frente ao poder do capital privado, já que ainda se apresentam de forma dispersa, com uma variedade de reivindicações que não contemplam um discurso único. Para Harvey (2014), esses diversos movimentos de oposição deveriam se unir para exigir

maior controle democrático sobre a produção e a utilização dos excedentes¹⁶ na urbanização.

Assim, a luta pelo direito à cidade se mostra como um estágio intermediário para a derrubada do sistema capitalista de acumulação infinita e suas estruturas de poder de exploração de classes e do Estado. Esse objetivo, porém, nunca poderá ser um objetivo em si (Harvey, 2014, p.24). Como posto também por Lefebvre em 1967, essa ideia continua sendo uma utopia, mas uma utopia que se transforma constantemente e que faz avançar, faz pensar e caminhar em busca do horizonte.

16 Trata-se dos excedentes da produção do sistema capitalista para gerar mais-valia (lucro). Como descreve Harvey, "...o capitalismo está eternamente produzindo os excedentes de produção exigidos pela urbanização. A relação inversa também se aplica. O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente de produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização." (2014, p.30).

1.3 Reivindicação do espaço público como *comum* urbano

Nos últimos anos, tem se ouvido falar a respeito do conceito do *comum*, que, associado ao discurso do direito à cidade, passou a fazer parte do vocabulário de movimentos ativistas em diversas cidades do mundo. Entretanto, trata-se de um conceito que ganhou destaque recentemente, em meados dos anos 1990, e, por isso, ainda não há como confirmar que ele se aplique ao movimento ativista urbano no caso da cidade de São Paulo, tampouco ao contexto brasileiro. No entanto, podemos fazer algumas associações entre o *comum* e o ativismo aqui estudado. Para isso, se faz necessária uma breve contextualização teórica sobre o tema para possibilitar algumas reflexões sobre o assunto.

O primeiro autor que merece atenção para o estudo dos *comuns* é o ecologista Garrett Hardin, que em 1968

publicou um artigo intitulado “*The tragedy of commons*” (A tragédia dos *comuns*). Neste ensaio, Hardin criticava a possibilidade de autogestão de recursos finitos de uso comum sem que houvesse um controle do Estado e/ou do setor privado para mediar os interesses individuais sobre o uso desses bens. Defendia que, sem uma intervenção política externa, esses recursos poderiam ser levados a exaustão. Para justificar sua teoria, o autor apresentou o exemplo de um pasto com acesso irrestrito de vários pastores que, pensando individualmente, acrescentariam cada vez mais animais no campo, já que o retorno financeiro seria individual e os problemas de fertilidade da terra seriam distribuídos entre todos eles. Com isso, o pasto seria destruído e esgotado pelo grande número de animais pastando ao mesmo tempo devido à maximização do uso individual de cada pastor (HARDIN, 1968).

A partir dessa premissa, a teoria de Hardin passou a ser usada como argumento para defender a soberania estatal e a propriedade privada, que seriam capazes de mediar o uso individual e a necessidade global. Vale ressaltar que essa teoria foi pensada em meio ao ciclo de lutas anticapitalistas de 1968, que, como aponta Alexandre Mendes, pode ser considerado como “uma primeira práxis do *comum* no interior do capitalismo” (MENDES, 2012, p.16 apud CRUZ, 2017). Nesse sentido, Hardin poderia estar traduzindo o conceito como uma tragédia para tentar esconder a ameaça que a produção do *comum* estaria representando naquele momento (MENDES, 2012 apud CRUZ, 2017).

Anos mais tarde, em 1990, o trabalho da economista e cientista política Elinor Ostrom se destacou ao contestar a teoria de Hardin em obra intitulada “*Governing the commons*” (Governando os *comuns*, tradução nossa). Ostrom apresentou uma solução muito simples para a tragédia prevista por Hardin, exemplificada no caso do pasto: a comunicação entre os pastores. Seu trabalho se apoiou na ideia de cooperação para administrar recursos de propriedade comum, o que traria melhores resultados e benefícios tanto coletivos como individuais. Através de estudos de caso, Ostrom pôde contestar a teoria de que a única maneira de se resolver problemas relativos a recursos de propriedade comum seria a imposição de direitos plenos de propriedade privada ou de regulamentações ditadas por autoridades estatais. Dessa forma, a autora combateu a ortodoxia econômica que via o Estado e o mercado como únicas alternativas para a gestão e produção de bens na medida em que apresentou novas formas de instituições capazes de exercer essas tarefas (OSTROM, 1990).

A investigação de Ostrom, no entanto, limitou-se a estudos de pequena escala (seu maior exemplo representava uma comunidade de 15 mil pessoas), onde a cooperação entre os usuários se mostrou bem sucedida. Ao mudar a escala, a relação direta entre as pessoas era afetada, fazendo com que outras formas de organização se fizessem necessárias, como a subordinação e a hierarquização. As soluções encontradas em organizações coletivas de pequena escala não poderiam, portanto, ser utilizadas para

situações globais sem que fosse necessário recorrer a formas de organização hierárquicas. Dessa maneira, demonstrou que o princípio da horizontalidade nem sempre é eficiente e, devido às suas limitações, em alguns casos deve ser superado (HARVEY, 2014).

É importante também entender a variedade de *comuns* e as diferentes possibilidades de acesso que cada um dos tipos de *comuns* possibilita. Eles podem ter acesso livre (como o ar que respiramos), podem ter acesso livre, porém controlado (como as ruas que são policiadas), ou, ainda, podem ser restritos a um grupo específico (como o recurso hídrico de uso comum controlado e compartilhado por uma comunidade de agricultores). Por último, há também os *comuns* culturais e intelectuais que, diferentemente dos recursos naturais, não estão sujeitos à lógica de escassez ou aos usos excludentes. Não estão livres, porém, do intenso ataque da mercantilização e do cercamento (HARVEY, 2014).

Alguns autores defendem que produção de *comuns* só é possível através da combinação entre recursos, uma comunidade e um conjunto de práticas sociais (BOLLIER, 2014 apud CRUZ, 2017). Para tratar dos *comuns* (*commons*), a literatura acadêmica, proveniente em sua maioria da língua inglesa, vem utilizando os termos *commoner*, para se referir às pessoas, e *commoning*, para designar as práticas sociais. Como proposto por Cruz (2017), esses termos podem ser traduzidos como *comuneiros* e *fazer-comum*, respectivamente, na tentativa de melhor representar o significado das palavras inglesas em nosso idioma.

Para entender melhor esses conceitos, os espaços públicos podem ser tomados como exemplo. Espaços de administração e propriedade do Estado não são necessariamente exemplos de *comuns*, apesar de sua natureza pública contribuir para as qualidades dos *comuns*. Para que possam ser considerados como tal, precisam da ação de *comuneiros* que possibilitem que os espaços públicos sejam considerados *comuns* urbanos ao exercerem a prática do *fazer-comum* nesses locais. Os *comuneiros* podem se apresentar de diversas formas, seja como uma comunidade organizada, um grupo de moradores ou até mesmo cidadãos dispersos que possibilitem uma ação política de apropriação do local através do *fazer-comum*.

“As praças Sintagma, em Atenas, Tahrir, no Cairo, e da Catalunha em Barcelona eram espaços públicos que se tornaram *comuns* urbanos quando as pessoas ali se reuniram para expressar suas opiniões políticas e fazer suas reivindicações. (...). Sempre houve uma luta por quem cuidará e para quem a produção e o acesso aos espaços e aos bens públicos devem ser regulados. A luta para apropriar os espaços e bens públicos urbanos tendo em vista um objetivo comum está em curso. Todavia, para proteger o *comum*, quase sempre é crucial proteger o fluxo de bens públicos que corroboram as qualidades do *comum*.” (HARVEY, 2014, p. 144, grifo nosso)

A colocação de Harvey sobre a proteção dos *comuns* e dos bens públicos se coloca frente à ameaça que os *comuns* e a cultura do *fazer-comum* vêm sofrendo pela imposição da lógica capitalista e das

políticas neoliberais. Dessa forma, os *comuns* estão sendo transformados em mercadorias e as práticas coletivas estão sendo apagadas pelos discursos de competitividade e individualidade que levam à legitimação da propriedade privada. A apropriação dos *comuns* pelas forças do capital privado, para Harvey, sinaliza a verdadeira tragédia dos *comuns* que, mesmo quando produzidos e mantidos pelo trabalho coletivo, podem ser mercantilizados e monetarizados, principalmente quando se tratam de *comuns* urbanos que são facilmente apropriados pelos discursos de valorização imobiliária capitalizada pelo mercado. A tragédia, assim como no caso da suposta tragédia premeditada por Hardin, não é de responsabilidade dos *comuns* em si, mas sim da “incapacidade de os direitos de propriedade privada individualizada atenderem aos interesses comuns como deveriam fazer” (HARVEY, 2014, p.147) ou seja, o problema está nas “relações entre os que o produzem e o conquistam pelo esforço em diferentes escalas e aqueles que deles se apropriam para seu benefício privado.” (ibid., p.154).

Os responsáveis pela tragédia não são apenas os investimentos privados, mas também os públicos, que muitas vezes são usados na tentativa de produzir algo semelhante aos *comuns*, porém com objetivo de beneficiar empreiteiros e/ou proprietários de bens privados através da valorização patrimonial, onde a “urbanização nada mais é do que a incessante produção de um *comum* urbano (ou sua forma espectral de espaços e bens públicos) e sua eterna apropriação e

destruição por interesses privados.” (ibid., p. 156, grifo nosso).

Neste cenário mundial, que tem os interesses do Estado emparelhados aos interesses privados e onde os bens públicos são sucateados e usados como instrumentos de acumulação privada, a produção de *comuns* passou a ganhar reconhecimento como uma prática capaz de resistir ao poder do capital privado e possibilitar uma transformação social e política. A instrumentalização de outras formas de estruturas organizacionais, baseada no coletivismo e na horizontalidade, que puderam ser comprovadas pelos estudos de Ostrom, abriu caminhos para se discutir possibilidades de vivências com bases anticapitalistas, livres do Estado e do mercado, e ampliar a discussão dos *comuns* como questão política.

O aprofundamento no estudo dos *comuns* fez surgir discursos que vão além das questões economicistas de administração e formas de gestão de bens que se distanciam da dicotomia Estado e mercado. Passou-se a discutir o *comum* como princípio político que pudesse superar as imposições do poder hegemônico ao buscar uma alternativa de sociedade baseada no desejo de viver, e não apenas uma utopia de sociedade alternativa (CAVA, MENDES, 2017).

Os filósofos políticos Antonio Negri e Michael Hardt ganharam importante papel na discussão do tema por terem sido os primeiros a fazer o esforço de pensar o *comum* como um princípio filosófico. Ao se basearem em uma perspectiva crítica e teórica, deixaram em segundo

plano o conceito de *comuns* atrelado à ideia de bens e recursos naturais, que até então estava muito presente.

Através de uma trilogia de livros - *Império* (2005), *Multidão* (2004) e *Bem-estar Comum* (2016) - os autores apresentaram a ideia do surgimento de uma nova forma global de soberania, o *Império*, baseado em um poder de rede que tem como elementos fundamentais os Estados-nação dominantes, instituições supranacionais e grandes corporações capitalistas que cooperam para criar e preservar a ordem global. Em seguida, na segunda obra, apresentaram os novos sujeitos de resistência que vêm se constituindo dentro do *Império*, a *multidão*, que se difere das antigas noções de sujeito social (como povo, massa ou classe operária) na medida em que é múltipla e adota um conceito aberto e abrangente, mantendo as diferenças sociais e tentando apreender a importância das recentes mudanças na economia global (HARDT, NEGRI, 2014). Por fim, na última obra, formularam o conceito do *comum* que, ao permitir novas práticas sociais de reprodução através da produção e gestão de maneira coletiva, trouxe novas contribuições à usual dicotomia entre Estado e mercado (HARDT, NEGRI, 2011 apud CRUZ, 2017).

Apesar de Hardt e Negri apresentarem o *comum* como prática construtiva, seus estudos não distinguiram com muita clareza as práticas dos recursos aos quais se referem, já que, em alguns casos, trataram o *comum* como resultado e não como ação. Mesmo assim, suas obras foram fundamentais para o entendimento do *comum*, uma vez que a construção teórica proposta por

eles serviu de base para a discussão do *comum* como princípio político a partir da retomada desses conceitos pelos filósofos Pierre Dardot e Christian Laval.

Para isso, os autores diferenciaram os termos *comum* (no singular) e *comuns* (no plural), na medida em que “‘*comuns*’ é o nome dos objetos de natureza muito diversa pelos quais a atividade coletiva dos indivíduos se responsabiliza” e “‘*comum*’ é o nome propriamente dito do princípio que anima essa atividade e ao mesmo tempo preside a construção dessa forma de autogoverno.” (DARDOT, LAVAL, 2017, p.20). Ou seja, “*comuns*” se refere aos ativos que são resultantes de atividades colaborativas e “*comum*” se refere ao princípio político que vem sendo construído.

Dardot e Laval, para justificar a diferenciação dos termos, levantaram o fato de que a crise ambiental, que colocou em pauta a discussão dos *comuns* atrelada à ideia de bens e recursos naturais, não será a única a afetar o destino da população mundial. Dessa forma, criticaram a concentração de discursos e mobilizações em torno da questão climática “enquanto empresas, classes dominantes e Estado continuam brigando para tomar para si o máximo de poder, riqueza e prestígio, como se não tivessem nada a ver com isso [referindo-se à crise ambiental]”. Portanto, concluíram que “não é tanto uma questão de proteger ‘bens’ fundamentais para a sobrevivência humana, mas de mudar profundamente a economia e a sociedade, derrubando o sistema de normas que está ameaçando de maneira direta a humanidade e a natureza.” (ibid., p. 13).

A tragédia do não *comum*, como definiram o momento atual, demonstra que a ideia de um destino comum da humanidade se mostra distante, já que nem a construção de uma ação coletiva capaz de responder à urgência climática se mostra possível nos dias de hoje. Em meio à dominação da humanidade por grupos econômicos, classes sociais e castas políticas, a discussão do *comum* surge como alternativa frente a subordinação do Estado em fazer com que a sociedade siga as exigências do mercado mundial, sem a intenção de governar pelo bem-estar da população. Dessa forma, os autores identificaram um princípio político do *comum* a partir dos movimentos, luta e discursos que vêm surgindo nos últimos anos, em várias partes do mundo, contra a ascensão de políticas neoliberais. Apontaram que esses movimentos não deveriam ser identificados como “eventos caóticos e aleatórios, erupções acidentais e passageiras, insurreições dispersas e sem objetivo.” Defenderam que essas lutas políticas vêm obedecendo “à racionalidade política do *comum*”, através das “buscas coletivas de formas democráticas novas.” (ibid., p. 19).

Para exemplificar essas lutas políticas, os autores citaram o movimento de ocupação de praças e parques que ocorreu a partir de 2011 em várias cidades do mundo, dando destaque ao caso do Parque Gezi, situado na Praça Taksim, em Istambul. Em maio de 2013, o parque foi ocupado como forma de protesto contra a derrubada de árvores para a reconstrução do Quartel Militar Taksin, que abrigaria um centro comercial. Após violenta repressão policial, os protestos ampliaram-se para

além do caráter ambiental de proteção do parque e se transformaram em manifestações antigovernamentais, com pautas mais amplas que chegaram a unir mais de dois milhões de pessoas. Em junho do mesmo ano, por dez dias, “a Praça Taksim e o Parque Gezi tornaram-se um espaço de vida, um lugar onde se experimentava a comunhão de práticas e formas de ação.” (ibid., p.20), onde os manifestantes defenderam “seus espaços de vida”, criaram o *comum* onde eram “materialmente constrangidos ao isolamento” e cuidaram “do espaço coletivo e de si mesmos” (TAYLAN, 2013, p. 57 apud DARDOT, LAVAL, 2017, p. 20, grifo nosso).

Figura 5

Protesto em Istambul
impulsionado pela
ocupação do Parque Gezi
Fonte: Evren Kalinbacak,
2013

Os movimentos de ocupação de praças e parques que surgiram pelo mundo a partir de 2011 influenciaram os protestos de junho de 2013 que ocorreram em São Paulo e em diversas cidades do Brasil. Dessa forma, as lutas contemporâneas contra o neoliberalismo estão relacionadas ao movimento ativista urbano aqui estudado na medida em que esse movimento se fortaleceu a partir de junho de 2013, como será visto no próximo capítulo.

Apesar da discussão do *comum* estar entre o discurso ativista de muitos grupos que atuam na cidade de São Paulo, não se pode afirmar que essa pauta seja concreta e que o ativismo na cidade hoje se configure como uma luta pelo *comum* (no singular). Por outro lado, pode-se pensar que esses grupos estão lutando pela construção de *comuns* (no plural), mas que, como visto anteriormente, pensar no *comum* como produto e não como princípio deixa aberta a possibilidade da apropriação da produção coletiva pelo mercado e da manutenção do interesse privado sobre as práticas comunitárias.

CAPÍTULO 2

ATIVISMO URBANO E PODER PÚBLICO DO EXECUTIVO AO JUDICIÁRIO

2.1 A participação da sociedade civil na esfera pública

Antes de tratar da relação entre o movimento ativista urbano e o poder público, faz-se necessária uma breve contextualização da participação da sociedade civil nas esferas públicas do país. Para isso, será abordado o conceito de sociedade civil no Brasil que, de acordo com Gohn (2004), surge no final dos anos 1970 quando é definitivamente introduzido no vocabulário político. O conceito tornou-se sinônimo de participação e organização da população civil na luta contra o regime militar, pela reivindicação de bens, serviços e direitos sociopolíticos. Tratava-se, portanto, de uma organização independente do Estado e, muitas vezes, contrária a ele. De forma autônoma, defendia uma democracia direta e participativa para a construção de uma contra-hegemonia ao poder dominante, representando um ato

de desobediência civil e de resistência ao regime militar. Ao mesmo tempo, surgiam os movimentos populares urbanos, que reivindicavam bens e serviços públicos, terra e moradia, além dos chamados “novos” movimentos sociais, que lutavam pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais, demonstrando uma ampliação e pluralização dos grupos organizados.

Com o fim da ditadura militar, instaurou-se a democracia representativa com base em três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, que trabalhariam em equilíbrio para garantir os direitos individuais e coletivos dos cidadãos.

A redemocratização do país e a abertura de canais de participação e representação política possibilitaram o surgimento de uma pluralidade de novos atores. Acreditava-se que a democracia representativa por si só não seria capaz de garantir os direitos conquistados a todas as camadas da sociedade e que, para isso, seria preciso criar um mecanismo de participação popular para possibilitar maior controle do aparato estatal. Assim, a partir da Constituição de 1988, foram criados mecanismos de participação cidadã e controle social das políticas públicas.

A partir desse momento, o conceito de sociedade civil começou a se alterar. Com base em instrumentos da democracia participativa, o conceito de autonomia deixou de ser fundamental, sendo substituído pelo conceito de cidadania, que passou a fazer parte dos discursos oficiais, aproximando-se da ideia de participação civil e de responsabilidade social. A participação passou a ser

tratada, ao menos oficialmente, não apenas como um direito dos cidadãos, mas também como um dever a ser cumprido.

Por um lado, o entendimento da participação civil como direito e dever dos cidadão representou um ganho no reconhecimento de novos atores no campo político. Com isso, a sociedade civil passou a se articular com representantes políticos por meio de espaços decisórios formais de participação popular como conselhos, fóruns e redes criados para atender as demandas sociais. Por outro lado, esse reconhecimento possibilitou a responsabilização da sociedade civil pelo exercício de atribuições do poder público (GOHN, 2004).

O poder de pressão direta conquistado pelos movimentos sociais nos anos 1980, necessário para enfrentar o regime militar, foi reduzido nos primeiros anos de regime democrático. As conquistas de novos direitos constitucionais alteraram a dinâmica das lutas sociais, rearticulando seu papel na sociedade:

“Houve até quem preconizasse, naqueles anos, que a fase das mobilizações nas ruas estava ultrapassada. Correspondia a uma etapa já superada, pois o regime militar havia caído e se tratava agora de atuar apenas no plano institucional. A educação popular e o trabalho de base junto a grupos populares também passou a receber críticas, seria algo também já superado, justificável apenas na década anterior, naquele momento a página teria que ser virada.” (GOHN, 2004, p.25)

A popularidade dos movimentos sociais começou a cair¹⁷ e parte da sociedade civil passou a se reorganizar em novos agentes, como ONGs, instituições e fundações. Além disso, a crise econômica, que afetou sobretudo as classes mais populares, acirrou o enfraquecimento dos movimentos sociais.

A política de distribuição e gestão dos fundos públicos passou a ser focada em projetos sociais pontuais e, com isso, ações propositivas e não apenas reivindicativas começaram a ser cobradas pelo Estado. Assim, muitos desses novos agentes formados nos anos 1990 voltaram-se para a prestação de serviços através de parcerias com o Estado e/ou empresas privadas e passaram a realizar projetos sociais junto à população menos assistida. Posteriormente, novos termos foram criados para dar suporte a essas ações, tais como responsabilidade social, compromisso social, desenvolvimento sustentável, empoderamento, protagonismo social, economia social, capital social, entre outros (GOHN, 2011, p.341).

Assim, uma parcela das ONGs criadas nos anos 1980 afastou-se de seus propósitos reivindicativos e profissionalizou-se, passando a oferecer serviços a determinados grupos sociais por meio de parcerias e convênios com o próprio Estado. Dessa forma, as ONGs e entidades do terceiro setor passaram a se fortalecer, uma vez que:

¹⁷ Com exceção do movimento social popular do campo que ganhava força, principalmente o Movimento Sem Terra (MST).

“... mobilizar deixou de ser para o desenvolvimento de uma consciência crítica ou para protestar nas ruas. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a

população para participar de programas e projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais.” (GOHN, 2004, p.26)

A participação popular, um direito de todo o cidadão, foi transformando-se em um benefício cedido pelos administradores públicos através da institucionalização da participação em conselhos, fóruns e parcerias. Como apresentado por Gohn (2011), os conselhos gestores, por exemplo, eram uma demanda popular antiga da sociedade civil dos anos 1980 que reivindicava a redemocratização do país. Foram inseridos na Constituição de 1988 como um instrumento de expressão, representação e participação popular, que passou a fazer parte da esfera pública vinculado ao Poder Executivo. Em tese, estava sendo criada uma nova institucionalidade na esfera pública não estatal, na qual os conselhos poderiam potencializar transformações políticas e sociais, já que estariam envolvidos na formação de políticas e tomada de decisões como novos atores deliberativos. Na prática, porém, os conselhos apresentavam (e continuam a apresentar) um caráter, quase sempre, consultivo, sem poder de decisão ou deliberação. Em alguns casos, “têm sido apenas uma realidade jurídico-formal e muitas vezes um instrumento a mais nas mãos do prefeito e das elites, que falam em nome da comunidade, como seus representantes oficiais, não atendendo minimamente aos objetivos de ser mecanismos de controle e fiscalização dos negócios

públicos.” (ibid., p. 355).

Nota-se, portanto, que a atuação da sociedade civil, seja por meio de movimentos sociais ou de organizações não governamentais, passou a ser incorporada como um serviço subordinado ao Estado. Isso se deu não apenas pela criação de espaços de diálogos institucionais entre cidadãos e governo, como conselhos gestores e orçamento participativo, mas também pela presença de representantes de movimentos sociais dentro da própria máquina estatal (ABERS, VON BULOW, 2011).

A limitação desses mecanismos formais de participação social gerou um impasse para alguns movimentos sociais a respeito de ocupar ou não os espaços de participação popular oficiais. “Enquanto alguns movimentos sociais têm rejeitado sistematicamente essa possibilidade, outros movimentos sociais têm tentado utilizar o Estado como plataforma a partir da qual dar maior visibilidade e eficácia às suas demandas.” (ibid., p.66).

Se, por um lado, as associações entre movimentos sociais e Estado podem representar a democratização do aparato público, por outro, podem ser um sinal de perda de autonomia dos movimentos sociais na medida em que seus representantes podem acabar cooptados pela lógica do poder hierárquico do Estado, como explicitado a seguir:

“...se os atores participantes dos pactos e parcerias na esfera pública advirem de sujeitos políticos organizados nos espaços públicos da sociedade civil, com pouca representatividade, fracos laços de pertencimento social, projetos, valores e

visões de mundo não cidadãos, voltados para coletivos organizados apenas como grupos de interesses, grupos de pressão, ou grupos focais que atuam segundo regras exclusivas do mercado, seus resultados e impactos, não pode-se esperar avanços na democratização das relações povo-governo e nem mudanças sociais significativas em direção a projetos emancipatórios, que contemplem a justiça, a igualdade etc.” (GOHN, 2004, p.29)

O processo de institucionalização do espaço participativo, portanto, não reflete necessariamente um crescimento efetivo da participação popular. A setorização de instrumentos de participação por tipo de demanda (moradia, saúde, transporte, entre outros) faz, muitas vezes, com que os cidadãos não consigam participar de todos os espaços de diálogo. Além disso, o monopólio do saber técnico, com o uso de termos e linguagem técnicos e acadêmicos, acaba afastando a participação da população e desqualificando o saber popular. Com isso, o Estado legitima a participação popular através de mecanismos que nem sempre dialogam com as comunidades, muitas vezes camuflando os interesses hegemônicos nas reivindicações populares. Além disso, prejudica o papel de fiscalização e vigilância dos cidadãos organizados, podendo esconder o descompromisso do Estado em garantir o funcionamento dos serviços públicos.

O esvaziamento de parte do caráter reivindicativo da sociedade civil devido à institucionalização da participação popular estimulou o papel de fiscalização do Ministério Público, já que este tem o poder de pressionar

os Poderes Executivo e Legislativo, através do sistema Judiciário, para transformar demandas sociais em demandas legais.

“A esfera pública deve ser, também, um espaço para os cidadãos organizados exercerem fiscalização e vigilância sobre os poderes públicos constituídos via eleições, concursos ou critérios consuetudinários. Por isso, as Promotorias Públicas e o Ministério Público ganharam força para se expressarem, nos últimos anos. Eles são a instância para que se recorra no caso de não observância das ações públicas. A ampliação da esfera pública contribui para a formação de consensos alcançados argumentativamente, numa gestão social compartilhada, gestada a partir de exercícios públicos deliberativos.” (GOHN, 2004, pg.29)

Nota-se que parte dos movimentos populares urbanos dos anos 1970/1980 alteraram sua postura em relação ao poder público, deixando de enfrentar o Estado, como faziam na ditadura militar, para fazer parte das políticas públicas. Dessa forma, o projeto político desses movimentos passou a ter um caráter policlassista, que dava ênfase a questões que iam além das demandas específicas do campo e das carências socioeconômicas, englobando também assuntos relacionados ao meio ambiente e aos direitos humanos, tais como raça, gênero e orientação sexual. (GOHN, 2015)

Com a virada do milênio, o quadro das mobilizações no Brasil começou a se alterar, influenciado pelo novo cenário sociopolítico e econômico. A partir de políticas neoliberais, tentou-se enfraquecer ainda mais os movimentos organizados, que tiveram que alterar sua

postura e retomar uma posição mais ativa frente ao Estado. Dessa forma, passou-se a ter um conhecimento mais aprofundado sobre o funcionamento da máquina estatal, o que levou os movimentos a demandarem uma nova concepção de esfera pública a partir da ética política e contra as políticas neoliberais (ibid.).

“Na primeira década desse século, ampliaram-se os movimentos que ultrapassam as fronteiras da nação; são transnacionais, como o movimento alter ou antiglobalização, (...) atuam através de redes conectadas por meios tecnológicos da sociedade da informação. Novíssimos atores entraram em cena, tanto do ponto de vista de propostas que pautam para os temas e problemas sociais da contemporaneidade, como na forma como se organizam, utilizando-se dos meios de comunicação e informação modernos. Preocupam-se com a formação de seus militantes, pela experiência direta, e não tanto com a formação em escolas, com leituras e estudos de textos. (...) por se tratar de uma rede, não há homogeneidade, tanto no que se refere às propostas como às formas de lutas – todas fragmentadas.” (GOHN, 2011, p.338)

Apesar da fragmentação das lutas, Gohn (2015) identifica quatro pontos comuns na atuação dos novos movimentos sociais:

- 1) lutam em defesa das culturas locais, contra os efeitos da globalização e as políticas neoliberais na medida em que estão ajudando a construir um novo padrão civilizatório, orientado para o ser humano e não para o mercado. Dessa forma, estão resgatando o caráter e o sentido das coisas públicas (espaços, instituições, políticas);

2) chamam a atenção da população para seus direitos e para a forma como o Estado vem administrando os bens públicos na medida em que reivindicam ética na política e se colocam como vigilantes da atuação do poder público;

3) conseguem tratar de assuntos sensíveis, referentes à subjetividade das pessoas, como gênero, crença e valores que outras formas de participação social, como entidades ou instituições, têm dificuldade em tratar;

4) resgatam a noção de autonomia, porém de forma diferente da que existia nos anos 1980. A autonomia que prezam não significa necessariamente estar contra o Estado, mas ter a possibilidade de pensar e projetar de acordo com os interesses dos grupos envolvidos com autodeterminação, construindo e resgatando a cidadania onde ela não existe.

Os pontos listados acima sinalizam o surgimento de novos atores sociais e de uma sociedade que, durante os primeiros anos do novo milênio, se renovou e se fortaleceu. Esse fortalecimento pode ter influenciado as chamadas manifestações de junho de 2013, onde milhões de pessoas foram às ruas de diversas cidades do Brasil para mostrar o descontentamento frente à conjuntura política nacional.

As manifestações de junho de 2013 foram marcadas por uma série de protestos que tiveram como estopim o aumento da tarifa do ônibus em São Paulo. O primeiro protesto reuniu um grupo de jovens na Avenida Paulista, mas, considerando que o transporte público é

uma demanda reivindicada há décadas pela população, não era de se esperar que seria um protesto de grande impacto. Porém, outros fatores associados ao aumento da tarifa fizeram com que um protesto de um grupo específico se transformasse em uma revolta coletiva. Entre esses fatores, destacavam-se os altos índices de desigualdade social, inflação, corrupção e aumento de políticas que iam contra os direitos humanos. Tudo isso em meio a altos investimentos públicos em obras para a Copa do Mundo de 2014, em detrimento dos serviços públicos básicos como transporte, educação, saúde e segurança pública. A repressão policial desproporcional aos jovens manifestantes no primeiro ato, muito divulgada pelas mídias tradicionais, sensibilizou muitos brasileiros que se identificaram com a causa e aderiram à luta, fazendo com que a demanda dos protestos deixasse de focar apenas a mobilidade urbana e passasse a abranger a má qualidade do serviço público em geral.

Considerando também a conjuntura internacional, as manifestações de junho de 2013 tiveram grande influência dos movimentos *Occupy* de várias cidades do mundo, dos Indignados da Europa e da Primavera Árabe¹⁸.

Além de terem conseguido o recuo do governo nas tarifas de transporte público em diversas cidades, as manifestações de junho de 2013 também incentivaram a formação de uma “nova cultura sociopolítica” onde “manifestar-se deixou de ser ato apenas de combate a regimes autoritários, ou campo para sindicalistas, estudantes ou moradores da periferia” como se fez

18 Para mais informações, ver capítulo II de “Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no mundo”, GOHN, 2014.

acreditar a partir da redemocratização do país (GOHN, 2014, p. 12).

19 Essa mesma classe política que se formou após as manifestações de junho de 2013 também aparece relacionada à onda de protestos que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff. No Brasil, os protestos multitudinários coincidiram com a fase do governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Dessa forma, a onda de protestos “surgia aos olhos da esquerda no poder como o negativo do projeto de desenvolvimento encampado pelo partido no governo.” (CAVA, B., MENDES, A. F., 2017, p.31)

Apesar dos protestos terem atraído diferentes camadas sociais e pessoas de faixas etárias variadas, houve uma predominância de jovens de classe média, como analisado por Gohn (2014) a partir de pesquisas realizadas pelo Ibope. Essa característica se manteve como uma nova forma de articulação social, onde jovens escolarizados, predominantemente das classes médias, passaram a criticar “a forma como está sendo feita a política institucional”. A partir de uma organização horizontal e conectados às redes sociais digitais, esses jovens se propuseram a mostrar que “é possível fazer política de outra maneira, não formal, nas ruas, com as vozes e corpos presentes e suas ressonâncias.”¹⁹ (GOHN, 2014, p. 14).

É com base nessa nova articulação social, fortalecida a partir das manifestações de junho de 2013, que o movimento ativista urbano vem se mostrando presente na discussão das cidades. O fortalecimento dos grupos ativistas demonstra a resistência da sociedade civil aos efeitos da desintegração social proporcionada pela imposição de uma política pouco participativa, principalmente no que diz respeito às políticas urbanas.

Figura 6 (folha anterior)

Avenida Paulista tomada
por manifestação em junho de 2013
Fonte: Revista Fórum, 2013

Figura 7

Ponte Estaiada tomada por
manifestação em junho de 2013
Fonte: Folha de S. Paulo, 2013

2.2 Notas sobre a política urbana nas metrópoles brasileiras

No Brasil, a promessa neoliberal de corte dos gastos públicos para possibilitar o investimento em áreas mais essenciais não se concretizou. Pelo contrário, a partir dos anos 1980, “houve transferência massiva de recursos públicos para a esfera financeira privada” enquanto “ocorreram cortes nas políticas de transporte, habitação e saneamento, com profundos impactos sobre as cidades” (MARICATO, 2014, p. 98). As reformas neoliberais diminuíram as oportunidades de trabalho formal, incentivaram formas precárias de emprego e atingiram os direitos dos cidadãos. Assim, associadas ao recuo das políticas sociais e urbanas, fizeram crescer a desigualdade social, o desemprego, a pobreza e a violência urbana.

Ao mesmo tempo que se notava um recuo das

políticas sociais e urbanas, parte da sociedade civil autônoma e reivindicativa formada para enfrentar o governo militar foi gradativamente perdendo sua postura de oposição ao Estado, como vimos anteriormente. Em meio a ascensão do neoliberalismo, apesar dos avanços institucionais conquistados, muitos dos movimentos populares foram (des)organizados em novos arranjos como ONGs, associações, fundações e organizações do terceiro setor como forma de manter a ordem social e favorecer a iniciativa privada através da articulação desses atores com empresas, bancos, redes do comércio e da indústria.

No final do século XX e começo do século XXI, o Brasil passou por mudanças significativas no que diz respeito às políticas econômicas e sociais que posicionaram o Brasil como o “país das oportunidades” no cenário internacional (MARICATO, 2014). Porém, apesar dos avanços, as cidades pioraram, como aponta Ermínia Maricato:

“A mudança no quadro do poder mundial com crescente importância dos países emergentes e consequente crescimento do emprego formal não implica necessariamente cidades melhores. No Brasil podemos dizer que a sociedade está menos desigual - embora ainda constitua em uma das mais desiguais do mundo. Mas essa melhora social e econômica que se reflete no consumo não se reflete nas cidades.” (MARICATO, 2014, p. 83)

À medida que o Brasil passou a ser incorporado na economia global, suas cidades passaram também a responder aos efeitos da globalização e, inseridas

em uma rede internacional de cidades baseada na competitividade, buscaram atrair o capital estrangeiro. Com isso, as cidades se transformaram em produtos para o mercado. A dimensão cultural passou a ser ressaltada, com base em uma política urbana que tem o espetáculo, o turismo e as atividades culturais como seus principais atrativos econômicos, como demonstra Otília Arantes ao ironizar a linguagem designada às cidades inseridas na competitividade global:

“estamos diante de políticas de *image-making*, na mais trivial acepção marqueteira da expressão, pois quem diz *image-making* está pensando, queira ou não, em políticas *bussiness-oriented*, para não falar ainda em *market-friendly* (...).

(...) uma ideia enfim inteiramente dominada pela compulsão da *generalized bargaining* (própria da integração social pelo valor de troca) em que tudo se negocia (não há textos pós-modernos em que não se esteja ‘negociando’ alguma coisa), de imagens a outros itens menos simbólicos (...).”

(ARANTES, 2000, p.14)

A inserção das metrópoles brasileiras no âmbito das cidades globais passou então a justificar um urbanismo pautado na cidade-empreendimento, que tem a imagem como instrumento de acumulação de poder e dinheiro. Dessa forma, as políticas urbanas passaram a se basear na produção de novas localizações através de subsídios públicos que transformaram a vida urbana em uma mercadoria atrativa ao capital externo, mas que apenas parte da sociedade brasileira pode consumir.

Grandes projetos urbanos, revitalização de

centros históricos e remodelamento de bairros que sofreram desinvestimentos são exemplos da política urbana disseminada no Brasil nos últimos anos através de programas como as Operações Urbanas Consorciadas (OUC) e parcerias público-privadas (PPPs). Característicos da economia neoliberal, são projetos facilitados pelos governos locais, mas desenvolvidos a partir de investimentos privados que, na maioria das vezes, priorizam o lucro, em detrimento de questões sociais, aumentando a desigualdade social e os conflitos urbanos. Pensados a partir da lógica da acumulação privada, normalmente representam ações gentrificadoras e de higienização social que visam a expulsão de pessoas de renda mais baixa para possibilitar a atração de investimentos para as classes mais abastadas e assim, alcançar uma valorização imobiliária do entorno.

O planejamento das cidades passou a ser proposto, em boa medida, a partir de conceitos baseados na competitividade, atratividade e eficiência, onde o capital privado ganhou maior participação na gestão de grandes áreas urbanas. Dessa forma, as cidades brasileiras vêm sendo conduzidas para uma “condição de tragédia social e ambiental” na medida em que mantêm “a forma desigual e especialmente a forma ambientalmente predatória do mercado fundiário e imobiliário cuja atitude especulativa foi potencializada pela introdução de investimentos maciços dos programas federais.” (MARICATO, 2014, p. 84).

São Paulo, na posição de centro da grande

metrópole brasileira, está inserida no conceito de cidades competitivas, o que faz com que a administração municipal oriente as políticas urbanas em direção à eficiência econômica ao invés da oferta de serviços públicos. Esse contexto, aliado ao modelo de mobilidade baseado no automóvel e ao fortalecimento do mercado imobiliário através da proliferação de enclaves fortificados, demonstra a predileção do poder público por projetos lucrativos, voltados para as classes mais abastadas, em detrimento de projetos sociais e de uso democrático que visem a inclusão social.

Esse panorama enquadra o planejamento urbano de São Paulo no contexto neoliberal que se caracteriza pela combinação de investimentos privados na região central (centro-sudoeste, no caso de São Paulo), desinvestimento nas periferias, flexibilização do controle sobre o uso e ocupação do solo e ausência de iniciativas que buscam justiça social e proteção ambiental. Privatizações, cercamentos, vigilância e securitização são símbolos desse urbanismo que faz avançar o modelo excludente e privativo para além dos espaços privados, já que projetos urbanos de caráter privatizante também têm transformado espaços públicos em espaços de consumo.

A Praça Roosevelt é um bom exemplo das transformações que os espaços públicos da cidade sofreram nos últimos anos. A praça, proposta junto ao complexo viário do Elevado João Goulart, foi construída nos anos 1970. Ela surgiu no espaço remanescente da obra viária para permitir que a circulação no nível da

Igreja da Consolação fosse mantida sem que a ligação leste-oeste proposta pelo elevado fosse prejudicada. A grande estrutura de concreto construída na década de 1970 não respondeu às necessidades programáticas dos moradores da época e isso, junto ao fato de apresentar uma volumetria inóspita, acabou afastando os usuários que antes ocupavam a região. Junto com o processo de esvaziamento do centro, a praça acabou abandonada pelas elites e pelo poder público, atraindo usuários tidos como degradantes à praça, como moradores de rua, prostitutas, usuários de drogas e *skatistas* que tiravam proveito da estrutura de concreto para a prática esportiva.

Figura 8

Obras da Praça Roosevelt nos anos 1960

Fonte: Folha de S.Paulo, 2012

No final dos anos 1990, o centro começou a atrair novos frequentadores interessados na diversidade e acessibilidade que a região central oferecia. Algumas companhias de teatro independentes começaram a se instalar ao redor da praça e atraíram atividades comerciais para atender o público que voltava a frequentar a região. Na mesma época, projetos de revitalização do centro, já inseridos dentro da lógica de competitividade das cidades globais, passaram a ser propostos pelo poder público e incentivados pelo mercado imobiliário. Foi nesse contexto que surgiu o projeto de reforma da Praça Roosevelt, que vinha sendo discutido desde os anos 1980, mas que apenas em 2010 foi aprovado e construído.

Depois de dois anos fechada para obras, a praça foi entregue em 2012 na gestão Kassab (2009-2012), com um programa que não levou em consideração o público do entorno nem os frequentadores da praça, como os *skatistas*. Com um “cachorródromo”, espaços para lojas de flores e uma base da Guarda Civil Metropolitana, o projeto da praça mostrou estar voltado para o interesse imobiliário que prioriza o uso das classes mais abastadas. Na época de sua inauguração, muito se discutiu sobre um possível processo de valorização imobiliária que poderia expulsar de lá os teatros que ajudaram a resgatar a vocação do local.

A persistência dos *skatistas* manteve a vocação popular do local, já que eles, apesar de não terem sido contemplados no projeto de reforma, se apropriaram do espaço e passaram a usar a praça mesmo que o

mobiliário urbano, de madeira, não fosse apropriado para a prática esportiva. O uso da praça pelos *skatistas* gerou conflitos com outros frequentadores do espaço e com o poder público, que chegou até a proibir a prática no local. Com a troca de gestão em 2013, e após inúmeros protestos e reivindicações para devolver a praça ao uso dos *skatistas*, uma reforma foi proposta para adequar o local a esta prática esportiva.

Durante a gestão Haddad (2013-2016), a praça foi apropriada por diversos grupos, desde os tradicionais *skatistas* e jovens atraídos pelos teatros ao redor, até os novos grupos ativistas que chegaram a promover aulas públicas na praça, tratando de assuntos como o direito à cidade, por exemplo. O uso democrático da praça, porém, atraiu a atenção de grupos contrários à apropriação do local, que passaram a impor limitações ao uso democrático do espaço público.

A gestão Doria (iniciada em 2017) fez crescer o conflito na praça na medida em que passou a reprimir a apropriação de espaços públicos, postura que se aproxima da visão de parte dos usuários da Praça Roosevelt e moradores do entorno que estão insatisfeitos com a diversidade de pessoas que o local tem atraído. Através do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG)²⁰, moradores do entorno têm conseguido pressionar o poder público à restringir o uso da praça através de discursos apoiados nos conceitos de segurança e cercamento, próprios do urbanismo neoliberal. Em 2017, chegou-se a proibir a concentração de blocos de carnaval na praça, além de impedir a

20 De acordo com o site conseg.sp.gov.br, são grupos de pessoas do mesmo bairro ou município que se reúnem para discutir e analisar, planejar e acompanhar a solução de seus problemas comunitários de segurança, desenvolver campanhas educativas e estreitar laços de entendimento e cooperação entre as várias lideranças locais.

realização do Satyrianas, tradicional evento do grupo de teatro Satyros que há mais de uma década apresenta-se no local. Atualmente, ativistas têm confrontado esse discurso, defendendo o uso democrático do espaço público.

Junto ao projeto de revitalização da Praça Roosevelt, o Projeto Nova Luz, as Operações Urbanas (Centro, Faria Lima, Água Espraiada), o programa Cidade Linda, o programa de desestatização e inúmeras outras iniciativas do poder público têm fomentado o urbanismo neoliberal na cidade de São Paulo. Apesar do movimento ativista urbano surgir na contramão do neoliberalismo, nem sempre as ações dos grupos ativistas conseguem ir contra o poder do capital e da propriedade privada.

Figura 9
Skatistas na Pça. Roosevelt
 após reforma de 2012
 Fonte: Estadão, 2013

Como já citado no primeiro capítulo, as ações promovidas pelos grupos ativistas nos espaços públicos da cidade muitas vezes são apropriadas tanto pelo poder público, para mascarar os reais problemas urbanos, como pelo setor privado, que vê as ações ativistas como instrumento de promoção da economia criativa que tem como foco de mercado os jovens interessados na apropriação dos espaços públicos. Dessa forma, algumas ações ativistas vem sendo mercantilizadas junto ao espaço público, que passou a ser foco de políticas públicas onde o interesse do mercado é posto a frente do interesse social. Um exemplo disso é a política de concessão de parques e praças para a iniciativa privada que integra o programa de desestatização proposto pela gestão Doria que, até janeiro de 2018, não foi efetivamente implantado, assim como tantas outras iniciativas dessa gestão que, em um ano, não saíram do papel e dos anúncios de propaganda.

Políticas públicas construídas a partir de exclusões e injustiças estão dominando a sociedade e o espaço público da cidade de São Paulo na medida em que deixam em segundo plano o compromisso ético e o desenvolvimento de políticas urbanas e sociais que tenham como base a participação social.

Gohn (2011) aponta que é preciso lutar por uma sociedade, tanto civil quanto política, que se baseie em uma cultura política livre do clientelismo, fisiologismo e corrupção que ainda marcam fortemente a nossa sociedade. Para isso, é necessária uma reestruturação da cultura administrativa dos órgãos públicos e o

fortalecimento de uma cultura cidadã em respeito aos direitos e deveres individuais e coletivos que permita um maior protagonismo da sociedade civil.

2.3 A relação do movimento ativista urbano com o poder público na cidade de São Paulo

De maneira geral, conforme apresentado anteriormente, a principal forma de interação entre a sociedade civil e o poder público a partir da redemocratização do país se deu através de espaços decisórios oficiais que nem sempre correspondiam com a expectativa de participação popular almejada pelos cidadãos. A imposição de políticas públicas orientadas para o capital privado e a limitação da atuação de parte da sociedade civil contribuíram com a precariedade das condições de vida urbana para boa parte da população.

Nos últimos anos, a insatisfação popular fez crescer o número de movimentos que voltaram a trazer a questão da autonomia como ponto central da participação popular, demonstrando que a sociedade civil está buscando novas formas de interagir com o Estado

para conter a onda neoliberal que tem sucateado as políticas urbanas e sociais não só de São Paulo, mas de todo país. Com o fortalecimento da participação popular, o poder público foi forçado a pensar novas maneiras de ouvir e atender às demandas da população. O movimento ativista urbano enquadra-se nesse novo panorama e é sobre seu envolvimento com o poder público da cidade de São Paulo que será tratado a seguir.

Começando pelo Poder Executivo municipal, para entender a interação entre a municipalidade e os novos agentes ativistas, é necessário voltar para os anos 2000, na gestão do prefeito Gilberto Kassab (2009-2012). Foi nessa gestão que o número de coletivos urbanos, nome pelo qual ficaram conhecidos na época, começou a aumentar na cidade de São Paulo. O relacionamento entre os coletivos e a prefeitura, ou a falta de relacionamento, pode estar vinculado ao crescimento desses grupos insurgentes.

Para incentivar a apropriação dos espaços públicos da cidade, muitos grupos passaram a organizar festas e atividades culturais nesses locais a fim de chamar a atenção da sociedade e cobrar do poder público maior empenho na manutenção dessas áreas. Esses eventos, muitas vezes, foram reprimidos pela Guarda Civil Metropolitana.

A gestão Kassab foi marcada não só pela repressão aos coletivos urbanos, mas também por uma política higienista que ia contra o direito de moradores de rua, vendedores ambulantes, artistas de rua e usuários de drogas de ocupar as ruas como local de permanência,

moradia e trabalho. Era clara a indisposição do então prefeito às ocupações de pessoas nos espaços públicos da cidade, como declarou a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik (2012):

“O que está em jogo neste conjunto de ações por parte da Prefeitura é uma visão securitária e higienista do espaço urbano, assim como sua enorme dificuldade de tratar temas que são complexos – como o vício do crack ou a situação do morador de rua – reduzindo-os simplesmente à presença ou não destas pessoas em determinados espaços públicos.”

Muitos coletivos se manifestaram contra essa postura higienista da prefeitura, incentivando o uso do espaço público como local de manifestação e apropriação de pessoas. O Movimento Boa Praça²¹, por exemplo, se propôs a reformar os bancos “antimendigos”, herdados da gestão Kassab, que inibiam a permanência de moradores de rua devido à sua forma irregular que os impedia de deitar no assento. O coletivo usou a estrutura de concreto para apoiar bancos de madeira com encosto, oferecendo à cidade um mobiliário mais adequado e confortável.

²¹ De acordo com o site movimentoboapraça.com.br, o grupo foi criado em 2008 a partir da união de pessoas que querem viver em uma cidade mais humana com a intenção de mobilizar cidadãos, empresas, governos e instituições para ocupar e revitalizar os espaços públicos, em especial as praças da cidade, devolvendo a elas o seu propósito inicial: o de locais de convívio, lazer, debate e inclusão.

Figura 10
Banco “antimendigo”
reformado

Fonte: acervo pessoal, 2016

O Movimento Baixo Centro também resistiu às políticas higienistas da gestão Kassab. Criado em 2011, o movimento se propunha a trazer para o debate a região central da cidade de São Paulo que era foco de políticas públicas baseadas no conceito de competitividade global, que seguiam o ideal de limpeza social e valorização imobiliária, como o Programa Nova Luz. Entre suas ações, destacou-se o Festival Baixo Centro, organizado de forma colaborativa para promover atividades culturais e artísticas na cidade, principalmente na região do Minhocão. Sob o *slogan* “as ruas são para dançar”, o grupo convidava os cidadãos a ocuparem as ruas para reforçar o ideal de apropriação do espaço público de maneira insurgente. O grupo defendia que é de direito do cidadão a ocupação do espaço público e que não caberia ao Estado impedir o uso de qualquer pessoa nesses locais.

**“EU TENTEI TIRAR O ARTISTA DA
RUA E O BAIXOCENTRO NÃO ME
REPRESENTA”**

Figura 11

Divulgação do Baixo Centro
contra políticas higienistas do
prefeito Gilberto Kassab
Fonte: FB Baixocentro, 2013

Desde a década de 1970, o elevado passou a ser fechado aos carros durante a noite devido ao transtorno sonoro que a circulação de automóveis gera aos moradores do entorno. Desde então, alguns pedestres passaram a fazer uso da via elevada que, sem o fluxo de carros, foi apropriada para a prática de atividades físicas, como caminhar, correr ou andar de bicicleta. No final dos anos 1990, passou a ser fechado também aos domingos e, com o passar dos anos, começou a atrair os olhares de jovens para a possibilidade de ocupar o local também como espaço de convivência. O Movimento Baixo Centro teve importante papel nessa mudança de paradigma em torno do Minhocão, que, em 2015, passou a ser fechado também aos sábados a partir das 15h, desta vez com o intuito explícito de oferecer o espaço para o lazer e convívio das pessoas.

A gestão Kassab não foi capaz de dialogar com os novos movimentos que reivindicavam aquilo que já era direito de todo cidadão: o uso dos espaços públicos da cidade. Ao invés disso, agiu de forma arbitrária ao impedir manifestações e apropriações nesses locais pela sociedade civil. Essa repressão acabou incentivando a formação de outros grupos como forma de protesto contra proibições e limitações impostas ao uso dos espaços urbanos. Quanto mais se tentava conter essa insurgência, mais grupos se formavam para espalhar essa onda de apropriações pela cidade.

O número de grupos ativistas, influenciado também pela onda de protestos de junho de 2013, cresceu ainda mais na gestão de Fernando Haddad (2013-2016),

consolidando o movimento ativista urbano. Ao contrário do que se viu na gestão anterior, foi possível notar uma maior receptividade desse movimento pela prefeitura.

A criação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Cidadania (SMDHC)²² teve papel importante para auxiliar na interação entre o poder público e os novos atores sociais que vinham surgindo. Junto à secretaria, foram criadas áreas temáticas divididas em coordenações. Através da Coordenação de Políticas à Juventude (CPJ), identificou-se uma crise de representatividade entre os jovens e o surgimento de novas formas de participação civil. Vale destacar que o então coordenador adjunto da CPJ, William Nozaki, integrava o coletivo Arrua²³ que propunha, desde 2012, discutir a cidade como espaço democrático. A posição de cidadão ativista e, ao mesmo tempo, de funcionário público pode ter ajudado na correta identificação dessas demandas.

22 As informações referentes a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, a Coordenação de Promoção do Direito à Cidade e o Edital Redes e Ruas foram obtidas em entrevista realizada no dia 25 de outubro de 2016 com Esther Leblanc, então coordenadora adjunta dessa coordenação.

23 De acordo com o perfil facebook.com/ArruaColetivo/, o coletivo foi criado em 2012 para reinventar a cidade como espaço democrático e atuar nas redes de forma distribuída e colaborativa.

A partir desse diagnóstico, a SMDHC entendeu a necessidade de se criar um órgão institucional para responder a esses novos grupos e criou a Coordenação de Promoção do Direito à Cidade (CPDC) sob a coordenação de Nozaki que saiu da CPJ para assumir essa nova frente. A Coordenação tinha como principal objetivo construir o Plano de Ocupação do Espaço Público pela Cidadania junto aos atores da sociedade civil interessados em reativar os espaços públicos como lugar de encontro e convivência, e fortalecer o ideal de direito à cidade. Para isso, seria necessário entender as novas formas de organização da sociedade civil, ressignificar

os espaços públicos e possibilitar a articulação da noção de direito à cidade dentro da gestão municipal.

Nos quatro anos da gestão Haddad, a coordenação desenvolveu três projetos próprios: o Circuito de Intervenções Urbanas para a Cidadania²⁴, o Festival de Direitos Humanos²⁵ e o Edital Redes e Ruas. Além disso, atuou em parceria com diversas secretarias na construção de programas de estímulo à ocupação dos espaços públicos como, por exemplo, a volta do carnaval de rua (proibido pela gestão Kassab), a implantação dos *parklets*, o Programa Centro Aberto e o Programa Ruas Abertas.

Regulamentados pela prefeitura em 2014, os *parklets* são espaços temporários de permanência, convivência e lazer instalados sobre duas vagas de estacionamento de automóveis nas ruas. A iniciativa recebeu muitas críticas já que, vinculada ao setor privado, ficou concentrada em regiões onde há maior número de estabelecimentos comerciais, como bares e restaurantes. Assim, os *parklets* acabaram servindo como áreas de espera desses estabelecimentos, gerando uma espécie de privatização do espaço público. Para democratizar o alcance da política pública, em 2016, a prefeitura implantou 32 *parklets* municipais, um em cada subprefeitura, e seus locais de instalação foram selecionados a partir da demanda e vocação de cada local.

O Programa Centro Aberto foi criado em 2014 e propunha a ativação de espaços públicos na região central da cidade por meio da renovação de suas formas de uso. Através da promoção diversificada de atividades,

24 O circuito se deu através de três projetos pilotos em territórios vulneráveis, em parceria entre as coordenações da SMDHC, outras secretarias e coletivos culturais. O Wiki Praças se deu no Largo do Arouche, em parceria com a Coordenação de Políticas para LGBT, o Casa Latina se deu na Praça da Kantuta, em parceria com a Coordenação de Políticas para Migrantes e o Casa Rodante se deu na região da Luz em parceria com o Programa de Braços Abertos. Esse último projeto se transformou em um projeto maior chamado Cidadania Rodante nas Ruas da Luz.

25 O Festival de Direitos Humanos é um evento que acontece no dia 10 de dezembro para comemorar o Dia Internacional dos Direitos Humanos. O evento tem o objetivo de levar o debate sobre direitos humanos para as ruas da cidade e dialogar sobre a importância dos espaços públicos como locais de promoção e de vivência da cidadania através de uma série de atividades culturais.

26 Cf. gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br

Figura 12

Parklet Municipal no bairro de São Miguel Paulista
Fonte: Gestão Urbana SP, 2016

pretendiam envolver um maior número de grupos de usuários em faixas de tempo também ampliadas, com o intuito de viabilizar, além da melhoria na percepção de segurança, o reforço no sentido de pertencimento e identificação da população com o centro da cidade. O Programa Ruas Abertas, criado em 2015, previu a restrição do trânsito de veículos em determinadas ruas e avenidas da cidade, duas por subprefeitura, aos domingos e feriados, para a sua utilização por pedestres e ciclistas, bem como para a promoção de atividades artísticas, esportivas, gastronômicas e culturais²⁶.

A primeira edição do Edital Redes e Ruas representou o esforço do poder público em se relacionar com os novos movimentos de ativação de espaços públicos. O edital surgiu a partir de necessidades de três secretarias diferentes: Serviços (SES), Cultura (SMC) e Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) que juntas criaram o primeiro edital intersecretarial promovido pela prefeitura.

A SES visava um programa para ativar as praças com *wifi* livre da cidade, a SMC via a necessidade de incentivar as práticas artísticas e culturais e a SMDHC queria incentivar intervenções urbanas para ativar os espaços públicos. O objetivo comum das três secretarias era criar políticas públicas de fomento à cultura digital. Assim, foi elaborado em 2014 o primeiro Edital Redes e Ruas, que selecionou 59 projetos para serem financiados pela prefeitura e desenvolvidos nos espaços públicos com a infraestrutura do Programa *WIFI* Livre da cidade de São Paulo. Através de parcerias com coletivos, organizações e movimentos culturais, foram desenvolvidos projetos para promover inclusão, cidadania e cultura digital na cidade. Pretendia-se potencializar transformações por meio da conexão entre o mundo digital (“redes”), a ocupação de novos espaços e a ressignificação dos equipamentos públicos (“ruas”). Uma das propostas selecionadas pelo primeiro edital, o projeto “Se liga na Praça!”, será analisado mais adiante.

Para viabilizar o edital, a prefeitura teve que se alterar institucionalmente para permitir a contratação de grupos autônomos. Criou-se um instrumento legal para

a contratação de pessoas físicas, o que gerou uma crise interna, já que muitos, principalmente os funcionários do setor jurídico, não entendiam a necessidade de se permitir a contratação de um serviço sem um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Em 2016, a segunda edição do edital selecionou 40 projetos. Nesta edição, porém, houve empecilhos na contratação de grupos autônomos devido a problemas com o setor jurídico. Com isso, a contratação atrasou e só foi possibilitada pela intervenção da Secretaria de Cultura que, por decreto, tem direito à contratação de pessoas físicas. Isso demonstra que a prefeitura não conseguiu criar uma estrutura permanente para lidar com os novos grupos de cultura e de ocupação dos espaços públicos.

Esses grupos, em sua maioria, optam por não assumir um caráter institucionalizado. Ao defenderem os princípios da não-hierarquia e da horizontalidade, acabam afastando-se das estruturas verticais características de associações e até mesmo de organizações não governamentais. A burocratização na contratação desses grupos acaba restringindo a participação desses atores sociais em editais de fomento propostos pela prefeitura. Para a sustentabilidade do grupo e para possibilitar a execução de seus projetos, muitos acabam recorrendo a outras formas de arrecadação, como os financiamentos coletivos, por exemplo.

Outra questão que dificulta a interação entre o poder público e os movimentos é a falta de diálogo entre as várias secretarias e coordenações da gestão

municipal. Em entrevista feita em outubro de 2016, a então coordenadora adjunta da CPDC, Esther Leblanc, relatou um caso em que a coordenação contratou, por vias legais e com publicação no Diário Oficial, o grafiteiro e artista plástico Mauro Neri, do movimento Imargem²⁷, para grafitar um mural no Vale do Anhangabaú no 3º Festival de Direitos Humanos. Porém, um mês depois do evento, o mural foi apagado com tinta. Depois de muita investigação, descobriu-se que o mural havia sido apagado pela Superintendência das Usinas de Asfalto (SPUA), um órgão da prefeitura que, além de ser responsável pelo recapeamento de ruas, possui uma Coordenação Antipixo responsável pela pintura de muros pixados. A SPUA alegou que seus funcionários não sabiam distinguir pixo de grafite e que a decisão dos locais a serem pintados vem de cada subprefeitura. O relato demonstra a pouca interação entre os órgãos públicos, o que acaba gerando conflitos dentro da máquina pública.

²⁷ De acordo com o perfil facebook.com/Imargem/, o movimento foi criado em 2006 para lutar contra o isolamento das comunidades a partir da beirada sul de São Paulo às margens da represa Billings, no distrito do Grajaú. Propõem intervenções através de ações como: murais, esculturas, oficinas e debates articulados nos eixos arte, convivência e meio ambiente, apresentando uma arte acessível e politizada, resignificando lixo, espaço e fronteiras.

Figura 13

Mauro Neri diante de seu grafite feito para o 3º Festival de Direitos Humanos

Fonte: Blog Imargem, 2015

Frente à falta de entendimento dos funcionários públicos sobre os conceitos de direito à cidade e coprodução do espaço público, e do pouco conhecimento em relação aos coletivos e grupos ativistas, a CPDC pretendia desenvolver um caderno explicativo de ocupação do espaço público pela cidadania. Junto às subprefeituras, a CPDC pretendia construir um conceito de padronização das intervenções no espaço público para permitir que esses grupos pudessem construir os espaços junto ao poder público municipal. Esse caderno, porém, não foi produzido na gestão anterior e, com a troca de gestão em 2017, não se sabe como os trabalhos da coordenação serão continuados.

Retomando o Edital Redes e Ruas, o projeto “Se liga na Praça!” pode representar as possibilidades e limitações do poder público em lidar com o movimento ativista urbano. O projeto foi um dos selecionados para atuar na renovação de espaços públicos da cidade de São Paulo, tendo sido idealizado pelos coletivos Acupuntura Urbana²⁸, Atados²⁹ e Movimento Boa Praça. Esses grupos se juntaram para promover a ressignificação de duas praças: a Praça Conde Francisco Matarazzo, no bairro da Água Branca, e a Praça do Samba, na região de Perus.

O projeto desenvolvido na Praça do Samba, situada na zona noroeste de São Paulo, foi realizado em julho de 2015 e transformou o espaço de forma “barata, rápida, divertida” através de ações de mobilização comunitária e transformações urbanas. A metodologia utilizada pelos grupos para a requalificação da praça

28 De acordo com o site acupunturaurbana.com.br, o coletivo foi criado em 2011 e tem como objetivo transformar espaços públicos de forma ativa e participativa fortalecendo relações que estimulem o protagonismo da sociedade civil. Para a materialização dessas atividades, mobilizam pessoas e recursos de forma colaborativa e ativa.

29 De acordo com o site atados.com.br, trata-se de uma plataforma social que conecta pessoas e organizações a boas causas, com a finalidade de estimular a cultura do voluntariado no país.

se deu em quatro etapas: o “diagnóstico afetivo”, onde os moradores montaram um varal dos sonhos para reunir os desejos para o local de forma participativa, aproximando e envolvendo os moradores com os grupos atuantes; “projeto”, onde foram levantados os sonhos e demandas para o espaço para se planejar as ações a serem propostas; “mão na massa”, onde o projeto foi desenvolvido pelos moradores em parceria com os coletivos, subprefeitura, instituições e movimentos culturais, artísticos e sociais da região e, por fim, o “acompanhamento” onde seriam criados comitês para dar prosseguimento às atividades e manter o espaço ocupado (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2016).

Figura 14

Varal dos sonhos elaborado na primeira etapa do projeto na Se liga na Praça! na Praça do Samba
Fonte: FB Acupuntura Urbana, 2015.

Os coletivos creditaram para si o papel de facilitadores no processo de empoderamento da comunidade. Como estratégia, articularam movimentos atuantes na região que já tinham envolvimento afetivo com o território. José Soró, integrante da Comunidade Cultural Quilombaque³⁰ e ativista comunitário, trabalha há mais de 30 anos na conscientização e no empoderamento de jovens através do incentivo à arte e à cultura. Pelo seu grande envolvimento com os movimentos sociais e culturais do bairro, foi um dos convidados pelos coletivos para participar do projeto realizado na Praça do Samba. Além dele, os coletivos buscaram articular o maior número de atores sociais ativos na região e também contaram com a ajuda da subprefeitura para as obras mais pesadas, já que este é o órgão público responsável pela manutenção das praças de cada região da cidade. A estratégia, porém, não teve tanto sucesso, como relata Soró³¹:

30 De acordo com o site comunidadequilombaque.blogspot.com.br, trata-se de uma organização sem fins lucrativos criada em 2005, a partir da iniciativa de um grupo de jovens, moradores de Perus, bairro periférico situado na zona noroeste de São Paulo. Buscam promover atividades artísticas e culturais focadas na juventude de uma das regiões que concentra os piores índices socioeconômicos e culturais da cidade

31 Entrevista realizada no dia 27 de janeiro de 2017 na Praça do Samba, em Perus.

“... elas [integrantes dos coletivos] mesmo defendiam que o papel delas não era ficar e construir relações permanentes, o papel delas era juntar as forças vivas e que essas forças vivas criassem essa permanência no tempo. Ocorre que aí tem diferenças de compreensão dos conflitos locais. Quando chega aqui, o que que elas começam a fazer? Começam a juntar todo mundo. E aqui a gente já tinha declarado guerra à subprefeitura há três anos. A gente não pede autorização, a gente liga a luz, a gente tomou a praça [se referindo a outro espaço ocupado pelo Quilombaque]. Tomar é tomar mesmo, reapropriar que a gente chama. Aí elas querem juntar em uma mesma ação a subprefeitura, os grupos que a gente chama

aqui ‘de direita’, juntar todo mundo, todas as tendências, variantes culturais, artísticas. Começa a juntar todo mundo nesse esforço, mutirão. A gente participou durante um bom tempo até por uma certa elegância, mas fomos elegantes com elas de dizer assim: olha, essa articulação que vocês estão fazendo aí, ela não vai dar em nada porque ela não existe, o que é real aí é um conflito imenso, então essa articulação não tem a menor possibilidade de continuar.”

Apesar disso, toda a mobilização conseguiu reunir pessoas interessadas em reativar a praça, e o resultado imediato das ações foi significativo. No mutirão de trabalho, todos os agentes participaram de maneira ativa na reconstrução da praça. Foram construídos novos mobiliários e equipamentos e realizadas intervenções artísticas que resgataram a memória do bairro e os desejos da comunidade para transformar a praça em um local de lazer e convívio das pessoas.

Figura 15

Mutirão de trabalho na
Praça do Samba

Fonte: FB Acupuntura Urbana,
2015

Os coletivos acreditavam que a conscientização da comunidade seria o principal recurso para ativar e conservar o espaço. A metodologia utilizada pelos eles, porém, não alcançou o envolvimento necessário para o empoderamento da comunidade já que se distanciou da realidade daquele território, como Soró relata a seguir:

“...tem um tempo que é comum, que é a necessidade. Quando eles [os coletivos] trazem recursos, condições e vem dialogar sobre reformar uma praça, essa necessidade se comunga [com a necessidade da comunidade], estão no mesmo tempo. Os tempos diferentes tem a ver com essa metodologia. Basicamente, é uma metodologia pra sociedades já alfabetizadas do ponto de vista político, cidadão. É uma metodologia para você chegar no lugar, articular a comunidade, a comunidade se envolver, e aquilo acontece em um tempo curto e permanece um legado ali. Precisa existir essa pré-condição. Você consegue, pela necessidade, aquela adesão imediata, mas não consegue a longo prazo a sustentabilidade disso porque de fato aquilo não transformou as pessoas, só transformou o espaço. Porque para transformar [as pessoas] é um processo um pouco mais longo, de relação, presença. A gente discutiu muito com elas [integrantes dos coletivos] que tinha que haver uma continuidade no tempo dessa relação, para que a experiência fosse ganhando e se consolidando como significado. Mas depois que acabou o projeto, ‘miou’ tudo. Porque tem essa lógica do empreendimento, e [os coletivos] acabam meio que indo atrás de onde tem o dinheiro, o recurso e a possibilidade de se fazer. (...)Essa metodologia de inserção tão rápida não corresponde com a realidade daqui. Eu me relacionei com elas porque estavam trazendo

recurso, trazendo novas abordagens. Sentar na praça e a pessoa exercitar a coisa do sonho!? Mas são experiências muito pequenas que não conseguem criar esse 'boom' de inverter a lógica das pessoas.”

Pelo relato, nota-se a importância da quarta etapa da metodologia, o acompanhamento. O caráter imediatista do edital, porém, não possibilitava o financiamento das atividades a longo prazo e a falta de articulação com os movimentos sociais, ou o excesso de atores envolvidos, não impulsionou a criação de comitês que pudessem manter o espaço ativado.

A praça manteve-se em uso por alguns meses. Com brinquedos e mobiliários, o projeto visava atrair principalmente crianças e jovens que podiam usufruir da infraestrutura *wifi* da praça. Além disso, o projeto de requalificação acabou resgatando a vocação original da praça, que estava relacionada com a questão musical.

Figura 16

Praça do Samba ao final da transformação do Projeto Se liga na Praça!
Fonte: FB Acupuntura Urbana, 2015

Como o próprio nome sugere, o local costumava ter uma vocação para eventos musicais. No final da década de 1980, a comunidade chegou a construir um palco para receber as rodas de samba que se montavam ali todo domingo à tarde e, por isso, foi apelidada de Praça do Samba³². Por volta dos anos 2000, a praça, abandonada e degradada, virou ponto de drogas. Na tentativa de diminuir a concentração de usuários de droga no local, os moradores do entorno derrubaram o palco. Isso acabou afastando os dependentes químicos, mas também afetou a identidade e memória da praça.

Com a vocação resgatada e por meio de parcerias com a Coordenação de Promoção da Igualdade Racial (CPIR) da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, passou-se a promover eventos junto aos movimentos ligados à cultura do funk. Esses movimentos, porém, não eram bem vistos por muitos grupos artísticos e culturais da região, já que muitas vezes promoviam eventos vistos com degradantes e que desrespeitavam o espaço coletivo com excesso de lixo e som alto, além de permitir a venda e consumo de drogas. Com o passar do tempo, os grupos do funk foram apropriando-se do espaço e a prefeitura, que antes promovia e apoiava os eventos, acabou perdendo o controle dos pancadões (nome dado às festas de funk) que eram organizados no local.

Como alternativa para conter as festas, a Subprefeitura de Perus instalou um contêiner da unidade de saúde Hora Certa no espaço da quadra, local que possibilitava a maior concentração de pessoas. Assim como foi a destruição do palco pelos moradores nos anos

32 O nome original da praça é Praça Vigário João Gonçalves de Lima.

2000, a instalação do contêiner resultou em uma solução paliativa para os problemas gerados pelos pancadões e acabou por prejudicar, novamente, a vocação daquele lugar.

Em depoimento, Renata Strengerowski³³, integrante do Acupuntura Urbana, ressaltou a importância do edital como um marco no perfil dos editais públicos que valorizam a participação das pessoas no processo, sem focar apenas no resultado final. Além disso, apesar de se tratar de uma parceria com a prefeitura, ela relatou que os grupos tiveram bastante autonomia para adaptar os projetos conforme as necessidades e oportunidades encontradas junto às comunidades. Por terem desenvolvido dois projetos em diferentes áreas da cidade (uma na zona oeste, mais comercial, e outra na zona norte, mais residencial), eles puderam notar diferenças e semelhanças das regiões e identificar variados desafios para a atuação em cada área. Para os integrantes dos coletivos, foi uma experiência bastante proveitosa, que serviu como um “laboratório para entender o que funciona mais e menos em cada região e ir testando diversos formatos de encontros”.

Apesar da experiência ter sido positiva para os grupos, Renata ressaltou que a imposição de que o projeto fosse proposto nas praças *WIFI Livre* limitou a escolha do melhor lugar para ser desenvolvido um projeto para a comunidade. Em Perus, o lugar ideal identificado pelos grupos para a realização da intervenção seria a praça próxima ao Coletivo Quilombaque, também citado por Soró em seu depoimento. Pela restrição do edital,

³³ Depoimento dado por Renata Strengerowski, arquiteta e urbanista e integrante do Acupuntura Urbana, no dia 24 de janeiro de 2018.

tiveram que atuar na Praça do Samba, que não tinha o mesmo apego e envolvimento da comunidade local.

Renata reconheceu também que a etapa do acompanhamento foi o maior desafio para os grupos, principalmente por terem atuado em um espaço que não tinha um grupo local já mobilizado, e que a instalação do contêiner de saúde abalou ainda mais as relações que haviam sido construídas no local.

Problemas em relação a comunicação com e entre as secretarias também foram relatados. As equipes das secretarias envolvidas sofreram diversas mudanças, o que dificultou a conversa entre os coletivos e o poder público já que, a cada mudança, a conversa se perdia. Além disso, Renata esperava que, depois de todo o envolvimento entre as secretarias, os coletivos e a subprefeitura, poderia ter-se conversado para entender se a instalação do contêiner de saúde estava sendo proposta no local mais apropriado.

Figura 17

Contêiner Hora Certa
instalado na
Praça do Samba

Fonte: acervo pessoal, 2017

A instalação do contêiner pela Subprefeitura de Perus foi na contramão da proposta das Secretarias de Cultura, de Serviços e de Direitos Humanos e Cidadania que, através do Edital Redes e Ruas, propunham o fortalecimento do direito à cidade, a inclusão digital, a cidadania e a apropriação do espaço público pela cultura. Tal fato comprova a falta de articulação dentro da gestão municipal apontada pela coordenadora adjunta da CPDC. Além disso, a experiência como um todo demonstra que a postura do poder público frente à participação popular continua presa à ideia disseminada nos anos 1990 de participação através de prestação de serviços, como tem sido feito por ONGs e entidades do terceiro setor.

Fica claro, portanto, que, apesar da iniciativa ter dado visibilidade e voz a coletivos e movimentos culturais, existe ainda uma grande limitação do poder público municipal em lidar com esses novos movimentos tanto em relação ao correto entendimento das demandas, quanto em relação à excessiva burocratização exigida pela máquina pública, que difere da ação ativista dos novos grupos.

Apesar dos conflitos, a gestão municipal de 2013 a 2016 deixou legados positivos no que diz respeito ao fortalecimento de movimentos da sociedade civil e a ocupação dos espaços públicos da cidade. As políticas públicas desenvolvidas nesse período fortaleceram os grupos e possibilitaram o surgimento de um movimento ativista mais forte, que vem disputando espaços públicos da cidade de São Paulo não só com o poder público,

mas com a esfera privada também.

Esse fortalecimento do movimento foi de extrema importância para possibilitar o enfrentamento desses grupos frente à nova gestão municipal do prefeito João Doria. Logo no início do mandato, esta gestão não se demonstrou aberta ao uso do espaço público como palco de manifestações artísticas e culturais. Reprimiu foliões de rua, foi contra artistas de rua e mandou apagar grafites, até mesmo aqueles contratados pela prefeitura em gestões anteriores. Além disso, propôs um programa de desestatização que prevê a concessão de parques e praças da cidade para a iniciativa privada, representando o principal motivo do enfrentamento dos movimentos ativistas contra a prefeitura.

Enquanto os movimentos reivindicam espaços mais democráticos, com infraestrutura e equipamentos adequados ao uso, a prefeitura aproveita-se dessas reivindicações para anunciar a concessão de espaços públicos para o setor privado como alternativa à falta de verba pública para a sua manutenção. A iniciativa, porém, poderá restringir o alcance desses espaços por alguns setores da sociedade e concentrar ainda mais o investimento em áreas privilegiadas, já que o setor privado tende a priorizar os locais onde há consumidores em potencial para aplicar seus investimentos.

Quando o Poder Executivo deixa de priorizar o interesse público em favor do interesse privado, a sociedade civil pode recorrer ao Legislativo na tentativa de encontrar vereadores dispostos a rever os projetos de lei existentes ou a criar novos projetos que defendam

os interesses coletivos. Na sua ausência, perde-se o importante papel de fiscalizar o outro poder, fazendo com que Executivo e Legislativo passem a defender os mesmos interesses que nem sempre estão voltados ao coletivo.

Frente à falta de representatividade política entre os vereadores, nas eleições municipais de 2016 formou-se em São Paulo a Bancada Ativista, um movimento suprapartidário que tinha como objetivo apoiar a candidatura de ativistas para a câmara dos vereadores e assim renovar a política institucional a partir dos conceitos como democracia direta, participação e inclusão, distantes dos vícios da política tradicional. A iniciativa conseguiu eleger apenas uma vereadora, Sâmia Bomfim.

Frente a postura do Executivo e Legislativo, destaca-se a atuação do Ministério Público e seu papel de transformar “demandas da sociedade civil em demandas legais, com poder de mobilizar o sistema judiciário e assim pressionar os Poderes Executivo e Legislativo.” (ABERS, VON BULOW, 2011, p. 70). Assim, é importante refletir sobre como tem ganhado força a relação entre esse órgão e a sociedade civil, e para isso serão feitas algumas notas sobre a formação e as funções do Ministério Público.

O Ministério Público é uma instituição que vem ganhando notoriedade na defesa dos direitos sociais, culturais e dos chamados direitos de solidariedade³⁴. Embora só tenha sido reconhecida como tal na Constituição Federal de 1934, ainda no século XVI já

³⁴ Trata-se do direito à paz, ao desenvolvimento, ao meio ambiente, ao patrimônio comum da humanidade, entre outros, todos eles de natureza metaindividual, ou seja, interesse que pertencem a um grupo, classe ou categoria.

se ouvia falar da figura do Procurador da Coroa e da Fazenda que exercia funções semelhantes às do Promotor de Justiça. Nos anos 1980, foi reconhecida a legitimidade do Ministério Público em ajuizar a defesa ativa de interesses difusos e coletivos, confiando-lhe o ofício de prestar assistência judiciária aos cidadãos para garantir-lhes acesso à Justiça (BATISTA, 2000).

A Constituição Federal de 1988 elevou o Ministério Público à categoria de função essencial à justiça, conforme trecho a seguir:

“Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

(...)

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

(...)

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;”

É, portanto, uma instituição independente de qualquer um dos Poderes da República (Executivo, Legislativo e Judiciário) já que trabalha pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses

sociais e individuais indisponíveis, colocando-se no papel de fiscalizador dos poderes públicos e, muitas vezes, contra o Estado.

Batista (2000) aponta que o papel do Ministério Público deve estar em sintonia com a justiça social, com a garantia de participação democrática e, acima de tudo, com a defesa da sociedade. Nesse sentido, os movimentos sociais que reivindicam direitos fundamentais básicos passam a ocupar espaços próximos ao Ministério Público, já que apresentam uma convergência em prol da sociedade. Um exemplo dessa interação dado por Batista (2000) é o fornecimento de meios técnico-científicos, como dados, perícias e laudos, fornecidos pelos movimentos sociais que muitas vezes podem garantir o sucesso do MP na atuação.

De modo geral, a interação entre movimentos sociais e Ministério Público se dá quando os Poderes Executivo e Legislativo deixam de cumprir com seu dever de representar o interesse dos cidadãos, ou então, quando o cidadão não acredita que estes irão cumprir com o seu dever.

O Promotor de Justiça Silvio Marques³⁵ relatou em entrevista que cerca de 90% das ações que correm em sua promotoria são contra irregularidades cometidas pelo Poder Executivo. Essas ações estão relacionadas a reivindicações da sociedade civil, podendo tratar-se de movimentos sociais já consolidados ou de cidadãos unidos por interesses em comum. Ele faz uma analogia dizendo que o Ministério Público funciona como um “advogado do cidadão”, porém, aponta que só poderia

35 Silvio Marques é Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social de São Paulo e foi entrevistado no dia 10 de novembro de 2017. Ele acompanha o caso do Parque Augusta já que foi responsável pela ação que trouxe de volta aos cofres públicos o dinheiro da indenização paga pelos bancos estrangeiros envolvidos no esquema de lavagem de dinheiro do ex-prefeito Paulo Maluf.

“pegar os casos” que dizem respeito ao município e a coletividade, não tendo atribuição para atuar em casos de interesse individual. Silvio Marques não deixa de lembrar que há casos em que o Ministério Público e o Poder Executivo estão do mesmo lado de uma ação civil, como foi o caso da ação contra bancos internacionais acusados de estarem envolvidos no esquema de lavagem de dinheiro do ex-prefeito Paulo Maluf.

A figura do promotor de justiça e do Ministério Público tem ganhado força diante da falta de credibilidade e da ausência dos Poderes Executivo e Legislativo em implementar políticas públicas que correspondam às necessidades coletivas. Isso indica uma certa dificuldade dessas instâncias de poder em manter um diálogo com comunidades e movimentos sociais, afastando-se de sua função política. Com isso, os movimentos sociais acabam sendo judicializados, já que o processo de discussão e reivindicação é passado para o Ministério Público e o Poder Judiciário, como coloca o ministro Luís Roberto Barroso (apud BURCKHART, 2017, p.246):

“A judicialização significa que questões relevantes do ponto de vista político, social ou moral estão sendo decididas, em caráter final, pelo Poder Judiciário. Trata-se, como intuitivo, de uma transferência de poder para as instituições judiciais, em detrimento das instâncias políticas tradicionais, que são Legislativo e o Executivo. Essa expansão da jurisdição e do discurso jurídico constitui uma mudança drástica no modo de se pensar e de se praticar o Direito no mundo romano-germânico.”

Mediante abuso e negligencia do Poder Executivo e/ou Legislativo, os movimentos sociais podem acionar o Poder Judiciário, por meio de uma ação judicial, ou provocar o Ministério Público a celebrar acordo extrajudicial, buscando no Judiciário uma esperança para garantir seus direitos sociais.

Há também outra forma de judicialização dos movimentos sociais, que ocorre quando o Poder Executivo aciona o Judiciário para denunciar abusos cometidos pelos movimentos sociais ou como estratégia de desestabilização e criminalização desses movimentos. (BURCKHART, 2017)

Em ambas as formas de judicialização dos movimentos sociais, há uma sobreposição entre o debate político e o direito que faz com que questões de cunho político e ideológico possam se sobrepor às questões legais. Desse modo, “a transferência do debate público para o Judiciário traz uma dose excessiva de politização dos tribunais, dando lugar a paixões em um ambiente que deve ser presidido pela razão” (BARROSO apud BURCKHART, 2017, p.247).

Dessa forma, juízes e promotores de justiça podem acabar extrapolando suas atribuições jurídicas e políticas, gerando assim uma crise de legitimidade, já que não foram eleitos democraticamente para representarem uma determinada vontade político-ideológica, porém devem cumprir com sua função de defesa da Constituição. (BURCKHART, 2015, p.230).

Além disso, as determinações feitas por juízes e promotores podem acabar servindo aos interesses

políticos, econômicos e ideológicos pautados no formalismo e conservadorismo jurídico, na medida que esses atores, em sua maioria, vieram das classes mais privilegiadas da sociedade, muitas vezes distantes da realidade social da população mais vulnerável. Dessa forma, Batista (2000) aponta que falta a muitos profissionais uma visão crítica da Ciência do Direito e de sua função no terreno empírico, onde se enfatiza o caráter de transformação social atribuído a tal profissão.

Em entrevista, ao ser questionado sobre os possíveis conflitos de interesses políticos, econômico e ideológicos entre promotores de justiça e sociedade, Silvio Marques defendeu que o papel do Ministério Público é defender o interesse público e coletivo. No entanto, relatou o caso em que um promotor estava defendendo o interesse de empresas privadas, supostamente incentivado por suborno. Disse ter sido um caso excepcional, mas acabou concordando que, no final, a confiança no Ministério Público acaba caindo sobre a figura de um promotor, podendo esse ter ou não um posicionamento ético.

Por isso, Batista defende que o exercício do promotor de justiça exige responsabilidade, preparo e uma visão globalizante da realidade humana e da multidisciplinariedade do saber. Enfatiza, sobretudo, a importância em enxergar o mundo através de uma conscientização ética (2000, p.66).

A parcialidade de alguns promotores de justiça pode ser notada no trato com os diferentes tipos de movimentos sociais. Enquanto as reivindicações dos

movimentos sociais mais recentes, como o movimento ativista urbano, são aceitas como demandas que vão de encontro com o interesse coletivo, as demandas dos movimentos sociais tradicionais, como movimentos de moradia, muitas vezes são criminalizadas e desmoralizadas, por mais que suas reivindicações também sejam de interesse de parte significativa da sociedade. Nessas situações, grupos de pessoas de classes mais abastadas, como é o caso de muitos movimentos ativistas, têm vantagens sobre os grupos de classes mais baixas, como os movimentos tradicionais, já que, muitas vezes, aqueles têm mais credibilidade que esses na medida em que estão em uma posição social mais próxima a dos promotores de justiça.

Assim, enquanto os integrantes dos movimentos mais recentes são vistos, muitas vezes, como jovens ativistas lutando por uma cidade mais democrática, integrantes dos movimentos tradicionais, por outro lado, são tidos como bandidos que ameaçam a segurança da “sociedade de bem”. Pode-se entender que, enquanto os movimentos ativistas são judicializados para transformarem suas reivindicações em demandas reais, os movimentos sociais tradicionais são judicializados, muitas vezes, para que o Estado possa conter as demandas reivindicatórias e criminalizar os manifestantes pela “ordem civil”.

Além disso, não são só os poderes Executivo e Legislativo que estão envolvidos no contexto de políticas públicas baseadas no conceito neoliberal. O Judiciário também demonstra estar incorporado nesse consenso

hegemônico, como afirma Sousa Santos (1998, apud BURCKHART, 2017, p.247):

“Na atualidade, a expansão do Judiciário e o primado do direito foram também incorporados no vocabulário do consenso hegemônico neoliberal. O modelo de desenvolvimento neoliberal, dada a sua maior dependência dos mercados e do setor privado, exige um marco jurídico para o desenvolvimento que fomenta o comércio, os investimentos e o lucro.”

Dessa forma, a judicialização dos movimentos ativistas, por uma lado, pode ser positiva ao ajudar na transformação de demandas sociais em demandas reais. Por outro lado, pode ser negativa, na medida em que esses movimentos podem ser considerados uma ameaça ao interesse coletivo quando estiverem defendendo pautas contrárias à ideologia de alguns promotores de justiça, assim como os movimentos sociais tradicionais que são criminalizados. Outra situação possível é que as pautas dos movimentos ativistas, ao irem contra o interesse hegemônico, sejam apropriadas e ressignificadas para dar suporte a soluções que incentivem o interesse privado, fazendo com que a força e inteligência coletiva sejam usurpadas pelos poderes para beneficiar a parcela economicamente favorecida da sociedade.

Diante da realidade de não se poder contar com a representatividade de nenhuma das instâncias do poder, a atuação do movimento ativista mostra-se como uma forma de empoderar a sociedade frente aos problemas urbanos e como um meio de resistência perante a atual conjuntura política e a estrutura do Estado.

CAPÍTULO 3

ATIVISMO URBANO E CIDADE DO MEIO AMBIENTE À LUTA CONTRA A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA ³⁶

36 Esse capítulo teve como base artigos produzidos pela autora durante o percurso do mestrado e revisados para a dissertação. Cf. HORI, 2016; HORI, 2017a; HORI, 2017b.

**OCUPE
ABRACE
COLETIVO**
PRAÇA DA NASCENTE

Figura 18

3.1 Ocupe & Abrace

O surgimento do coletivo Ocupe & Abrace

A história do coletivo Ocupe & Abrace começou em 2013 quando a plataforma de colaboração Cidade Democrática³⁷ lançou um concurso de ideias com o tema “A Pompeia Que Se Quer”. Esse concurso visava construir propostas coletivas com sonhos e necessidades da comunidade para o desenvolvimento de um plano de bairro para a Vila Pompeia, localizada na região oeste de São Paulo.

Desde os anos 2000, o bairro começou a passar por um processo de transformação caracterizado pela verticalização e pela intensa valorização, impulsionados pelo aquecimento do mercado imobiliário no período. Ao mesmo tempo, também sofria com o desaparecimento

³⁷ De acordo com o site cattarse.me/pt/apompeiaque-sequer, em 2013 a Cidade Democrática era uma plataforma digital criada pelo Instituto Seva que buscava possibilitar a articulação entre pessoas e organizações para a construção de propostas e soluções para temas públicos. Atualmente, de acordo com o site instituto.cidadedemocratica.org.br, se tornou um instituto que levanta e analisa dados, produz e compartilha conhecimento para alavancar o poder da sociedade civil.

de áreas verdes e com o aumento do trânsito local. Com isso, os laços de vizinhança e a vocação cultural do bairro estavam se perdendo. O concurso de ideias surgiu nesse contexto de descontentamento dos moradores e frequentadores da região, que buscavam novas formas de se expressar e se mobilizar, e tinha como objetivo dar voz aos desejos coletivos do bairro.

Para a realização do concurso foi feita uma arrecadação de investimentos colaborativos por meio de uma plataforma de financiamento coletivo que atraiu a contribuição de mais de 200 pessoas interessadas no projeto. A partir da arrecadação e da viabilidade do projeto, o concurso foi desenvolvido em três etapas. Na primeira etapa foi realizada a mobilização de lideranças, perfis públicos, representantes do poder público municipal (subprefeito da Lapa e vereadores), associações do bairro e comerciantes da região. A mídia local também foi convocada para divulgar a plataforma, o concurso e as oficinas que seriam realizadas. Na segunda etapa foram realizadas oficinas para a identificação dos temas de interesse das pessoas mobilizadas. Foi nessa etapa que se iniciou a inclusão de propostas para o bairro pelos participantes na plataforma digital. Na terceira etapa foram realizadas oficinas com os moradores, movimentos sociais e poder público, de forma a captar desejos em comum entre eles para serem inseridos na plataforma, que então foi aberta para que todos os interessados pudessem inscrever suas ideias. A partir das ideias inscritas, foi possível discutir e buscar a viabilidade dos

projetos junto ao poder público. Houve um total de 117 propostas inseridas na plataforma, todas elas foram analisadas sob os critérios estabelecidos (quantidade de comentários, apoios e seguidores) e premiadas a partir de temáticas pré-definidas pelos patrocinadores e gestores da Cidade Democrática. Essas propostas foram materializadas em um Mapa dos Sonhos da Vila Pompeia (FEDERIZZI, 2015).

Uma das propostas vencedoras do concurso foi sugerida por uma moradora do bairro que tinha a vontade de ter perto de sua casa uma praça para sua filha poder brincar. Ela propôs, então, a requalificação da Praça Homero Silva e acabou unindo a vizinhança em torno desse objetivo comum.

Figura 19
Mapa dos Sonhos
resultado do Concurso A
Pompeia Que Se Quer
Fonte: FB A Pompeia Que
Se Quer, 2013

Com o fim do concurso, a Subprefeitura da Lapa esperava que os moradores se inscrevessem no programa Adote uma Praça, que permite que qualquer entidade civil assuma a responsabilidade de urbanizar e manter áreas verdes públicas do município de São Paulo. Para isso, seria necessário que o grupo formasse uma Associação de Moradores para que pudessem cuidar da praça como um grupo, através de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, e não responsabilizar apenas uma pessoa, através do Cadastro de Pessoa Física (CPF). A adoção passaria as responsabilidades de conservação e manutenção da praça, deveres da subprefeitura, para o grupo organizado sob uma associação de moradores. O grupo, porém, era contra a estrutura rígida de uma associação e também não concordou em assinar o termo de cooperação do programa para adotar a praça, já que este passaria toda a responsabilidade de zeladoria da praça para a associação, não permitindo a participação ampla da população. Com isso, o grupo optou pelo formato de coletivo que este permite que os membros se envolvam de maneira voluntária e horizontal, além de permitir a entrada e saída de integrantes a qualquer momento (ibid.).

Assim nasceu o coletivo Ocupe & Abrace, que desde 2013 vem trabalhando na praça para transformá-la em um local de lazer e convívio não só para o bairro, mas para toda a cidade. É formado por membros de diferentes áreas de formação, alguns ligados à cultura, como músicos, atores, fotógrafos, produtores, arquitetos e designers, e outros voltados às áreas administrativas, como recursos humanos, gestão, contabilidade e vendas.

Grande parte já participava de outras iniciativas coletivas na região, como o plantio de hortas comunitárias ou ações de conscientização e resgate do Córrego da Água Preta (ibid.).

A atuação do coletivo na Praça da Nascente

Localizada na zona oeste de São Paulo, a Praça Homero Silva é o maior espaço público verde do bairro da Vila Pompeia, com 12.000 m² de área. O relevo em desnível configura uma topografia em quatro níveis diferentes, conectados por escadas, e três acessos: um pela cota mais baixa, na Rua André Casado; outro na cota intermediária, pela Rua Salto Grande e outro pela cota mais alta, na outra extremidade da Rua Salto Grande, que atravessa a praça. Localizada em uma travessa da Avenida Pompeia, uma das principais vias do bairro, seu tamanho e acessos ficam escondidos pela vegetação e pelas edificações ao redor.

Figura 20

Vista aérea da Praça
Homero Silva -
Praça da Nascente
Fonte: Google Earth editado
pela autora, 2017.

Até o ano de 2013, a praça não recebia a manutenção necessária da subprefeitura, se encontrava com mato sem poda, falta de equipamentos públicos, falta de sinalização e sem acessos apropriados, necessários devido à sua topografia em quatro níveis diferentes. Além disso, por estar sobre uma área de lençol freático elevado, a praça apresentava regiões de charco e locais insalubres. Abandonada pelo poder público, esse espaço não despertava o interesse da vizinhança, que o via como local de medo, violência e perigo dentro do bairro.

Alguns moradores mais antigos do bairro não acreditavam na possibilidade de aproximação com o local, justificando que o espaço já tinha recebido algumas iniciativas de requalificação que não tiveram resultados. Alguns diziam que a praça era um caso perdido ao relatar a ocorrência de roubos, estupro e até um suposto assassinato no local.

Apesar da desmotivação por parte da vizinhança, o grupo continuou acreditando nas potencialidades ocultas que a Praça Homero Silva oferecia e passou a juntar pessoas que se interessavam pela área para discutir as possibilidades de intervenções que pudessem transformar um dos poucos espaços verdes do bairro no local de lazer, convívio e contemplação que desejavam. O coletivo elaborou um plano de ações que envolvia: a análise do estado das árvores e espaços gramados, instalação de novos mobiliários urbanos, construção de estrutura geodésica para uso em atividades diversas, construção de um coreto, nova iluminação e sinalização

para praça (ibid.).

Uma das primeiras ações organizadas pelo coletivo na praça foi um mutirão de limpeza. Os integrantes do grupo se depararam com inúmeras situações em que não sabiam o que fazer para contornar os problemas encontrados. Ao se questionarem como poderiam fazer alguma coisa que nunca tinham feito antes, a resposta era: “faz, fazendo!”. Esse virou o principal lema do coletivo.

No mutirão, o grupo retirou muito entulho da praça que já estava se tornando um ponto vicioso de descarte de lixo. Encontraram também bolsas e carteiras jogadas no local, fato que comprovava os relatos de roubos denunciados por alguns moradores.

Boas surpresas também foram encontradas no local. Intrigados com alguns espaços com solo constantemente molhado, o grupo passou a investigar o traçado de alguns rios que passam pelo bairro e descobriram que o local era berço de diversas nascentes do Riacho da Água Preta. Com isso, a questão das águas se tornou ponto de partida para reconectar as pessoas à praça através da natureza. Para simbolizar a nova fase em que o espaço estava entrando, o coletivo optou por renomeá-lo como Praça da Nascente.

Após a primeira limpeza, a praça já apresentava melhores condições de uso e com isso o grupo resolveu organizar um evento de comemoração. Em junho de 2013, o coletivo organizou o “I Festival Praça da Nascente”, um festival de música, arte e confraternização que tinha o intuito de divulgar o trabalho que estavam

desenvolvendo no local e atrair os moradores para uma atividade pacífica na praça, na tentativa de desmistificar o local como espaço de medo dentro do bairro. O evento superou as expectativas do grupo, atraindo mais pessoas interessadas em participar das ações na praça e unindo ainda mais os membros do coletivo. A aceitação do evento foi tão positiva que o festival passou a acontecer de forma sazonal, uma a cada mudança de estação, chegando à sua décima primeira edição no mês de setembro de 2017.

Com o apoio de mais integrantes, o coletivo passou a promover ações de melhorias na estrutura física da praça, com a realização de mutirões para pintura dos muros, brinquedos, escadarias e colocação de equipamentos como lixeiras e bancos. Visando melhorias ambientais, foram realizados mutirões de plantio de horta comunitária, plantas e flores e recuperação das nascentes.

Figura 21

Detalhe do lago construído
pelo coletivo

Fonte: acervo pessoal, 2016

Figura 22

Local de charco em 2013

Fonte: FB Ocupe & Abrace, 2013

Figura 23

Mesmo local abrigando o primeiro
lago construído
pelo coletivo

Fonte: FB Ocupe & Abrace, 2015

Figura 24

Mesmo local abrigando os dois
lagos construídos pelo coletivo

Fonte: acervo pessoal, 2017

Assim como as nascentes do Riacho da Água Preta, a memória do espaço foi resgatada pelas ações do coletivo. As águas escondidas em algum momento da história voltaram à superfície através de uma nova relação com o espaço e com as pessoas. Ao todo, foram identificadas cinco nascentes no entorno e resgatadas oito nascentes na praça. Suas águas foram encaminhadas para dois lagos que os próprios moradores construíram em um local de charco, antes insalubre, que passou então a abrigar carpas e plantas aquáticas e que se tornou a principal atração da praça.

Figura 25

Imagens da instalação

Cerrado Infinito de Daniel

Caballero

Fonte: acervo pessoal, 2017

A praça abriga também uma intervenção artística chamada “Cerrado Infinito”, de Daniel Caballero. A obra propõe uma reflexão em torno da colonização do cerrado, paisagem natural da Serra do Mar, no início da construção da cidade paulistana. O artista conta³⁸ que se a madeira da floresta serviu para as primeiras construções, o cerrado, depois de queimado e arado, deu lugar para o gado, a cana de açúcar e o café, até depois desaparecer completamente com o desenvolvimento urbano. Assim, os Campos Cerrados de Piratininga foram deixados no passado, fazendo com que hoje a grande maioria dos cidadãos aponte a Mata Atlântica como a paisagem nativa da cidade. Em resposta ao esquecimento do cerrado em São Paulo, a obra propõe uma trilha formada com a reconstrução dessa paisagem através do plantio de plantas e flores nativas. A paisagem se sustenta com o caminhar dos visitantes que, com os seus passos, mantém a vegetação controlada, impedindo-a de fechar a passagem. Além do ato de caminhar, nenhuma outra poda é permitida no Cerrado Infinito, garantindo a liberdade de desenvolvimento das plantas.

A partir da atuação do coletivo, resgato-se a obrigação do poder público em gerir o espaço. A Subprefeitura da Lapa passou a incluir a praça na rota mensal de limpeza e poda e autorizou as atividades de música e venda de alimentos que são realizadas nos festivais (FEDERIZZI, 2015). Essa comunicação entre o coletivo e o poder público possibilitou, em 2015, a aprovação de um projeto de reforma promovido pela subprefeitura, que tinha como principal ação reconstruir o

³⁸ Informações retiradas do site cerradoinfinito.com.br.

Figura 26

Muro de arrimo antes da reforma

Fonte: The Guardian, 2015

Figura 27

Arquibancada depois da reforma.

Fonte: acervo pessoal, 2017

muro de arrimo que apresentava risco de desabamento.

Como sugestão de projeto, o coletivo apresentou o trabalho desenvolvido junto ao LabVerde (Laboratório de pesquisa em Sustentabilidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) de melhorias estruturais para a Praça. O projeto, porém, não foi acatado por completo e a obra acabou se restringindo à troca de piso, melhoria na acessibilidade, instalação de equipamentos para crianças e idosos e a reforma do muro de arrimo, que se transformou em uma arquibancada de blocos de concreto.

De acordo com a previsão da subprefeitura, a obra, que começou em julho de 2015, deveria durar 150 dias. Entretanto, teve um atraso significativo para ser concluída, sendo entregue no mês de junho de 2016, sem responder às expectativas dos moradores. A drenagem de água da chuva foi uma das questões que não foi resolvida, mas que o coletivo pretende “dar um jeito” com o tempo, seguindo o lema de ir fazendo o que estiver ao seu alcance.

Mesmo atuando apenas em uma praça de um bairro específico de São Paulo, o coletivo passou a incentivar iniciativas como esta em outras localidades e atraiu colaboradores de outras partes da cidade que vêm participar das atividades e contribuir para o fortalecimento do coletivo e da praça.

Foi o caso do biólogo Sandro Von Matter, que desde o final de 2016 colabora com o coletivo para cuidar das vidas do lago da Praça da Nascente. Sandro se propôs a criar um pequeno ecossistema equilibrado

Figura 28

Parquinho antes da reforma

Fonte: FB Ocupe & Abrace, 2013

Figura 29

Parquinho depois da reforma

Fonte: acervo pessoal, 2017

pela presença de diversas espécies de seres vivos, desde bactérias até peixes e sapos.

O ecossistema formado na praça ganhou notoriedade no verão de 2016-2017, época de calor que atrai muitos mosquitos. As espécies de animais predadores de mosquitos, como sapos e peixes, passaram a controlar localmente as larvas do pernilongo comum e do *Aedes aegypti*, transmissor de doenças como a dengue, zika, chikungunya e febre amarela. As larvas dos mosquitos, ao serem depositadas na superfície do lago, são comidas pelos girinos e peixes. Camarões e caranguejos controlam a quantidade de girinos para que a população de sapos não extrapole. Assim, todo um ecossistema equilibrado foi formado a partir do lago construído, o que passou a ajudar no controle dos mosquitos de todo o bairro.

Figura 30

Peixes e plantas
aquáticas no lago da
Praça da Nascente

Fonte: acervo pessoal, 2017

Frente às novas possibilidades de vida que o resgate das águas trouxe à praça, o coletivo passou a se mobilizar não só pelas nascentes dali, mas também pela preservação das nascentes urbanas que estão sob toda a cidade de São Paulo. O coletivo, em parceria com o Rios e Ruas³⁹ e o NascenteSP⁴⁰, se propõe a conscientizar as pessoas da importância do uso consciente das águas que, se consideradas no planejamento das cidades, poderiam evitar, ou ao menos mitigar, problemas como enchentes e crises no abastecimento de água.

O Córrego da Água Preta, por exemplo, percorre um caminho de mais de 30 metros de desnível desde a Praça da Nascente até chegar na região da Rua Palestra Itália⁴¹, onde sempre acontece problemas de alagamentos quando há fortes chuvas. Se nesse percurso as águas pudessem correr livremente, o problema das enchentes seria minimizado. Além disso, as águas que correm embaixo do asfalto, se tratadas, poderiam ser utilizadas para o abastecimento de água da população. Situações como essas rebatem o argumento de existir escassez de água na cidade. O que se vê, na prática, é uma crise devido à má gestão dos recursos hídricos, como a que São Paulo enfrentou nos últimos anos.

Os desafios frente ao mercado imobiliário, poder público e sociedade civil

Um grande desafio para o coletivo é atrair mais pessoas interessadas em se engajar efetivamente na proposição de ações para o espaço. Considerando que o distrito da Lapa possui mais de 300 mil habitantes,

39 De acordo com o perfil facebook.com/rioseruas/, trata-se de uma iniciativa que visa reconhecer a natureza de rios soterrados por ruas e construções, contribuindo para despertar uma compreensão afetiva sobre o uso do espaço urbano.

40 De acordo com o perfil facebook.com/NascenteSP/, a iniciativa visa potencializar e inspirar novas formas de honrar e revitalizar as águas de maneira sistêmica, cidadã e colaborativa. Objetiva monitorar e divulgar informações sobre a qualidade e a possibilidade de uso das águas de nascentes urbanas selecionadas pela iniciativa. Além disso, apoiam o protagonismo comunitário no cuidado e revitalização das águas e nascentes urbanas por meio da ação local em mutirões colaborativos que unem potenciais e iniciativas de toda a cidade.

41 Antiga rua Turiassú que teve seu nome alterado entre as ruas Cayowaá e a Rua Carlos Vicari em abril de 2015.

o número de pessoas envolvidas no coletivo ainda é pequeno. Nem todo cidadão entende que o trabalho do grupo é um processo colaborativo de zeladoria de um bem público para usufruto de todos. Algumas pessoas enxergam a atuação do coletivo como um encargo e transferem as obrigações da subprefeitura para o grupo, que passou a receber reivindicações de mudanças e sugestões de ações a serem implementadas.

Além de ter que lidar com o poder público e com a própria sociedade civil, o coletivo ainda tem que enfrentar a produção imobiliária. A sua localização privilegiada na cidade de São Paulo fez com que as ações de melhorias geradas no espaço acabassem por aguçar o interesse do mercado imobiliário, que passou a ver a praça como um artifício de *marketing* para futuros empreendimentos. A incorporadora IdeaZarvos chegou até a indicar em um de seus folhetos publicitários a presença da praça como algo “legal” no bairro. As ações do coletivo trouxeram também o interesse de algumas construtoras que começaram a cobiçar os terrenos de casas térreas e sobrados ao redor da praça.

Figura 31

Encarte publicitário da Incorporadora IdeaZarvos citando a Praça da Nascente
Fonte: Luciana Cury, 2017

Atento ao interesse do mercado imobiliário, em 2014, o coletivo fez uma denúncia ao Ministério Público, direcionada à Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, que abriu um inquérito para investigar se possíveis construções nos terrenos vizinhos estariam infringindo alguma lei ambiental. No inquérito constava a existência de nascentes do córrego da Água Preta na praça e nos terrenos vizinhos, catalogadas pelo Instituto Cartográfico e Geográfico - IGC⁴².

Com a revisão do Plano Diretor Estratégico (PDE) e do zoneamento da cidade em 2016, o coletivo passou a pressionar o poder público municipal para que a área da praça e os terrenos vizinhos passassem a representar uma Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM) pela presença das nascentes e da extensa área verde. O coletivo conseguiu que no novo zoneamento a área da praça passasse a ser enquadrada como tal, porém, os terrenos vizinhos não entraram para a mesma categoria. O enquadramento dos terrenos adjacentes em Zona de Centralidade (ZC) ou Zona Mista (ZM) ainda permitia a construção de novos empreendimentos ao redor da praça.

Assim, manteve-se o interesse imobiliário nos terrenos ao lado que foram, então, comprados pela construtora Exto. Em outubro de 2016, casas e sobrados vizinhos à praça foram demolidos para abrigar um empreendimento de vinte e dois andares e três subsolos. Os terrenos, porém, apresentam nascentes catalogadas pelo IGC e, de acordo com o Código Florestal Brasileiro, áreas de até 50 metros ao redor de nascentes se

42 O Instituto Geográfico e Cartográfico é uma instituição que integra o quadro de Institutos de Pesquisa do Estado de São Paulo. Suas atividades técnico-científicas caracterizam-se pela produção e aplicação de conhecimento geográfico na solução de problemas relativos à Divisão Administrativa e Territorial e na edição de produtos cartográficos de alta precisão. Tem como objetivo promover o conhecimento do território paulista. Para isso, dedica-se à cartografia de detalhe e precisão, oferecendo produtos como cartas e mapas do Estado de São Paulo, de suas regiões e de seus Municípios.

constituem em áreas de preservação permanente (APPs). A construção da torre pode vir a interferir não só nas nascentes, mas também na biodiversidade vegetal e animal resgatadas na praça. Frente a isso, o coletivo vem trabalhando para tentar impedir a evolução das obras.

Ainda na gestão do prefeito Fernando Haddad (2013-2016), o grupo tentou entrar em contato com as Secretaria de Licenciamento (SEL) e a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) para reforçar aos órgãos a existência das nascentes no terreno, que poderia fazer com que o processo de liberação do alvará da obra fosse negado. Não obtiveram respostas, já que se tratava de um período posterior às eleições municipais que não contou com a reeleição do prefeito. Para pressionar os órgãos responsáveis, o coletivo, junto à Rede Minha Sampa⁴³, iniciou uma campanha para que os secretários da prefeitura fossem conscientizados da situação e ajudassem a proteger a praça e as nascentes.

43 De acordo com o site minhasampa.org.br, trata-se de uma rede de mobilização de cidadãos para a criação de uma São Paulo mais democrática e participativa. A rede permite o contato direto do cidadão com governantes, gestores públicos, parlamentares, concessionárias de serviços públicos, políticos em geral e outros tomadores de decisão da cidade. Todos pressionam os tomadores de decisão da cidade por e-mail, Facebook, Twitter ou telefone, através de uma campanha criada por qualquer cidadão e que pode ser apoiada por outras pessoas.

Figura 32

Terreno vizinho à praça com casas demolidas
Fonte: acervo pessoal, 2017

Enquanto isso, o inquérito do Ministério Público ainda estava sendo analisado e passava a se demonstrar ainda mais pertinente frente à possibilidade real de construção nos lotes lindeiros à praça.

No “IX Festival Praça da Nascente”, que aconteceu em dezembro de 2016, o coletivo montou um “estande de vendas” para denunciar o empreendimento que poderia ser construído ao lado da praça. A ideia era satirizar a linguagem utilizada pelo mercado imobiliário, onde os itens oferecidos pelo empreendimento foram substituídos pelos benefícios oferecidos pela praça. O “*Pet Place*” foi ilustrado por cachorros brincando na praça, a “*Varanda Gourmet*” por imagens de piqueniques, o “*fitness completo*” por imagens de pessoas se exercitando nos equipamentos de ginástica. Além disso, foram elaboradas imagens ilustrativas da praça com os terrenos vizinhos incorporados a ela, já que, se respeitado o Código Florestal, nenhuma edificação poderá ser construída no local, fazendo com que o espaço possa ser anexado à praça, dando a ela um novo acesso pela Avenida Pompeia.

Figura 33

Estande de vendas montado no IX Festival Praça da Nascente

Fonte: acervo pessoal, 2017

Figura 34/ 35/ 36
Imagens de divulgação do
“Les Source D’Eau” (fonte
d’água), “empreendimento”
criado como forma de satirizar
o mercado imobiliário
Fonte: acervo pessoal, 2017

A atuação no coletivo fez com que a ativista Adriana Carvalho descobrisse a existência dos Conselhos Regionais de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz (CADES) que, como contou⁴⁴, não sabia o que era até 2016.

De acordo com o site da prefeitura:

“O Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz das Subprefeituras é um órgão de natureza participativa e consultiva que tem o importante papel de propor e colaborar com a formulação de políticas públicas relacionadas à proteção ambiental, à implantação de programas que fomentem a cultura de paz e à implementação da Agenda 21 Local, sempre promovendo e incentivando a participação social. Constituído de forma bipartite, seus componentes são 50% eleitos pela sociedade civil e 50% por representantes do poder público. O mandato dos conselheiros é de dois anos, cabendo duas reconduções, por igual período. O trabalho dos conselheiros não pode ser remunerado e é considerado serviço público relevante.”

A condição de instância de participação popular motivou Adriana a se inscrever para a eleição de conselheiros do CADES da Lapa em dezembro de 2016, sendo eleita conselheira para os dois anos seguintes (2017-2018), como relata a seguir:

“Participar do CADES é importante porque a gente ocupa espaços de participação popular que, se a gente não ocupa, outros lados acabam ocupando. Foi isso que eu percebi na experiência. É um conselho de sustentabilidade e de cultura da paz, mas a gente percebe que nem todo mundo que está lá é da sustentabilidade e da cultura da paz. Acaba

⁴⁴ Depoimento dado por Adriana Carvalho, jornalista e ativista do coletivo Ocupe & Abrace, no dia 12 de janeiro de 2018.

vindo muita gente dos CONSEGs, que são os conselhos de segurança, gente que quer justamente entrar ali para marcar a sua posição. Então é muito importante que a gente, os ativistas, as pessoas que realmente se importam com a sustentabilidade, estejam lá.”

Depois de um ano de mandato, Adriana relatou que não tem sido uma tarefa muito simples, já que o CADES tem apenas poder consultivo, e não deliberativo. Por não terem poder de decisão, muita coisa não consegue avançar “ainda mais em uma gestão como esta [se referindo à gestão Doria]”. Apesar das dificuldades, ressaltou a importância de estar no conselho, já que, dessa forma, se tem contato direto com a prefeitura regional⁴⁵, facilitando o canal de comunicação com o poder público. Nesse primeiro ano, conseguiram formar um grupo que tem feito ações de arborização no bairro e que pretende desenvolver um curso sobre o assunto nos próximos meses. A atuação no conselho se soma à postura de cidadã ativista, na medida em que “participar do CADES não substitui o ativismo de forma nenhuma, ele é só uma forma da gente poder estar mais presente e mais próximo do poder público”, completou Adriana.

Com a troca de gestão em 2017, o coletivo passou a tentar uma aproximação aos novos secretários da Secretaria Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL)⁴⁶. Em conversa com a advogada do coletivo, Viviane Medeiros⁴⁷, ela contou que fez uma solicitação para anexar laudo técnico sobre as nascentes ao processo do alvará de obra, mas o pedido foi negado. O

45 A partir de 2017, com a gestão do prefeito João Doria, as subprefeituras passaram a ser chamadas de prefeituras regionais.

46 A Secretaria de Licenciamento (SEL) e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) foram associadas em uma única secretaria que recebeu o nome de Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) no começo da gestão Doria, em 2017.

47 Depoimento dado por Viviane Medeiros, advogada e ativista do coletivo Ocupe & Abrace, no dia 24 de outubro de 2017.

próximo passo foi abrir uma denúncia contra o projeto da construtora na SVMA, que deu um parecer favorável do Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE), sinalizando a necessidade de se fazer estudos ambiental e hidrogeológico no local. Para ganhar tempo, a Exto recorreu ao parecer da SVMA alegando que o órgão responsável por solicitar laudo técnico seria o Departamento de Controle da Qualidade Ambiental (DECONT), e não o DEPAVE. Enquanto o coletivo tentava resolver a questão, a construtora anexou dois laudos favoráveis à construção e só depois o coletivo foi autorizado a anexar documentos ao processo, incluindo então um laudo técnico do geólogo Hilton Lucio e um parecer do Ministério Público dizendo que há um inquérito aberto sendo investigado, para que a SVMA possa dialogar com a promotoria antes de tomar qualquer decisão.

A partir de então, o processo de alvará ficou condicionado ao parecer da SVMA e não apenas ao da SMUL, ponto favorável ao coletivo, já que, assim, ganha-se tempo para que o inquérito do Ministério Público seja finalizado. Viviane relatou que o Promotor de Justiça Luís Roberto Proença é “uma pessoa muito coerente e cautelosa” e que por isso está tomando o tempo que achar necessário para preparar o relatório do inquérito, com o máximo de provas e informações possíveis para que consiga convencer o juiz da causa. Isso porque, caso o juiz negue o relatório final, a construtora terá “um álibi para defender a construção”.

Até o final de 2017, o inquérito ainda não havia sido

finalizado e tampouco se tinha um parecer da SVMA. Essa situação mantém o coletivo em alerta, já que, caso a SVMA emita um parecer favorável à construção, a SMUL poderá liberar o início das obras, independentemente do inquérito em andamento no MP.

Frente a essa situação, outros protestos pacíficos e criativos foram organizados pelo coletivo, em parceria com o (se)cura humana⁴⁸. Em respostas aos laudos entregues pela construtora que negavam a existência de nascentes no terreno, os grupos ativistas resolveram mostrar para a sociedade que a Exto estava errada e comprovar que ali existem nascentes que inviabilizam a construção do empreendimento proposto. Para isso, no começo de novembro de 2017, ativistas quebraram o concreto da calçada em frente ao lote, que logo começou a jorrar água proveniente de um olho d'água ali presente.

No buraco cavado na calçada, que logo se encheu de água, eles construíram um lago com peixes e plantas aquáticas que sobreviveram alguns dias, até que a mídia alternativa Jornalistas Livres divulgou o feito em seu canal⁴⁹. Rapidamente, o lago foi concretado e nos dias seguintes, máquinas foram vistas dentro do terreno movimentando a terra sem qualquer autorização para tal.

⁴⁸ De acordo com o site se-
curahumana.com, trata-se
de um movimento de guer-
rilhas urbanas e aquáticas
que abraça o trabalho de
diversos artistas que traba-
lham a segura desta socie-
dade, seja no sentido meta-
fórico ou concreto.

⁴⁹ Cf. BACHA, C. “Em São
Paulo, um movimento si-
lencioso pela ampliação da
Praça Homero Silva”.

Figura 37

Detalhe do lago construído
na calçada da Av. Pompeia
Fonte: Jornalistas Livres,
2017

Figura 38

Ativista junto ao lago
construído na calçada da
Av. Pompeia
Fonte: Jornalistas Livres,
2017

Figura 39

Homens concretando o lago
na calçada da Av. Pompeia
Fonte: FB Secura Humana,
2017

A colocação de máquinas no terreno pareceu uma resposta da construtora para mostrar aos ativistas que ela tem poder sobre o espaço. Com isso, no dia 15 de novembro, feriado do Dia da Proclamação da República, Ocupe & Abrace e (se)cura humana se uniram novamente para mostrar a força da sociedade e das nascentes que serão afetadas caso o empreendimento seja aprovado. Dessa vez, chamaram os moradores e frequentadores do bairro para curtir uma tarde de sol e piscina na frente do terreno. Várias pessoas se espalharam pela calçada em suas roupas de banho e em cadeiras de praia e aproveitaram as duas piscinas de plástico e uma caixa d'água que jorrava água para cima, refrescando todos que ali estavam. E, claro, com piscinas e caixa d'água preenchidas com as águas das nascentes. Sob os olhares dos seguranças particulares contratados pela construtora, os ativistas cantaram, dançaram, se divertiram e protestaram, mostrando que a sociedade civil também tem poder para salvar as nascentes do urbanismo predatório proposto pelo mercado imobiliário.

Figura 40/ 41

Protesto contra o futuro
empreendimento junto à
praça com banho de água
das nascentes
Fonte: acervo pessoal, 2017

50 De acordo com o site hortadascorujas.wordpress.com, trata-se de uma horta comunitária experimental localizada na Praça das Corujas no bairro de Sumarézinho, zona oeste de São Paulo, onde se propõe criar um espaço de convívio social e de educação ambiental. Ali, os voluntários cultivam, aprendem e ensinam a cultivar, além de aprenderem a usar o espaço público, respeitando as regras locais e os outros usuários.

51 De acordo com o site sosma.org.br, a Fundação SOS Mata Atlântica é uma organização não governamental criada em 1986 que tem como missão promover a conservação da diversidade biológica e cultura do Bioma Mata Atlântica e ecossistemas sob sua influência, estimulando ações para o desenvolvimento sustentável, bem como promover a educação e o conhecimento sobre a Mata Atlântica, mobilizando, capacitando e estimulando o exercício da cidadania socio ambiental. O projeto Observando os Rios é uma iniciativa da ONG que reúne comunidades e as mobiliza em torno da qualidade da água de rios, córregos e outros corpos d'água das localidades onde elas vivem.

Alguns dias mais tarde, no dia 22 de novembro de 2017, o coletivo, com o apoio do mandato do vereador Toninho Vespoli, convocou uma Audiência Pública para debater a proteção de nascentes urbanas. Participaram da mesa de debate: a jornalista, agricultora urbana, conselheira do CADES Pinheiros e ativista da Horta das Corujas⁵⁰, Claudia Visoni; o artista plástico e idealizador do projeto Cerrado Infinito, Daniel Caballero; o geógrafo da Fundação SOS Mata Atlântica e coordenador do projeto Observando os Rios⁵¹, Gustavo Veronesi; o geólogo com experiência em projetos de gerenciamento de recursos hídricos e estudos hidrogeológicos, responsável pelo laudo técnico de proteção das nascentes da praça, Hilton Lucio; a professora doutora do Departamento de Patologia da USP que pesquisa doenças respiratórias e efeitos da poluição no sistema respiratório, Thais Mauad e a conselheira do CADES Lapa e ativista do Ocupe & Abrace, Adriana Carvalho. Também estavam presentes outros ativistas em torno da proteção das nascentes urbanas e de áreas verdes que ainda não foram consolidadas em parques e que estão ameaçados pelo mercado imobiliário como o Parque Linear Caxingui, Parque da Fonte, Parque dos Búfalos, Parque Augusta.

Ao final da audiência, o vereador Toninho Vespoli se dispôs a buscar procuradores e partidos para que, junto aos ativistas e técnicos, possam desenvolver um Projeto de Lei sobre a questão hídrica e outro sobre a proteção das nascentes. Além disso, se comprometeu em chamar uma Audiência Pública formal, com a presença do Ministério Público, representantes da SVMA, da SMUL,

da construtora e do coletivo para debater o assunto novamente.

O coletivo Ocupe & Abrace vem respondendo às demandas não apenas do bairro da Vila Pompeia, mas de toda a cidade através de ações que demonstram a força que a sociedade civil organizada pode ter frente ao poder público e ao mercado imobiliário. Considerando os problemas dos últimos anos em relação à crise na gestão de abastecimento de água em São Paulo e os inúmeros casos de enchentes que ocorrem não só na região da Vila Pompeia, mas em toda a cidade, é de extrema importância a discussão sobre construções imprudentes sobre as áreas de nascentes. A mobilização dos moradores em prol das nascentes demonstra uma ruptura com a ideia de priorizar espaços construídos em detrimento do meio ambiente, demonstrando o crescente desejo da sociedade em viver em uma cidade com espaços públicos de qualidade que resgatem a natureza em meio ao ambiente urbano.

A cidade de São Paulo precisa ser ocupada e abraçada por esses novos agentes sociais que trazem novas ideias para que seja possível transformá-la em uma cidade mais sensível às pessoas e ao meio ambiente, assim como a Praça Homero Silva precisou do coletivo Ocupe & Abrace para se transformar na Praça da Nascente. Dessa forma, tornou-se em um local de lazer, convivência e contemplação que hoje possui infraestrutura adequada, uma série de atividades e opções de usos para que qualquer pessoa possa ocupar o espaço e usufruir das qualidades paisagísticas que a praça oferece.

Figura 42

3.2 Organismo Parque Augusta

O processo de valorização imobiliário da região do Baixo Augusta no centro de São Paulo

Antes de focar no assunto do Parque Augusta, serão destacadas algumas notas sobre o processo de transformação da região central, mais especificamente da região do Baixo Augusta.

A Rua Augusta teve seu primeiro traçado feito nos anos 1880, a partir do loteamento de antigas chácaras locais que abrigavam luxuosos palacetes da elite paulistana. Já nos anos 1910, com a instalação do bonde elétrico, a região começou a se configurar como polo comercial. Entre as décadas de 1940 e 1960, a Rua Augusta era considerada o ponto de comércio de luxo da cidade.

Na década de 1950, a região central da cidade

de São Paulo passou por um processo significativo de esvaziamento e desvalorização. A fragmentação das classes sociais em diferentes localidades da cidade e a forte inclinação do poder público em satisfazer os interesses da elite fez com que os investimentos, tanto públicos quanto privados, seguissem esse processo. Com isso, muitos edifícios foram abandonados e perderam valor comercial, dando ao centro um ar decadente. Consequentemente, os investimentos públicos e privados passaram a valorizar novas localidades ocupadas pela elite, como as avenidas Paulista, Faria Lima, Berrini e Marginal Pinheiros.

A partir da década de 1970, a Rua Augusta passou a sofrer com o processo de esvaziamento da região central, agravado pela construção dos primeiros shopping centers na cidade que passaram a atrair os consumidores do comércio do local. Assim, as quadras próximas ao centro acabaram atraindo usos interditos como prostíbulos, comércio ilegal e cortiços.

Figura 43

Rua Augusta no final dos
anos 1980

Fonte: Estadão, 2014

Nos anos 1990, essa região ficou conhecida como Baixo Augusta, passando a atrair a atenção de jovens adeptos da cultura “alternativa” que viam na região central opções de lazer noturno como bares, baladas e casas de show. Na mesma época, o centro voltava a ser foco de atenção do poder público e se iniciava uma série de discussões do governo, iniciativa privada e da sociedade para buscar soluções para a sua requalificação.

Ainda nos anos 1990, foi realizada a Operação Urbana do Anhangabaú com o objetivo de recuperar a paisagem edificada no entorno do vale. Tal iniciativa teve repercussão em apenas alguns edifícios da região. Notou-se que o problema da falta de investimentos no centro não era a falta de incentivos financeiros, mas o *status* decadente atribuído a ele. Para reverter essa visão, a prefeitura começou a investir em equipamentos culturais e restaurar patrimônios históricos através de projetos de recuperação urbana na região. As intervenções urbano-culturais no centro de São Paulo também foram incentivadas pelos governos federal e estadual através de leis de incentivo fiscal para atrair investimentos privados em projetos culturais, alinhados à política urbana neoliberal.

Em 1997, a prefeitura criou a Operação Urbana Centro, oferecendo coeficiente de aproveitamento de até 12 vezes a área do terreno. A operação urbana, na época, não teve muito reconhecimento, já que não atraiu o interesse de investidores.

O Programa Morar no Centro, lançado em 2001, previa a produção de habitação social na região. Ele

foi alvo de críticas por priorizar a valorização imobiliária como indicador do êxito do programa e por deixar em segundo plano projetos de inclusão social da população mais carente.

A partir de 2005, reduziu-se ainda mais a preocupação com os segmentos populares, acentuando a expulsão da população mais pobre do centro, ratificando o caráter gentrificador e a intenção de limpeza física e social da região.

Enquanto isso, a região do Baixo Augusta passou a atrair investimentos privados em empreendimentos culturais, como teatros e cinemas, impulsionados também pelas leis de incentivo fiscal na requalificação da área central. A partir desse público alvo interessado na diversidade, multiplicidade e acessibilidade da região central, o mercado imobiliário passou a investir em empreendimentos focados no público jovem, oferecendo opções de apartamentos pequenos e salas comerciais que tiravam proveito da localização privilegiada e da boa disponibilidade de transporte público.

Nos anos 2010, o retorno do interesse imobiliário na região central fez com que os incentivos da Operação Urbana Centro começassem a atrair novos investidores. Houve um *boom* imobiliário na região do Baixo Augusta e o número de empreendimentos aumentou consideravelmente. Estudo do grupo Brasil Brokers, divulgado pela Folha de S. Paulo⁵², mostra que 4.684 novos apartamentos chegaram ao mercado em 2011, número maior que o total dos lançamentos dos cinco anos anteriores.

52 Cf. YURI, D. “Reocupação da região por jovens gera onda de aumento de preços”, 2016.

Em 2013, tentou-se valorizar o centro através de um projeto de reforma do Vale do Anhangabaú e de políticas públicas de incentivo à apropriação dos espaços públicos. Essas iniciativas, porém, receberam muitas críticas por estarem vinculadas à iniciativa privada e até mesmo aos interesses do Banco Itaú, patrocinador dos projetos. Dessa forma, acabaram enquadradas dentro da dinâmica do urbanismo neoliberal que visa a valorização imobiliária e limpeza social, onde a privatização e o monitoramento do espaço público estão em jogo.

Hoje, a região do Baixo Augusta passa por um processo de valorização imobiliária e gentrificação. Antigos empreendimentos culturais e casas noturnas que resgataram a região estão sendo substituídos por altas torres residenciais e comerciais que tem como público alvo as classes médias e médio-altas em detrimento da população mais pobre, que se vê obrigada a sair do bairro devido ao aumento do valor dos aluguéis.

Figura 44

Empreendimento Ca'D'Oro
construído na Rua
Augusta com incentivos da
Operação Urbana Centro
Fonte: São Paulo in Foco,
2016

É nesse contexto que a luta pelo Parque Augusta vem sendo travada. A disputa pelo parque não se mostra, portanto, apenas como um apelo ambiental ou uma demanda por equipamentos públicos, mas também como uma resposta aos grandes empreendimentos privativos e excludentes que se multiplicam pela cidade, como será visto a seguir.

O Parque Augusta e a atuação do Organismo Parque Augusta

O terreno do Parque Augusta está situado entre as ruas Augusta, Marquês de Paranaguá e Caio Prado, na região central da cidade de São Paulo. A área, de propriedade privada, possui 23.733 m² divididos em dois lotes. Em um deles há um bosque que representa a última mata virgem da região central da cidade, com mais de 800 árvores de Mata Atlântica.

Figura 45

Imagem aérea do terreno do Parque Augusta
Fonte: Google Earth editado pela autora, 2017

Figura 46

Fachada do Colégio Des
Oiseaux em 1966
Fonte: Estadão, 2015

Assim como foi necessário estabelecer algumas notas a respeito da região central da cidade de São Paulo, é preciso também resgatar o histórico do terreno que, antes de ficar conhecido como Parque Augusta, já apresentava peculiaridades que influenciam no entendimento da polêmica atual.

No ano de 1902, o terreno abrigava a residência da família Uchôa que, em 1906, o vendeu às cônegas de Santo Agostinho para a construção do Colégio des Oiseaux. O bosque existente no terreno, implantado pela família Uchôa, foi mantido e ampliado pelas religiosas. Na escritura do terreno, constava uma cláusula pétrea para que o bosque tivesse acesso público e obrigava qualquer proprietário a manter a área aberta ao passeio público através de uma passagem permanente entre as ruas Caio Prado e Marquês de Paranaguá. Com isso, desde o encerramento das atividades do colégio, em 1969, a área do bosque público passou a ser utilizada para lazer e descanso dos moradores da região.

Em 1974, houve a demolição do edifício principal do colégio e a venda do terreno para a empresa Teijim do Brasil que previa a construção de um complexo hoteleiro. Foi a partir da venda do terreno e da ameaça de uma nova construção que a luta pelo Parque Augusta começou, com o registro do primeiro abaixo-assinado criado por moradores da região para defender a construção do parque.

Desde a demolição do colégio, não foram feitas novas edificações no terreno, passando a ser usado como estacionamento na década de 1970, recebendo shows na década de 1980 e voltando a servir de estacionamento dos anos 1990 até 2013. Com o terreno livre de edificação e com a fruição pública sendo mantida, a área do bosque continuou a ser frequentada por moradores da região que mantinham a ideia da consolidação do Parque Augusta.

Figura 47

Terreno do Colégio Des Oiseaux sendo usado como estacionamento na década de 1970

Fonte: Estadão, 2015

Em 1996, o terreno foi comprado pelo ex-banqueiro Armando Conde, que passou a propor a construção de empreendimentos como um supermercado e a construção de três torres comerciais que nunca chegaram a ser concretizados.

O Parque Augusta foi reconhecido pelo poder público no PDE de 2002, onde se previu a construção do parque até 2014. Mais tarde, em 2004, o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) decretou a preservação do local através do tombamento do bosque e das árvores isoladas, da casa do bosque, das reminiscências do colégio e do portal principal na Rua Caio Prado. A lei de tombamento também limitou o gabarito das edificações no lote do bosque para até 36 metros e no lote adjacente, para até 45 metros. Além disso, impôs que qualquer construção feita no terreno adjacente deveria estar a 10 metros do bosque.

Em 2006, os moradores formaram o primeiro grupo oficial para lutar pela consolidação do parque, o Aliados do Parque Augusta. Em parceria com a Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores do bairro de Cerqueira César (SAMORCC), que tomou frente das ações jurídicas e políticas relacionadas ao movimento, passaram a protestar contra as irregularidades cometidas pelo proprietário Armando Conde e a se organizar contra os empreendimentos propostos por ele. Conseguiram, por exemplo, barrar o projeto que previa a construção de um supermercado através de um abaixo-assinado com mais de 15 mil assinaturas a favor

do parque. Conseguiram também o apoio de vereadores que elaboraram e apresentaram na Câmara Municipal um projeto de lei para a criação do Parque Augusta.

Com uma série de irregularidades acumuladas pelo proprietário, como dívidas de IPTU e o não cumprimento de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) pelo corte ilegal de árvores, os grupos passaram a ver uma possibilidade de acordo para a desapropriação do terreno pela prefeitura que, enfim, possibilitaria a consolidação do Parque Augusta. Mas, para a surpresa de todos, em 2013 foi anunciada a venda do terreno para as incorporadoras Cyrela e Setin, que então retomaram o projeto de construção de três torres com escritórios, apartamentos e hotel.

Entretanto, o projeto desrespeitava o limite de gabarito previsto na lei de tombamento, além de prever a remoção de árvores tombadas e de restringir o uso do bosque, que teria acesso e administração controlados. Sob muitos protestos, em novembro do mesmo ano, as construtoras ergueram um muro na Rua Caio Prado, ressaltando a intenção de construção das torres.

Figura 48

Muro erguido pelas
contrutoras na
Rua Caio Prado
Fonte: FB Parque Augusta,
2013.

A postura das construtoras atraiu os olhares de um novo grupo de pessoas em torno do parque. Dessa vez, não apenas moradores da região, mas também jovens de várias partes da cidade com uma postura diferente do Aliados do Parque e da SAMORCC. Acreditavam na necessidade de ações diretas que fossem além dos meios tradicionais de manifestação, como os abaixo-assinados. Com essa ideologia insurgente, os ativistas derrubaram o muro construído para reforçar a resistência e defender a função social do local.

No mesmo mês, foi aprovado na Câmara dos Vereadores o projeto de lei que assegurava a construção do parque e, após muita pressão dos movimentos sociais, o prefeito Fernando Haddad sancionou a lei em dezembro de 2013. Com a aprovação da lei, as construtoras decidiram fechar os portões que davam acesso ao terreno, desrespeitando pela primeira vez em quase 80 anos a obrigatoriedade da fruição pública prevista em escritura, impedindo a população de usufruir do Parque Augusta apropriado pelos moradores desde a década de 1970.

Figura 49

Muro reconstruído pelas construtoras após sua derrubada por ativistas
Fonte: FB Parque Augusta, 2013.

O fechamento ilegal dos portões causou a indignação dos movimentos em torno do parque e atraiu ainda mais a atenção da população para o embate entre as construtoras e a sociedade civil organizada.

Como resposta às ações mais intensas para a construção do empreendimento, o grupo de ativistas que se formava no final de 2013 decidiu oficializar um novo grupo em prol do Parque Augusta. Surgiu então, em janeiro de 2014, o Organismo Parque Augusta (OPA) que, junto aos outros grupos, passou a pressionar o poder público para que o projeto das construtoras não fosse viabilizado e para que o terreno todo fosse transformado no Parque Augusta, sem prédios, desejado por boa parte da população.

O OPA surgiu como um movimento contra a especulação imobiliária e contra os projetos urbanos neoliberais. Através de uma organização horizontal e heterogênea, reivindica uma democracia direta para defender o direito à cidade e influenciar a construção de *comuns* urbanos. Com ações que buscam ativar as redes e as ruas da cidade, o OPA promove assembleias, atividades e manifestações para chamar a atenção das pessoas para o embate do Parque Augusta e de outras áreas verdes na cidade de São Paulo que estão ameaçadas pelo mercado imobiliário. Através da mobilização das pessoas, foi possível identificar outros movimentos na cidade que também estão nessa luta. Com isso, foi criada a Rede Novos Parques, uma plataforma aberta e horizontal de discussão que auxilia no processo de criação, preservação e conservação

de parques, praças e áreas arborizadas da cidade de São Paulo, desejados pelas pessoas e ameaçados pelo mercado imobiliário.

Em resposta aos protestos pela abertura dos portões e da pressão para que a prefeitura cumprisse com a lei de implantação do parque, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente declarou não ter verba para a desapropriação do terreno e criação do Parque Augusta. Com isso, as construtoras continuaram a revisar o projeto proposto, na tentativa de conseguir a aprovação dos órgãos responsáveis para a construção do empreendimento.

A pressão popular possibilitou que o Parque Augusta fosse reconhecido (de novo) no PDE de 2014 e permitiu que a área do parque fosse enquadrada como uma ZEPAM. O novo zoneamento, porém, não impediu as construtoras de continuarem insistindo no projeto, já que podiam considerar o zoneamento antigo para a construção do empreendimento por meio do direito de protocolo, instrumento anacrônico que coloca o interesse do proprietário acima de políticas urbanas orientadas pelos princípios da função social da propriedade e da gestão democrática das cidades.

Logo após o fechamento ilegal dos portões, os grupos em prol do parque entraram com liminar junto ao Tribunal de Justiça de São Paulo requerendo uma determinação judicial para a abertura imediata dos acessos obstruídos. Passado quase um ano sem que a liminar tivesse sido levada à votação e cansados de esperar o tempo burocrático da justiça, em janeiro de

2015, integrantes do OPA conseguiram abrir um dos portões e (re)ocuparam o parque no que eles chamaram de “vigília criativa”.

Os ativistas passaram a acampar no espaço, de forma permanente, para reivindicar o parque e evitar que as construtoras fechassem a área novamente. Em março de 2015 houve a reintegração de posse, os ativistas foram retirados pela Polícia Militar e o parque foi novamente fechado pelas proprietárias.

A ocupação foi uma experiência positiva para se pensar um espaço público livre das políticas do Estado e do controle do capital privado. Nos quase três meses de vivência, o parque foi compartilhado por crianças, idosos, moradores de rua, jovens abastados e usuários de drogas. As decisões eram tomadas em assembleias onde todas as vozes tinham o mesmo peso. Cada um contribuía da maneira que podia e tudo ali era compartilhado pelas pessoas. A potência da ocupação deu força para que muitos integrantes do OPA continuassem na luta pelo parque nos anos seguintes, mesmo não podendo estar dentro dele.

Figura 50

Ocupação no terreno do
Parque Augusta
Fonte: FB Parque Augusta,
2015

Em abril de 2015, o Tribunal de Justiça determinou que o acesso ao bosque fosse liberado e, em julho do mesmo ano, o portão da Rua Marquês de Paranaguá foi reaberto. A área do bosque foi entregue em condições precárias de acessibilidade e segurança. A vila construída pelos ativistas na ocupação foi destruída e o patrimônio histórico tombado foi encontrado em situação de degradação. O portão da Rua Marquês de Paranaguá foi obstruído e nos acessos das ruas Caio Prado e Augusta foram instalados portões. Além disso, uma parede de tapumes foi erguida entre os lotes para restringir o acesso do bosque à outra parte do terreno onde se propunha construir o empreendimento. Os

Figura 51

Ocupação no terreno do

Parque Augusta

Fonte: FB Aliados do

Parque Augusta, 2015

tapumes desconsideravam o limite real dos lotes e foram concretados sobre parte da vegetação do bosque, o que fez com que ativistas derrubassem uma parcela da estrutura.

Em agosto de 2015, o portão de acesso ao bosque foi fechado novamente por determinação judicial. Os principais motivos elencados foram a falta de segurança do local, a falta de infraestrutura e a depredação de patrimônio privado devido aos tapumes danificados. A área do bosque segue sem manutenção adequada e o patrimônio tombado continua degradado. Desde então, o parque se encontra fechado e controlado por seguranças particulares.

Figura 52 (ao lado)

Tapumes instalados entre o terreno, desrespeitando a divisão legal dos lotes
Fonte: Estadão, 2017

Figura 53 (abaixo)

“Instalação” feita por ativistas com parte da estrutura dos tapumes retirados
Fonte: FB Parque Augusta, 2015

Acordo entre Ministério Público Estadual, Prefeitura Municipal de São Paulo e incorporadoras Cyrela e Setin

Enquanto os ativistas ocupavam a área e reivindicavam a implantação do parque, o Ministério Público Estadual (MPE) buscava junto à Prefeitura Municipal de São Paulo uma possibilidade para a desapropriação do terreno.

Em fevereiro de 2015, retornava aos cofres públicos uma indenização de 25 milhões de dólares desviados na gestão do prefeito Paulo Maluf (1993-1996). O MPE determinou que esse dinheiro seria prioritariamente utilizado na desapropriação do terreno do Parque Augusta e que, caso não fosse utilizado para esse fim, deveria ser investido na construção de creches. Com isso, a prefeitura e o MPE levantaram a possibilidade de firmar um acordo para a compra do terreno e estimaram que a quantia a ser paga não deveria passar do valor de compra registrado em escritura de aproximadamente 65 milhões de reais.

Ao mesmo tempo que as construtoras analisavam a possibilidade de venda do terreno, o Conpresp aprovava o projeto do empreendimento, mesmo este desrespeitando diversas restrições impostas na matrícula do terreno e indo contra a lei de tombamento imposta pelo mesmo órgão em 2004.

Diante do posicionamento do Conpresp favorável à construção, não foi de se espantar que as construtoras negaram o acordo proposto pela prefeitura e MPE de

venda do terreno pelo valor registrado em escritura, alegando que a quantia estava abaixo do valor de mercado estimado por eles em 240 milhões de reais.

O OPA, desde o início de sua atuação, prezava pela desapropriação do terreno a custo zero. Para isso, defendia o uso do instrumento urbanístico de Transferência de Potencial Construtivo que viabilizaria o parque sem que a prefeitura precisasse desembolsar verba para a aquisição do espaço. Outra opção para a desapropriação não onerosa seria a aplicação de multas pelas irregularidades cometidas pelas proprietárias, como dívidas de IPTU, não cumprimento do TAC gerado pelo corte ilegal de árvores tombadas, falta de manutenção do patrimônio histórico tombado e fechamento ilegal do passeio público exigido em escritura.

As manifestações dos movimentos contra o empreendimento continuaram e, em março de 2015, o MPE atendeu às reivindicações dos grupos abrindo um inquérito para investigar possíveis infrações cometidas pelas empresas. Foi aberta uma ação civil pública contra as construtoras que pedia a declaração de perda do lote do bosque pelas infrações cometidas na preservação do patrimônio tombado e o pagamento de dano moral coletivo pelo fechamento dos portões do parque no valor de 500 mil reais por dia. A partir de então, prefeitura, MPE e construtoras vêm tentando travar um acordo para que a questão seja negociada sem ter que recorrer aos tribunais de justiça.

Em maio de 2016, a prefeitura ofereceu 40 milhões de reais junto ao encerramento da ação civil

pública aberta contra as construtoras Setin e Cyrela. As construtoras, porém, não aceitaram alegando que não firmariam acordo por menos de 120 milhões de reais, valor venal fixado para o terreno na época. Em agosto, a prefeitura ofereceu novo acordo de 70 milhões de reais em dinheiro, mais 30 milhões de reais em potencial construtivo e o encerramento da ação contra as construtoras, que continuaram negando.

Após a troca da gestão municipal no começo de 2017 o prefeito eleito, João Doria, descartou a possibilidade de uso de recursos públicos para a desapropriação da área do Parque Augusta e passou a cobiçar o “dinheiro do Maluf” para a construção de creches. Para liberar o dinheiro destinado ao parque pelo MPE, o prefeito teria que propor outra solução para a desapropriação do terreno e implantação do parque.

Figura 54

Nota do OPA em relação ao acordo negado pelas construtoras em 2016
Fonte: FB Parque Augusta, 2016

Como alternativa à desapropriação, o MPE sugeriu à prefeitura a troca do terreno do Parque Augusta por um ou mais terrenos públicos “ociosos”. A partir desse conceito, a proposta se vê questionável, já que terrenos ociosos, quando públicos, são ativos para a prefeitura a médio e longo prazo. Sendo assim, a cidade deveria manter o estoque de terra para que políticas públicas possam ser propostas no futuro. Além disso, a relação de amizade entre a família do prefeito e a família do dono da Cyrela deixava um ar de suspeita em relação aos encaminhamentos do acordo. A proposta foi de encontro com o programa político do novo prefeito e, em abril, foi aceita pela prefeitura que passou a tratar do assunto com as construtoras para viabilizar um novo acordo.

Conforme anunciado na gestão Haddad, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente estaria com um orçamento reduzido, tendo dificuldades em manter os parques já existentes e por isso não teria como arcar com os gastos de implementação de um novo parque. A ideia inicial do acordo seria, portanto, encontrar um terreno público que pudesse ser trocado não apenas pelo terreno do parque, mas pelo terreno com o parque implantado, passando para as construtoras os gastos de sua implementação.

O programa político proposto pela prefeitura de João Doria prevê um plano de desestatização que, entre outros itens, institui a concessão de parques e praças e a alienação de imóveis públicos. O Parque Augusta passou, então, a ser o melhor exemplo do plano de desestatização, já que previa tanto a alienação de

imóveis públicos, em forma de permuta para empresas privadas, como a implantação e possível gestão do parque também pelas empresas privadas.

Em julho de 2017, a prefeitura anunciou a troca do terreno do Parque Augusta por uma parte de 18 mil m² do terreno da Prefeitura Regional de Pinheiros. O terreno oferecido pela prefeitura faz parte da Operação Urbana Faria Lima e representa a última área “livre” às margens do Rio Pinheiros, sendo muito mais interessante para o mercado do que o terreno do Parque Augusta. Para equiparar o valor de mercado do terreno de Pinheiros, considerado uma relíquia pelo mercado imobiliário, com o do centro, considerado um “mico imobiliário” pela resistência popular em prol do parque, foi proposta uma série de contrapartidas que não levaram em conta as necessidades reais da sociedade civil da região central e tampouco da região de Pinheiros.

Como contrapartidas, foram anunciadas a reforma da Praça Victor Civita, localizada ao lado do terreno de Pinheiros a ser permutado, e da Praça Roosevelt, próximo ao Parque Augusta, e sua manutenção por um prazo de dois anos. Além disso, foi previsto a construção de uma nova sede para a Prefeitura Regional de Pinheiros e para a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), hoje situadas no terreno de Pinheiros, além de uma creche e um centro para atendimento de dependentes químicos. Em nenhum momento as comunidades e movimentos em torno desses outros espaços incluídos no acordo, como a Praça Roosevelt e a Praça Victor Civita, foram consultados.

A comunidade de Pinheiros, por exemplo, já vinha se mobilizando em torno desse terreno como relatou Leo Coutinho⁵³, membro do Conselho Participativo Municipal da Prefeitura Regional de Pinheiros, ao falar sobre o Projeto de Intervenção Urbana (PIU) que já havia sido proposto para a prefeitura e que previa a construção de habitação de interesse social no local. Leo identificou que a região tem oferta de muitos equipamentos públicos, de saúde, transporte, parques, porém não tem moradia acessível para os trabalhadores de classes menos abastadas que trabalham na região. Ressaltou também a existência do terminal de ônibus, estação de trem e de metrô localizados a alguns metros do terreno em debate, salientando a posição privilegiada em que o terreno se encontra.

Os movimentos em torno da Praça Roosevelt também se manifestaram contra o acordo, já que, como contemplado no capítulo anterior, o local tem sido palco de disputas entre os frequentadores e os moradores do entorno que têm tentado impedir o uso democrático do local. Uma possível gestão privada, conforme anunciado pelo acordo, poderia acelerar o processo de restrição do uso e de privação do espaço a certos usuários.

O anúncio do acordo e o pacote de concessões também trouxe uma cisão entre os movimentos em prol do parque. A SAMORCC e parte dos integrantes do Aliados do Parque, de um lado, aceitaram de forma positiva o que foi proposto. O OPA, por outro lado, ficou apreensivo com a notícia e passou a cobrar tanto do

53 Relato feito em evento organizado pelo Esquina no dia 08 de agosto de 2017 com o tema “A Polêmica do Parque Augusta” onde estavam presentes Leo Coutinho, escritor e jornalista, membro do Conselho Regional de Pinheiros, Valter Caldana, professor de Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Celia Marcondes, advogada, representante da SAMORCC, Daniel Scandurra, músico, participante do Organismo Parque Augusta.

MPE quanto da prefeitura maiores esclarecimentos sobre as questões.

Retomando a ação civil pública aberta pelo Ministério Público em 2015, o OPA passou a defender a aplicação da multa estipulada em 500 mil reais por dia de fechamento dos portões, que seria mais do que suficiente para desapropriar a área do parque, e ainda sobraria dinheiro para desapropriar outras áreas da Rede Novos Parques que estão em disputa com o mercado imobiliário.

Figura 55

Nota do OPA a respeito da
ação civil pública
Fonte: FB Parque Augusta,
2017

FORMA JUSTA DE TORNAR PÚBLICO O TERRENO DO PARQUE AUGUSTA

1_ ABERTURA IMEDIATA DO TERRENO PARA O PÚBLICO

2_ PAGAMENTO DA TOTALIDADE DAS MULTAS ACUMULADAS POR SETIN E CYRELA* PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

***R\$ 594 MILHÕES**
(AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO MP-SP COBRA R\$ 500 MIL POR DIA DE FECHAMENTO ILEGAL DO TERRENO)

3_ TRANSFERÊNCIA DO TERRENO À CIDADE COMO COMPENSAÇÃO DE PARTE DESTAS MULTAS

4_ USO DA QUANTIA RESTANTE DAS MULTAS PARA A VIABILIZAÇÃO DE NOVAS ÁREAS VERDES PÚBLICAS EM SÃO PAULO !

MOVIMENTO PARQUE AUGUSTA (14.7.2017)

O promotor de justiça Silvio Marques⁵⁴, porém, explicou que a multa ainda não foi aplicada e que o acordo seria uma tentativa de conciliação entre as partes para que o parque possa ser efetivado sem ter que recorrer aos tribunais de justiça. Marques defendeu que, caso o acordo não seja feito e a ação civil tenha que ir a juízo, o trâmite todo poderia durar anos, a multa fixada poderia ser um valor muito inferior aos 500 mil reais, o que não possibilitaria a desapropriação do terreno e, enquanto isso não fosse resolvido, as construtoras poderiam arranjar uma maneira de construir o empreendimento. Dessa forma, o MPE viu no acordo a melhor possibilidade para encerrar a ação civil e, assim, possibilitar a construção do parque.

Em agosto de 2017, foi feita uma Audiência de Conciliação no Tribunal de Justiça de São Paulo que contou com a presença de representantes da prefeitura, das construtoras e do Ministério Público Estadual. Nessa audiência, foram apresentados os termos do acordo e o pacote de concessões para a juíza Maria Gabriela Pavlópoulos Spaolonzi, que tem acompanhado o caso. Na audiência, a juíza determinou que as partes envolvidas, prefeitura e construtoras, teriam que entregar laudos com suas análises da negociação. O Ministério Público Estadual informou que também iria elaborar laudos com a sua análise e, além disso, a juíza também anunciou que encomendará uma perícia externa para a avaliação de todos os valores envolvidos na negociação. O acordo, portanto, só será validado após o parecer final da juíza com base na análise de todos os laudos

54 Silvio Marques recebeu os movimentos em seu gabinete para discutir o acordo em várias ocasiões. A autora esteve presente nas reuniões do dia 28 de julho e 11 de agosto de 2017, além de fazer uma entrevista com o mesmo no dia 10 de novembro de 2017

desenvolvidos no processo.

Ao final da audiência, ficou claro para o movimento que, enquanto não saíssem as perícias sobre os valores dos terrenos e as contrapartidas, não seria possível aferir se o acordo seria ou não justo, pelo menos em relação a questão financeira. Já em relação a questão simbólica, era claro para o movimento que o acordo poderia transferir o problema do Parque Augusta para as comunidades de outras áreas da cidade, como a região de Pinheiros e Praça Roosevelt, que teriam que abrir uma nova disputa contra o mercado imobiliário para defender o interesse popular.

Dois dias depois da audiência de conciliação, uma coletiva de imprensa foi convocada pelo prefeito para a assinatura de um termo de cooperação entre o município, Ministério Público e proprietárias do imóvel, junto a um protocolo de intenções que determinava as regras da negociação para a criação do Parque Augusta. A SAMORCC foi convidada para assinar o termo como testemunha, já que, pelas redes sociais virtuais, ficavam claros os questionamentos do OPA em relação ao acordo. Na coletiva, uma integrante do OPA se manifestou de forma contrária ao que estava sendo acordado, criando um clima de tensão entre o MPE e o grupo ativista.

Após manifestações contrárias ao acordo por integrantes do OPA e por diversos urbanistas da cidade, o MPE se manifestou deixando claro que não iria assinar um acordo que viesse a prejudicar o município em prol das empresas. Pediu para que o OPA evitasse comentários via redes sociais virtuais que pudessem

55 Cf. QUINTELLA, S. “Terreno trocado pelo Parque Augusta pode ganhar cinco edifícios”.

prejudicar o andamento do processo até que se tivesse uma posição das perícias e dos laudos.

Em outubro de 2017, a prefeitura entregou as perícias dos terrenos, onde o terreno do Parque Augusta foi estimado em 137 milhões de reais e a porção de 18 mil m² do terreno de Pinheiros em 186 milhões de reais. A troca dos terrenos daria uma diferença de 49 milhões de reais em desfavor da prefeitura, valor que seria convertido para a implantação das contrapartidas estipuladas no acordo. Pela primeira vez, foi anunciado pela prefeitura a parte do terreno de Pinheiros que seria cedido à iniciativa privada, um trecho com frente para a Avenida Marginal Pinheiros e a Avenida Frederico Hermann Junior, onde seria possível erguer cinco torres de até 27 andares, com cerca de 400 apartamentos e aproximadamente 1300 vagas para veículos⁵⁵.

Figura 56

Terrenos de Pinheiros que fazem parte do acordo de permuta (lotes 1 e 2 poderão ser concedidos às construtoras)

Fonte: Veja São Paulo, 2017

Um mês mais tarde, em novembro de 2017, foram entregues as perícias das construtoras que apresentaram valores divergentes em relação as da prefeitura. De acordo com os laudos, o terreno do Parque Augusta valeria 139 milhões de reais, enquanto o trecho do terreno de Pinheiros valeria 141,5 milhões de reais, 44,5 milhões abaixo do estimado pela prefeitura⁵⁶. Pelos valores apontados pelas construtoras, os dois terrenos estariam praticamente equiparados, com uma diferença de apenas 2,5 milhões de reais, o que não seriam suficiente para executar todas as contrapartidas listadas pela prefeitura.

Em entrevista, ciente da diferença nos valores dados pelas avaliações da prefeitura e das construtoras, Silvio Marques se mostrou preocupado em relação ao destino das negociações, já que, mesmo antes de ter uma avaliação definitiva dos técnicos do Ministério Público, tem dúvidas em relação ao valor do terreno do Parque Augusta estimado em 137 milhões de reais pela prefeitura. Essa desconfiança se dá pelo fato da prefeitura, em meio às negociações para compra dos lotes, ter fixado o valor venal do terreno em 120 milhões de reais e, mesmo se tratando de uma negociação da gestão passada, o valor fixado anteriormente deveria ter sido mantido. Além disso, a diferença de mais de 40 milhões de reais entre os valores do terreno de Pinheiros das duas avaliações demonstra que a fiscalização deverá ser bastante minuciosa e criteriosa, para que nenhuma das partes venha a ganhar vantagem em cima da outra.

Marques ainda ressaltou que o OPA pode “colocar

⁵⁶ Cf. RIBEIRO, B. “Empresas e gestão de Doria divergem sobre Parque Augusta”.

tudo a perder” e que “o parque ainda não está garantido”. O promotor ressaltou que, nesse momento, não adianta o movimento tentar questionar os valores, porque o que vai decidir mesmo é a perícia judicial.

“O que os movimentos tinham que fazer, eles já fizeram, e fizeram muito bem. Agora tem uma questão jurídica que tem que ser solucionada na forma da lei, ou seja, feitas as avaliações, se as empresas concordarem com aquilo, nós vamos ajustar se a gente perceber que há algum prejuízo para o município (...). No fim das contas, vai ter que ser feito um acordo, fazer uma audiência pública como a gente tem feito, com as construtoras, a prefeitura, o Ministério Público, todo mundo vai ter que sentar até chegar em um denominador comum que seja aceitável, e sempre pensando que o município não pode ter prejuízo, na verdade, tem que ter lucro nesse caso [se referindo ao fato das construtoras terem que pagar uma indenização pelos danos morais e infrações cometidos].”

Ao ser questionado se os interesses dos movimentos seriam considerados no acordo, Marques respondeu:

“Não há ‘interesse dos movimentos’. Não é interesse nem do Ministério Público nem dos movimentos, o interesse é público porque o movimento é uma pequena parcela de um todo. O Ministério Público está aqui para defender o todo e não só os grupos. Então, mesmo que, por exemplo, os movimentos concordem com o que foi proposto, a gente [MP] pode discordar se verificar que tem prejuízo ao patrimônio público.”

Com isso, o promotor salientou que a participação dos movimentos no processo será feita através da

atuação como *Amicus Curiae*⁵⁷ em que a SAMORCC, o OPA e a Associação de Moradores e Amigos do Bairro da Consolação e Adjacências (AMACON)⁵⁸ foram incluídos. Mesmo assim, ressaltou que espera que os movimentos e o MPE fiquem do mesmo lado, porque se o acordo não der certo, seja por “radicalismo do movimento” ou por qualquer outra imposição de alguma das partes envolvidas (MPE, prefeitura ou construtoras), o Ministério Público será obrigado a liberar o “dinheiro do Maluf” para a construção das creches. Desse modo, o processo para a aprovação do projeto irá continuar e as construtoras poderão receber o alvará para construir o empreendimento.

Marques concluiu que, se o acordo não for firmado, será uma perda para os movimentos, para a sociedade e inclusive para ele, que teria dificuldade em aceitar as construções depois de tanto trabalho e esforço dedicados à causa do Parque Augusta sem prédios. As construtoras poderão seguir com o empreendimento e o município (em relação à questão financeira) não sairá perdendo, já que ganhará o dinheiro das creches e o IPTU que as construtoras começarão a pagar.

Até o momento (fevereiro de 2018), tanto as avaliações do Ministério Público quanto a dos peritos indicados pela juíza não foram finalizadas. Por enquanto, o OPA continua cobrando respostas sobre dúvidas que ainda não foram sanadas pelas partes que compõe o acordo e segue em alerta para certificar que a conquista do Parque Augusta não venha a prejudicar outras áreas da cidade.

⁵⁷ Expressão em latim que significa amigo da corte ou amigo do tribunal, utilizada para designar uma instituição ou pessoa que tem por finalidade fornecer subsídios às decisões dos tribunais, oferecendo esclarecimentos que possam ser essenciais à resolução do processo. Podem vir a chamar a atenção da corte aos fatos que, até o momento, não haviam sido notados.

⁵⁸ No início da disputa pelo Parque Augusta, a região da Rua Augusta fazia parte do bairro de Cerqueira César e, por isso, a SAMORCC, que está envolvida no processo desde o início tem representado o interesse de moradores e comerciantes da região e respondido juridicamente por eles. A AMACON é uma associação criada em 2014, após a compra do terreno pelas construtoras, e que tem pouca representatividade no bairro e na luta pelo Parque Augusta. Integrantes do OPA dizem ser uma associação falsa, criada pelas construtoras para dar representatividade e garantir a participação popular de “pessoas” que querem a construção de empreendimentos imobiliários no bairro em detrimento do Parque Augusta e de outras áreas públicas.

Os desafios frente ao mercado imobiliário, poder público e sociedade civil

A partir do último acordo proposto, começou-se um novo conflito. Desta vez, não só entre o poder público, empresas privadas e sociedade civil, mas também um conflito entre os próprios grupos em prol do parque. Com a efetivação do Parque Augusta cada vez mais possível, a disputa não está mais sendo pelo parque em si, mas por qual tipo de parque que se quer.

A SAMORCC (Sociedade dos Amigos, Moradores e Empreendedores do bairro de Cerqueira César), por exemplo, preza pela boa relação com os empreendedores locais, como o próprio nome diz. Pode-se pressupor, portanto, que além da questão ambiental e do usufruto dos moradores, ela vê o parque também como um possível artifício de valorização imobiliária. O Aliados do Parque, por ser formado em sua maioria por moradores da região, também demonstra preocupação em relação aos tipos de uso e frequentadores que o parque pode atrair. Muitos dos seus integrantes acreditam que o parque deva servir aos moradores locais e que ele não tem vocação para ser um parque metropolitano, atraindo pessoas de outras partes da cidade para atividades que podem causar barulho, sujeira e outros aborrecimentos para os vizinhos. Já o OPA, destoa dos outros dois grupos e propõe algo novo. Seus integrantes acreditam que uma possível resposta à falta de orçamento da municipalidade para manter e gerir espaços públicos seja a gestão compartilhada com a sociedade civil, sem fins

lucrativos. Para isso, reivindicam também a autogestão do espaço e o projeto de canteiro vivo para a construção do Parque Augusta.

Em paralelo às negociações da permuta, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente solicitou aos grupos um projeto arquitetônico/ paisagístico, elaborado pela comunidade, para guiar os técnicos da secretaria no desenvolvimento de um estudo preliminar do Parque Augusta. Até então, os grupos estavam unidos pelo interesse comum de abrir o parque para a cidade, mas, a partir do momento em que tiveram que pensar juntos o parque que queriam, as diferenças entre eles começaram a aparecer.

O OPA não concordava com a elaboração de um projeto que passasse apenas pelo crivo dos grupos e dos técnicos da prefeitura. Queria que o processo fosse aberto a toda a sociedade e acreditava que a melhor maneira para isso seria a abertura imediata dos portões para se pensar o projeto dentro do parque, numa espécie de canteiro vivo. A SAMORCC, por outro lado, tinha a intenção de sugerir um programa específico e decidiu desenvolver um projeto próprio para entregar à secretaria. Frente à ameaça de ter o projeto da SAMORCC representando o “projeto da comunidade”, o OPA, junto a alguns integrantes do Aliados do Parque, também resolveu desenvolver e apresentar um projeto comunitário.

Os dois projetos traziam premissas em comum, como a previsão da menor impermeabilização possível do solo e o desejo de trazer a questão das águas para

dentro do parque. Entretanto, diferenças significativas no que diz respeito ao valor simbólico do parque foram encontradas. No projeto da SAMORCC, por exemplo, foi previsto uma área de estacionamento para *food trucks*, fontes de água “inspiradas nos parques europeus” e espaços para esculturas de Bia Doria, artista plástica e esposa de João Doria, prefeito da cidade. O projeto comunitário previa o mínimo de intervenção possível para possibilitar a implantação do canteiro vivo na construção coletiva do parque.

Nesse momento, ficou claro que a construção do parque estava relacionada à visão de que cidade se quer. O OPA busca a criação de um *comum* urbano, onde novas formas de gestão e produção sejam desenvolvidas para servir de exemplo à construção de outros *comuns* em outras partes da cidade. A SAMORCC, por outro lado, propôs um parque que condiz com a maneira de se pensar a cidade voltada para o espetáculo e para o consumo, que exclui aqueles que não fazem parte dessa lógica mercadológica.

Frente à reviravolta do acordo anunciado e a crise entre os movimentos populares em torno do parque, o OPA organizou, em julho de 2017, o “Fórum Comunitário e Autônomo Parque Augusta”. Foi realizada uma série de eventos como forma de divulgar o percurso da luta de mais de 40 anos e abrir ao debate público os rumos que a disputa estava tomando. Foram convidadas diversas pessoas para debater, explicar e dividir experiências que poderiam contribuir com a questão do Parque Augusta, para se buscar soluções e opiniões a respeito do futuro

do parque de forma coletiva e colaborativa, com alcance não apenas dos integrantes dos grupos já envolvidos, mas também de toda a cidade.

Por mais que os ativistas tentem expandir a sua luta, há muitas críticas em relação ao movimento, principalmente por se tratar de um grupo formado majoritariamente por jovens de classe média do centro da cidade. É fato que o centro de São Paulo concentra boa parte do investimento público e que as periferias têm uma carência ainda maior por espaços públicos. O OPA entende sua situação de privilégio e por isso tenta ampliar o seu papel para além da luta por mais um parque. Quer tirar proveito da localização privilegiada do Parque Augusta para abrir um precedente de luta social por áreas verdes, para que outros movimentos possam ter o mesmo reconhecimento e as mesmas conquistas que o grupo tem conseguido. Para isso, tentam combater a lógica neoliberal que rege o urbanismo vigente em parte significativa de nossas cidades.

Entretanto, o acordo de permuta que vem sendo considerado não permite que a luta pelo Parque Augusta abra um precedente que possa inspirar outras lutas por diferentes áreas verdes na cidade. Pelo contrário, ele se fecha dentro de um acordo de características bem específicas relacionadas à sua localização e às pessoas que estão envolvidas na disputa. Na medida em que o poder público propõe um acordo com a iniciativa privada que tem como premissa colocar o valor de troca do terreno (especulativo), acima do valor de uso das pessoas (genuíno), deixa-se evidente que o interesse

que rege a política urbana é o capital privado e não o bem-estar do cidadão.

Esse momento em que a consolidação do parque parece estar tão perto, mas, ao mesmo tempo, tão distante do Parque Augusta que os ativistas idealizaram é um momento de crise. São nos momentos de crise que as fragilidades, contradições e incoerências do movimento surgem, afinal, o movimento é formado de seres humanos que têm suas inseguranças, crises e problemas pessoais que em momentos de pressão vêm à tona.

Desde o início, o movimento sempre prezou pela horizontalidade, mas, em tempos de crise, essa demanda se tornou um empecilho em meio a disputas egocêntricas e ideológicas que circulam entre posturas anarquistas, autonomistas e burocratas. Chegou-se ao ponto de o movimento ser questionado, por pessoas do próprio grupo, se essas intrigas não se tratavam de uma disputa de classe, já que, supostamente, “o poder” estaria nas mãos daqueles que estão mais envolvidos e que têm mais tempo para disponibilizar ao movimento, enquanto os que trabalham o dia todo e não têm tempo livre para dispor ao movimento não estariam na mesma posição de atuar ou até mesmo de opinar em relação ao posicionamento do grupo como um todo. De fato, diante dos últimos acontecimentos, muitas das decisões foram tomadas por quem estava presente nas assembleias, pois as decisões tinham que ocorrer no modo “Acelera SP” proposto pela prefeitura atual. Dessa forma, alguns integrantes do grupo se sentiram menosprezados, seja

por não concordarem com as decisões ou por não poderem disponibilizar o mesmo tempo que outros integrantes, e se afastaram da luta.

A partir das primeiras ações do grupo, desde o final de 2013 até hoje, o OPA cresceu, se esvaziou, voltou a crescer, mudou de nome e voltou a se apresentar como originalmente. Houve brigas, desentendimentos, entendimentos e reconciliações. Não é à toa que o nome escolhido foi “organismo” que, em funcionamento e em movimento, representa a vida de um corpo de luta e militância ativista.

Por mais que a luta pelo parque tenha idade maior do que a de muitos dos integrantes do OPA, não se pode negar que essa nova maneira de protestar dos jovens ativistas foi o que conseguiu mobilizar várias pessoas e atingir as mídias, tradicionais e ativistas, para dar voz a uma sociedade cansada de ceder às exigências impostas pela especulação.

A partir da análise de todo o histórico legal e das negociações que se referem ao terreno do Parque Augusta, fica clara a predisposição que a legislação tem em seguir a vontade do mercado e do capital privado em detrimento da população e das demandas sociais. Na gestão do prefeito Fernando Haddad era estarrecedor ver a prefeitura oferecer milhões por um terreno com tantas irregularidades e infrações e ainda ver as construtoras pedirem uma quantia mais próxima ao valor de mercado. Mas, o que é o valor de mercado de um terreno onde, se respeitadas as limitações e restrições legais, não se pode construir um empreendimento lucrativo na visão

dos empreendedores? Se na gestão passada (2013-2016) já era questionável a postura do poder público de favorecer a iniciativa privada em detrimento das demandas populares, na gestão Doria ficou evidente, desde a campanha eleitoral, a presença do discurso neoliberal nas políticas públicas propostas.

As ofertas de compra do terreno não interessavam às construtoras já que acreditavam que a legislação não iria se aplicar, como comprovado pela aprovação do empreendimento pelo Conpresp, e que conseguiriam construir o empreendimento, mais lucrativo do que o valor oferecido pela prefeitura. Além disso, proprietárias de outros empreendimentos na região, elas viam na construção das torres e na promessa de um parque privado, mas de acesso público, uma maneira de valorizar a área e aumentar ainda mais o valor do metro quadrado da região e de seus empreendimentos. Já a oferta de permuta começa a interessar as construtoras na medida em que oferece um terreno em uma área ainda mais valorizada e com leis de ocupação do solo mais flexíveis, pois se trata de uma área de operação urbana. Dessa forma, as indenizações pelos crimes ambientais e pelas infrações cometidas no terreno do Parque Augusta não seriam nada perto do lucro que poderiam ter a partir de um empreendimento construído no terreno de Pinheiros, além deste estar livre da resistência popular dos movimentos em prol do parque.

Se não fosse pela resistência dos grupos de defesa do parque, o trâmite legal para aprovação e construção do empreendimento não passaria de mera rotina para os

técnicos da prefeitura. As torres já estariam construídas e o bosque seria mais um item do “lazer completo” prometido pelos novos empreendimentos residenciais. Por mais que a efetivação do parque esteja muito perto de acontecer, o novo acordo proposto pela prefeitura de João Doria não demonstra uma vitória em relação à especulação. O parque ainda nem foi consolidado e já está sendo usado como *marketing* para futuros empreendimentos na região. Além disso, as torres que não serão construídas no centro de São Paulo poderão ser transformadas em um novo empreendimento na Avenida Marginal Pinheiros, ainda maior e mais lucrativo para as grandes incorporadoras. O Parque Augusta corre o risco de ser concedido à iniciativa privada, representando uma vitória do discurso neoliberal sobre a luta pelo direito à cidade e pela construção do *comum*.

Figura 57

Panfleto publicitário que indica o Parque Augusta entre os locais de interesse do bairro

Fonte: acervo pessoal, 2017

O caso do Parque Augusta é apenas um exemplo da força que a mobilização civil vem ganhando nos últimos anos a favor de cidades para pessoas e não para o capital privado. Entretanto, ainda que a implantação do Parque Augusta possa simbolizar uma vitória frente ao mercado, o confronto com a especulação imobiliária continua. Ao final das negociações, há de se avaliar a que custo esse parque será criado e quem realmente sairá ganhando com tudo isso.

3.3 Reflexões sobre a atuação dos grupos ativistas

Não se pretende fazer uma comparação entre os dois grupos ativistas apresentados, já que suas reivindicações e formas de atuação são bastante distintas, mas sim levantar algumas reflexões a respeito do movimento ativista urbano a partir das características dos grupos em questão.

O Ocupe & Abrace pode demonstrar o processo de amadurecimento que alguns coletivos urbanos sofreram até se consolidarem no movimento ativista urbano. Se no início da sua atuação os integrantes do grupo estavam preocupados em organizar eventos festivos e propor melhorias físicas no espaço, com o passar do tempo essas ações se mostraram como um recurso utilizado para atrair a atenção das pessoas em torno de assuntos mais estruturais como a proteção das nascentes

urbanas e a produção imobiliária imprudente em locais que deveriam ser ambientalmente protegidos. O Festival Praça da Nascente, organizado sazonalmente pelo coletivo, não é mais proposto para atrair a vizinhança para uma atividade pacífica na praça, já que o espaço hoje é bastante frequentado. Hoje, ele representa uma forma de reunir pessoas e celebrar a natureza que se mostra viva a cada mudança de estação. Com a praça ocupada e abraçada pelos seus frequentadores, as noções de cuidado do espaço físico já fazem parte de cada pessoa que se preocupa individualmente com a manutenção do local, fazendo com que cada vez menos seja necessário organizar mutirões de limpeza e reparos.

A condição social privilegiada de muitos grupos ativistas não pode ser negada. Ambos os grupos são formados, majoritariamente, por integrantes de classe média e média alta e estão situados em regiões mais favorecidas da cidade de São Paulo. A atenção dada aos grupos é reforçada pela posição em que se encontram. Se o reconhecimento aos grupos fosse dado apenas pelo tipo de reivindicação, a luta pelo Parque dos Búfalos, no extremo sul da cidade, também teria sido reconhecida e o parque hoje poderia estar livre de prédios. As ações e as formas de atuação propostas pelos grupos não podem ser desconsideradas no processo de reconhecimento das lutas, mas até mesmo a capacidade de entendimento do que é de direito do cidadão é uma vantagem das classes mais abastadas. Um fator positivo que se pode tirar do caráter elitista atribuído à ação ativista é o potencial que ela tem de

atrair a atenção das mídias e potencializar suas ações nas redes sociais virtuais. Desse modo, podem vir a instigar outras pessoas a desenvolverem atividades semelhantes em comunidades menos abastadas, ajudando no fortalecimento de conceitos políticos e de cidadania. Além disso, podem dar visibilidade a ações ativistas que já vinham acontecendo em comunidades com menor poder aquisitivo e que não atraíam a atenção dos meios de comunicação tradicionais por estarem localizadas fora do interesse midiático.

A posição privilegiada de ambos os grupos também comprova como o movimento ativista urbano vem sendo facilmente apropriado pelo capital privado. A presença da Praça da Nascente e do Parque Augusta em encartes de propagandas imobiliárias comprova o uso do esforço e inteligência coletivos como *marketing* do setor privado. Dessa forma, parte das ações ativistas vem sendo domesticada ao ser incorporada ao conceito de cidades criativas, mascarando o caráter insurgente do ativismo em ações estetizantes e de animação cultural que incentivam a valorização da terra.

Em relação à interação dos grupos com o Poder Executivo, é possível identificar em cada um deles uma postura diferente. O Ocupe & Abrace se utiliza das arenas oficiais, como o CADES, para potencializar a atuação na praça e vê no ativismo uma forma de pressionar o poder público, no caso a Prefeitura Regional da Lapa, a realizar suas atribuições de cuidado e manutenção do espaço público. Através de uma relação de cobrança e fiscalização, conseguiram proporcionar uma reforma

considerável no espaço que, apesar de não ter correspondido a todas as reivindicações do grupo, mostrou que o Poder Executivo pode e deve executar suas funções de cuidado com a cidade. O Organismo Parque Augusta, por outro lado, tem uma postura de enfrentamento e negação do Estado. Por mais que cobre dele uma solução para a desapropriação do terreno do Parque Augusta, o OPA questiona se essa solução deve estar dentro das regras impostas pelo sistema judiciário. Propõe a criação de novas maneiras de pensar a cidade e a sociedade. Assim, da mesma forma que a luta pelo parque foi um fato inovador para a história do urbanismo na cidade, o OPA espera que a resposta a essa luta também seja inovadora, colocando o interesse das pessoas acima do interesse do mercado imobiliário. Desse modo, os ativistas querem mostrar que a sociedade está se transformando e que essa transformação pede novas ideias e novas proposições para se lidar com novos e velhos problemas e conflitos de interesse.

Essa diferença de postura pode estar relacionada aos percursos de cada movimento, feitos em sentidos opostos. O O&A, desde o início, teve um espaço para ocupar e transformar. A atuação do grupo durante os anos mostrou que a comunicação com o poder público é necessária para gerir um espaço público. O OPA, por outro lado, vem lutando por um espaço em que possa atuar. A ocupação de três meses no terreno foi um momento excepcional onde uma forma de gestão, também excepcional, pôde ser testada. Não há garantias, porém,

de que essa forma de gestão possa ser efetivada com êxito caso o Parque Augusta seja realmente consolidado. Falar em autogestão parece um discurso idealizado que pode ser defendido enquanto o Parque Augusta também estiver no âmbito das ideias. Nesse contexto, tudo pode ser desejado e idealizado, por isso essa postura de enfrentamento do OPA é compatível com a posição em que a luta se encontra. Já a atuação do O&A está no campo da realidade. Apenas imaginar e idealizar como poderia ser a praça não iria transformar o espaço. Por isso, foi necessário criar uma relação de diálogo com o poder público para que conseguissem agir e transformar a Praça Homero Silva na Praça da Nascente.

Até o momento, ambas as estratégias, de acordo com o tempo de cada movimento, conseguiram bons resultados. Nesse contexto, o O&A estava em uma disputa para conseguir que o poder público exercesse sua função de zeladoria da praça, e o OPA estava em uma disputa de propriedade, pressionando o poder público a transformar uma área privada em uma área pública. Talvez esse seja um momento de uma inversão de postura, já que o O&A está prestes a enfrentar uma luta contra o mercado imobiliário e o OPA, caso o parque seja efetivado, terá que lidar com problemas de gestão e efetivação do serviço público.

Apesar das diferentes posições em relação ao Poder Executivo, ambos acabaram recorrendo ao Ministério Público quando tiveram que se colocar contra o mercado imobiliário. Em tempo de políticas neoliberais, é de se esperar que o Poder Executivo não cumpra com

suas obrigações frente aos interesses coletivos e acabe privilegiando o interesse privado, principalmente o do mercado imobiliário. O apelo ao MP é uma tentativa de fazer valer o desejo da sociedade, mas não se pode confiar nem que os promotores de justiça estarão livres do discurso neoliberal. Ao recorrer ao MP, a subjetividade do que é melhor para a municipalidade entra em um campo onde a ideologia e a visão de mundo de cada promotor decide os rumos que a política urbana irá tomar. No caso do Parque Augusta, para o MP, ter um parque sobre gestão privada não é prejudicial à municipalidade e, por mais que o assunto tenha posições controversas, o acordo poderá ser firmado caso financeiramente a permuta esteja equilibrada, independentemente do tipo de gestão que seja proposta para o parque.

O apelo ambiental que se amplia para um confronto contra a produção imobiliária também é uma constante entre os grupos ativistas. Isso demonstra como o mercado imobiliário está produzindo cidades de forma predatória, às custas do meio ambiente. Se, por um lado, a proteção do meio ambiente é uma reivindicação que tem o apoio quase unânime da população, por outro lado há controvérsias em relação às lutas contra a produção imobiliária que destrói o meio ambiente. A preservação das nascentes, fauna e flora da Praça da Nascente, bem como a proteção do bosque do Parque Augusta, última área verde da região central da cidade, são reivindicações legítimas e apoiadas tanto pelo poder público quanto pela população. Mas, por que a luta contra os empreendimentos imobiliários que podem

causar a destruição desses ambientes não recebe o mesmo apoio que o apelo ambiental tem?

Essa contradição comprova como o planejamento da cidade, baseado nos conceitos de competitividade, atratividade e eficiência, deu autonomia para o capital privado controlar a produção urbana. Dessa forma, não é apenas o meio ambiente que está em risco, mas as relações sociais também estão ameaçadas à medida que se incentiva a produção desigual que beneficia apenas uma parte da sociedade.

A luta por equipamentos públicos e acessíveis a todas as classes se faz necessária frente aos grandes empreendimentos privativos e excludentes que se multiplicam pela cidade. A produção imobiliária vem transformando vários bairros da cidade, expulsando a população mais pobre cada vez mais para as periferias, acabando com o patrimônio histórico e destruindo o pouco de natureza que ainda resta no meio urbano. Essa prática tem sido imposta às cidades por muito tempo, mas hoje se vê que parte da sociedade civil está reagindo às ações do mercado e reivindicando espaços mais democráticos. Ao mesmo tempo que se nota uma imposição do interesse do capital privado sobre as demandas coletivas no desenvolvimento das cidades, a proteção da Praça da Nascente e a luta pelo Parque Augusta são sinais de esperança que direcionam a uma inversão na dinâmica urbana, já que mostram a força que a sociedade civil pode ter em conter a máquina especulativa que rege o urbanismo vigente nas grandes metrópoles brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meados dos anos 2000, o surgimento de grupos ativistas em prol de espaços públicos, seja pela sua manutenção ou pela reivindicação de novas áreas, demonstrou o fortalecimento da sociedade civil que, desde a redemocratização do país, foi sendo enfraquecida através da institucionalização dos movimentos sociais e de políticas de participação popular pouco representativas.

A aproximação aos grupos ativistas ao longo da pesquisa possibilitou notar o desenvolvimento dos coletivos urbanos e a formação do movimento ativista urbano que se mostra mais contundente em suas demandas e formas de atuação. Se, em um primeiro momento, muitos grupos estavam focado na organização de festas e no desenvolvimento de mutirões de trabalho

que visavam melhorias físicas nos espaços públicos da cidade, com o tempo, esses grupos passaram a mostrar uma atuação mais pertinente frente à complexidade urbana. Considerando a atuação do Ocupe & Abrace o do Organismo Parque Augusta, pode-se reconhecer esse fortalecimento das pautas ativistas a partir da posição de enfrentamento que assumiram frente à produção imobiliária imprudente em resposta às demandas de caráter ambiental, seja pela proteção das nascentes urbanas ou pela preservação da última área verde do centro da cidade.

A posição ativista de enfrentamento em relação à produção imobiliária demonstra o protagonismo que foi dado às empresas da construção civil no desenvolvimento urbano. A partir de uma lógica urbana neoliberal, o poder público, através de programas estaduais e federais, tem dado maior controle sobre a proposição das cidades à iniciativa privada, o que tem gerado cidades cada vez mais desiguais e ambientalmente vulneráveis. Dessa forma, tem-se incentivado a construção de cidades voltadas para o consumo, onde o interesse privado é favorecido em detrimento dos interesses coletivos, fazendo com que questões como segurança, lazer e contato com a natureza passem a ser comercializadas em espaços fechados e privativos.

Com isso, jovens que cresceram sob privações, em ambientes fechados, passaram a reivindicar espaços públicos, abertos, livres da mercantilização da vida pública. Através da formação de grupos ativistas, esses jovens passaram a se apoiar em conceitos como o direito

à cidade de Lefebvre, e princípios como a produção do *comum* para defender espaços mais democráticos e inclusivos.

Nas décadas de 1980 e 1990, a noção de direito à cidade se afastou da ideia original de Lefebvre. A instrumentalização desse conceito acabou por limitar o direito à uma conotação jurídica estatal, se distanciando do ideal de transformação e renovação da vida urbana e da sociedade tal como havia sido proposta na década de 1960. O estudo dos grupos ativistas possibilitou identificar que a noção do direito à cidade praticada por eles ultrapassava a ideia de direito jurídico e constitucional. A ação ativista se aproximava ao conceito original de Lefebvre na medida em que retomava a ideia de revolução da sociedade a partir do direito insurgente, tendo o espaço público como objeto de disputa e palco de suas manifestações.

Associado à retomada desse ideal, o princípio da produção do *comum* passou a ganhar destaque junto ao discurso ativista. Ao buscarem uma nova forma de gestão livre da dicotomia Estado e mercado que pudesse prevalecer sobre a política urbana, social e econômica das grandes cidades, os ativistas passaram a ver na autogestão uma possibilidade em que comunidades ou grupos teriam o controle de espaços ou bens. Além disso, a forma de atuação dos grupos ativistas passou a se basear na horizontalidade e no trabalho em rede, típico dos movimentos multitudinários que têm se espalhado pelo mundo a partir do princípio do *comum*.

A excessiva burocratização da estrutura pública

tem feito com que as atuações ativistas sejam indevidamente interpretadas, dificultando a interação entre os grupos ativistas e o Estado. Dessa forma, muitos grupos estão tendo que recorrer ao Ministério Público e ao Poder Judiciário para transformar suas demandas em ações efetivas. Tal fato comprova a dificuldade que o poder público, principalmente o Executivo e Legislativo, está tendo em lidar com esses novos grupos insurgentes.

A judicialização dos movimentos sociais pode restringir o alcance da ação ativista ao priorizar grupos que tenham maiores conhecimentos dos meios institucionais capazes de transformar demandas sociais em demandas reais através do Ministério Público ou tribunais de justiça. Além disso, as demandas dos movimentos poderão ficar nas mãos da figura do promotor de justiça ou do juiz que decidirá o que é melhor para o interesse coletivo. Essa decisão poderá entrar para o campo da subjetividade na medida em que for baseada no entendimento particular de cada promotor e/ou juiz, fazendo com que questões que deveriam ser tratadas de forma racional e objetiva, sejam decididas de maneira subjetiva.

Os dois grupos estudados acabaram recorrendo ao Ministério Público e à figura do Promotor de Justiça para defender o interesse coletivo e a proteção do meio ambiente. Apesar da judicialização dos grupos representar uma aproximação entre suas atuações, pode-se notar também alguns distanciamentos no modo de cada um lidar com o poder público, principalmente

em relação às formas de agir frente à prefeitura.

Como visto anteriormente, as diferentes posturas dos grupos estudados frente à prefeitura, de colaboração ou enfrentamento, podem estar ligadas às diferentes demandas de cada grupo. Uma gestão compartilhada entre o O&A e a Prefeitura Regional da Lapa tem funcionado para manter os cuidados com a Praça da Nascente. A reivindicação da autogestão do Parque Augusta pelo OPA condiz com a postura de enfrentamento frente ao poder público na medida em que ultrapassa os limites impostos pelo Estado já que esse, muitas vezes, demonstra estar a favor do mercado em detrimento do interesse coletivo. A postura de cada grupo pode vir a se inverter uma vez que a consolidação do Parque Augusta como um parque público vem se aproximando e o conflito entre o O&A e a construtora Exto vem se acirrando pela disputa do uso do terreno vizinho à Praça da Nascente.

Apesar desses grupos se posicionarem contra a produção imobiliária imprudente, e por mais que o conceito de direito à cidade tenha sido retomado e fortalecido pela discussão do *comum*, há casos em que o movimento ativista urbano tem sido apropriado pelo discurso neoliberal, tendo suas ações, muitas vezes, associadas a práticas performáticas e estetizantes que estimulam a cidade mercadoria ao invés de combatê-la. A presença do Parque Augusta e da Praça da Nascente em panfletos publicitários de novos empreendimentos imobiliários comprova a apropriação da ação ativista pelo mercado.

.....

ATUAÇÃO

resposta à política urbana que gera cidades desiguais e ambientalmente vulneráveis

direito à cidade: direito insurgente em detrimento do direito jurídico

produção do comum: forma de gestão livre da dicotomia Estado e mercado

.....

APROXIMAÇÕES

amadurecimento das formas de atuação e reivindicações

posições social e territorial privilegiadas

apelo ambiental x produção imobiliária predatória

judicialização: demandas tratadas como exceção, e não como regra

.....

DISTÂNCIAMENTOS

posturas diferentes em relação ao poder executivo

cobrança das atribuições públicas x questionamento da estrutura do Estado

zeladoria x propriedade

gestão compartilhada x autogestão

.....

possível inversão de lutas

.....

Quadro 1

Quadro síntese que
retoma a atuação do
movimento ativista urbano
e as aproximações e
distanciamentos em relação
a atuação dos grupos
ativistas estudados.
Fonte: elaborado pela
autora, 2018

Dardot e Laval (2017), ao tratarem da produção do *comum*, diferenciam a noção de *comuns* (no plural) e *comum* (no singular), onde a primeira seria o resultado da ação coletiva e a segunda a construção de uma ação política que possibilite transformações mais amplas. Os grupos ativistas aqui estudados, ao defenderem a preservação da última área verde do centro da cidade e a proteção das nascentes do Riacho da Água Preta acabaram tratando o *comum* como um fim, deixando em segundo plano a transformação do princípio que move a lógica desigual e predatória de desenvolvimento

das cidades. Dessa forma, as reivindicações pela proteção do meio ambiente não se esgotarão, já que a lógica da produção imobiliária continuará a priorizar empreendimentos mais lucrativos ao invés de questões ambientais. Assim, a produção do *comum* acaba se restringindo a luta por um fim, e não pela transformação dos meios, fazendo com que a atuação do movimento ativista urbano ainda esteja mais atrelada à ideia de *comuns* (no plural) do que ao conceito da produção do *comum* (no singular).

A realidade das cidades contemporâneas se aproxima ao contexto urbano dos anos 1960 em que Lefebvre previa a necessidade de “uma revolução cultural permanente” que estivesse “ao lado da revolução econômica (planificação orientada para as necessidades sociais) e da revolução política (controle democrático do aparelho estatal, autogestão generalizada)” (2012, p.140). Uma revolução total que, como posto pelo autor nos anos 1960, era uma frente impossível, uma utopia para a época em questão.

Dardot e Laval também anunciam essa necessidade na medida em que propõem um “projeto revolucionário” que “só pode ser concebido se for articulado a práticas de natureza muito diversas, isto é, econômicas, sociais, políticas e culturais” (2017, p.615). Entretanto, os autores colocam um contraponto em relação à ideia de utopia: “se a revolução é desejável, por que não seria possível?” (2017, p. 611). Nesse sentido, propõem uma nova forma de entender a revolução, livre da ideia de revolução total. Entendem a revolução como a “reinstituição explícita da

sociedade' pela 'atividade coletiva e autônoma' da própria sociedade" e que "é a partir dessa ideia de revolução que hoje devemos trabalhar para a elaboração de um projeto de transformação radical da sociedade" (2017, p.614).

Assim, a construção de forças comuns, aliadas aos laços entre os atores dessas práticas, pode dar sentido à revolução desejada na medida em que dá protagonismo à sociedade e valoriza a atividade coletiva. A transformação da sociedade pode gerar transformações estruturais, onde a construção do *comum* como princípio político pode fazer da revolução algo possível. Nesse sentido, os trabalhos desses filósofos se mostram como perspectivas, como possibilidades para se pensar no futuro, de modo a influenciar os estudos e as práticas de urbanistas, políticos e ativistas na construção de cidades em torno dessa nova sociedade.

A busca por uma revolução total e por uma nova sociedade é o que deve nos orientar a caminhar em direção ao horizonte. As práticas ativistas também devem ser guiadas a esse horizonte, sendo o Parque Augusta, a Praça da Nascente e tantas outras demandas do movimento ativista urbano, estágios intermediários para alcançá-lo. A atuação desses grupos demonstra a força que a sociedade civil tem de conquistar resultados efetivos e não deixa de ser, portanto, um exemplo da valorização da atividade coletiva em prol de um desejo comum.

Sendo assim, essa pesquisa se propõe a trazer contribuições para o reconhecimento das limitações e

potencialidades que a atuação do movimento ativista urbano tem proporcionado à cidade de São Paulo. Além disso, o estudo procura valorizar a atuação coletiva que une os ativistas em torno de cada luta, acreditando que é a partir da transformação de cada ativista, de cada pessoa que se sensibilize com a luta ativista, que será possível alcançar uma sociedade transformada. Dessa forma, a dissertação visa colaborar no entendimento da cidade contemporânea através de práticas urbanas transformadoras e, acima de tudo, em transformação; transformação não só da ação ativista, mas também das pessoas e da sociedade como um todo.

Quadro 2

Quadro síntese que retoma os desafios e as possibilidades em torno da ação ativista e as contribuições que o movimento ativista urbano pode trazer para as cidades contemporâneas.
Fonte: elaborado pela autora, 2018

DESAFIOS	ação ativista apropriada pelo mercado
	<i>comum</i> tratado como resultado, e não como ação política
	luta por um fim e não pela transformação dos meios
POSSIBILIDADES	dar protagonismo à sociedade e valorizar a atividade coletiva
	transformação da sociedade
	movimentos multitudinários
CONTRIBUIÇÕES	reconhecer as limitações e potencializar as conquistas do movimento ativista urbano
	valorizar o princípio que une ativistas em torno das lutas
	transformação das pessoas gera uma sociedade transformada
práticas urbanas transformadoras, práticas urbanas em transformação	

REFERÊNCIAS

ABERS, R., VON BULOW, M. ***Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?***. In: Sociologias, 2011, vol. 13, n. 28. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=86821166004>> . Acesso em: 06 nov. 2017.

ARANTES, O. ***Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas.*** In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. “A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos”. Petrópolis: Vozes, 2000.

BATISTA, R. C., ***Ministério Público e Movimentos Sociais: uma perspectiva dos direitos difusos e coletivos.*** In: Revista do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2000, n.03. Disponível em: <<https://www.mpdft.mp.br/revistas/index.php/revistas/article/view/90>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

BACHA, C. ***Em São Paulo, um movimento silencioso pela ampliação da Praça Homero Silva***, 2017. Disponível em: <<https://jornalistaslivres.org/2017/11/em-sao-paulo-um-movimento-silencioso-pela-ampliacao-da-praca-homero-silva/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

BARROSO, L. R. ***Jurisdição constitucional: a tênue fronteira entre o direito e a política.*** Migalhas Jurídicas. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/arquivos/2014/2/art20140204-06.pdf>>

BOLLIER, D. ***Think like a commoner: a short introduction to the life of the commons.*** Gabriola Island (CA): New Society Publishers, 2014.

BURCKHART, T. R. ***Ativismo judicial e a judicialização dos movimentos sociais no Brasil: uma análise a partir de Hannah Arendt e Giorgio Agamben.*** In: Revista Jurídica – CCJ, 2015, vol. 19, n. 38. Disponível em <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/4643>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

Entre o político e o jurídico: a judicialização dos movimentos sociais e a capacidade de resiliência dos movimentos sócio-ambientais. In: Revista eletrônica Direito e Sociedade, 2017, vol. 5, n. 1. Disponível em < <http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/redes/article/view/3505>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2011.

CALLIARI, M. **Espaço público e urbanidade em São Paulo.** São Paulo: Bei Comunicação, 2016.

CAVA, B., MENDES, A. F. **A Constituição do comum: antagonismos, produção de subjetividade e crise no capitalismo.** Rio de Janeiro: Revan, 2017.

CRUZ, M. M. **O novo vocabulário do Comum - ensaio para uma leitura pós-colonial.** In: XVII ENANPUR - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUR, 2017. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%209/ST%209.1/ST%209.1-03.pdf> Acesso em: 04 jan. 2018.

DARDOT, P., LAVAL, C. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI.** São Paulo: Boitempo, 2017.

FEDERIZZI, C. L. **Design para inovação social: a cidade feita pelas pessoas.** 2014. 128f. Dissertação (Mestrado em Design) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS.

GOHN, M.G. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais.** In: Saúde e Sociedade, 2004, vol.13, n.2. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/7113>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

_____ **Movimentos sociais na contemporaneidade.** In: Revista Brasileira de Educação, 2011, vol. 16, n.47. Disponível em <<http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/202761/1/S1413-24782011000200005.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____ **Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças do Indignados no mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____ **Movimentos sociais no início do século XXI. Antigos e novos atores sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HARDIN, G. **The tragedy of the commons.** In: Science 162, 1968.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Commonwealth.** Cambridge, Mass: Harvard Press, 2011

_____ **Multidão,** Rio de Janeiro: Record, 2014.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLSTON, J. **Insurgent citizenship.** Princeton: Princeton University Press, 2008.

HORI, P. **Práticas urbanas inovadoras, insurgentes, democráticas.** In: XI Colóquio QUAPÁ-SEL, 2016, Salvador. Anais... São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, QUAPÁ, 2016. Disponível em: <<http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/08/PR%C3%81TICAS-URBANAS-INOVADORAS-INSURGENTES-DEMOCR%C3%81TICAS.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

_____ **A cidade ocupada e abraçada.** In: ICHT 2017 - Imaginaire: construire et habiter la terre, 2017, Lyon. Anais... Lyon: Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; Université Jean Moulin, Lyon 3, 2017a, p. 124-131. Disponível em: <https://icht2.sciencesconf.org/data/pages/ICHT_2017_actes_1.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018.

_____ ***Os Coletivos Urbanos da cidade de São Paulo: ações e reações.***

In: XVII ENANPUR - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017, São Paulo. Anais... São Paulo: ANPUR, 2017b. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%206/ST%206.11/ST%206.11-15.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018.

JACOBS, J. ***Morte e vida de grandes cidades***. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

JACQUES, P. B. ***Breve histórico da Internacional Situacionista – IS***. 2003. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqui_textos/03.035/696>. Acesso em: 30 dez. 2017.

KOGAN, G. ***Urbanismo tático, estágio avançado do urbanismo neoliberal***. 2016. Disponível em: <<https://cosmopista.com/2016/03/22/urbanismo-tatico-estagio-avancado-do-urbanismo-neoliberal/>> Acesso em: 28 dez. 2017.

LEFEBVRE, H. ***O direito à cidade***. São Paulo: Centauro, 2015.

LIMA, C. H. M. ***Nebulosa das ruas: ativismo urbanístico pelo espaço público***. 2016. 228p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - UFRJ/PROURB, Rio de Janeiro.

MARICATO, E. ***O impasse da política urbana no Brasil***. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MARTINEZ I RIGOL, S. ***A gentrification: conceito e método***. In: Carlos, AFA.; Carreras, C. (orgs.). Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole. São Paulo: Contexto, 2004, p.98-121.

MENDES, A. ***Para além da “Tragédia do Comum”***. Conflito e produção de subjetividade no capitalismo contemporâneo. Tese (Doutorado em Direito). Centro de Estudos Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

OSTROM, E. ***Governing the commons: the evolution of institutions for collective action***. New York: Cambridge University Press, 1990.

PREFEITURA DE SÃO PAULO, ***Redes e Ruas: inclusão, cidadania e cultura digital***. São Paulo, 2016.

QUEIROGA, E. F. ***Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros***. 2012. 284p. Tese (Livre Docência – Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) – FAUSP, São Paulo.

QUINTELLA, S. ***Terreno trocado pelo Parque Augusta pode ganhar cinco edifícios***, 2017. Disponível em: <<https://vejasp.abril.com.br/cidades/prefeitura-define-terreno-que-sera-trocado-pelo-parque-augusta/>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

RENA, N.; BERQUÓ, P.; CHAGAS, F. ***Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes***. In: Lugar Comum, n41. Rio de Janeiro: LABTeC/ UFRJ, 2014, p. 71-88.

RIBEIRO, B. ***Empresas e gestão de Doria divergem sobre Parque Augusta***, 2017. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,empresas-e-gestao-doria-divergem-sobre-parque-augusta,70002074449>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

ROLNIK, R. ***Onde vai parar a política higienista de Kassab***, 2012. Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/07/10/onde-vai-parar-a-politica-higienista-de-kassab/>> Acesso em: 27 nov. 2017.

SOUSA SANTOS, B. de. ***La globalización del derecho: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación***. Traducción de César Rodríguez. Bogotá : Instituto Latinoamericano de Servicios Legales Alternativos, ILSA, 1998.

TANSCHKEIT, P. ***Placemaking x gentrificação: a diferença entre revitalizar e elitizar um espaço público***, 2016. Disponível em: < <http://www.archdaily.com.br/>

br/791764/placemaking-x-gentrificacao-a-diferenca-entre-revitalizar-e-elitizar-um-espaco-publico > Acesso em: 28 dez. 2017.

TAYLAN, F. ***Taksim, une place vitale***. La Revue des Livres, n.12, jul.-ago. 2013.

VILLAÇA, F. ***Reflexões sobre as cidades brasileiras***. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

WISNIK, G. ***O ativismo urbano e o valor de uso do espaço público***, 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2015/11/1705535-o-ativismo-urbano-e-o-valor-de-uso-do-espaco-publico.shtml>> Acesso em: 28 dez. 2017.

YURI, D. ***Reocupação da região por jovens gera onda de aumento de preços***, 2016. Disponível em: <<http://especial.folha.uol.com.br/2016/morar/paulista-centro/2016/05/1766342-reocupacao-da-regiao-por-jovens-gera-onda-de-aumento-de-precos.shtml>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

SITES CONSULTADOS

www.acupunturaurbana.com.br

www.atados.com.br

www.catarse.me/pt/apompeiaquesequer

www.cerradoinfinito.com.br

www.ciclocidade.org.br

www.comunidadequilombaque.blogspot.com.br

www.conseg.sp.gov.br

www.feminicidade.com.br

www.gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/projetos-urbanos/centro-aberto

www.hortadascorujas.wordpress.com

www.jornalistaslivres.org

www.minhasampa.org.br

www.movimentoboapraca.com.br

www.placemaking.org.br

www.securahumana.com

www.sosma.org.br

facebook.com/ArruaColetivo

facebook.com/Imargem

facebook.com/NascenteSP

facebook.com/rioseruas

facebook.com/sampape.sp

facebook.com/sistemanegrodesom011